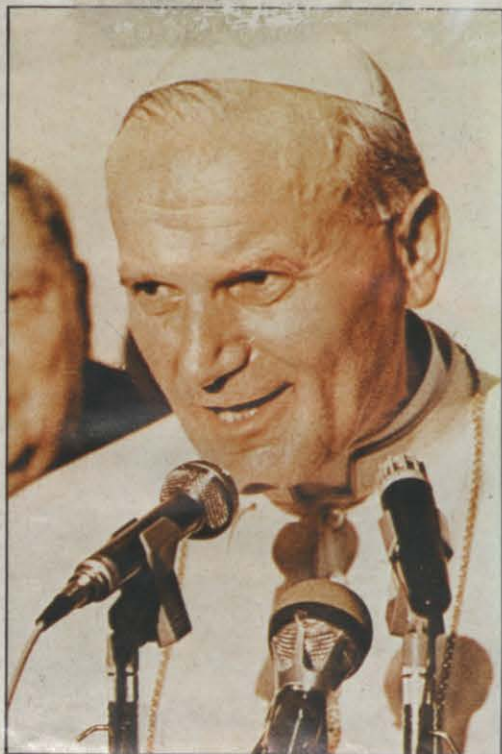


CADERNOS DO

terceiro mundo

O CHILE
DEPOIS
DE PINOCHET



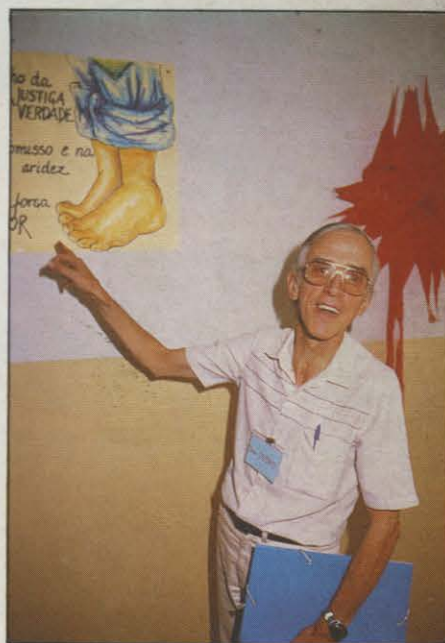
João Paulo II

CORTESIA DO EDITOR

O CERCO
À IGREJA

PROGRESSISTA

O VATICANO E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO



D. Pedro Casaldáliga



Sinal de multiplicar, somar e crescer.

Somar esforços. Aumentar riquezas.
Incentivar o progresso.
É isso que o maior banco do Brasil
tem feito todos os dias.



BANCO DO BRASIL

AOS LEITORES

A vitória do **Não** no Chile, as incertezas da economia argentina e as repercussões da exclusão da guerrilha do diálogo nacional em curso na Guatemala – estes são alguns destaques da seção da América Latina desta edição, que traz também importante e exclusivo depoimento de um oficial de alta patente do exército do Irã a nosso colaborador em Genebra, Antonio Mariantoni. Em seu testemunho, revelam-se os motivos que levaram o aiatolá Komeini a optar pelo cessar-fogo na Guerra do Golfo. Na área econômica, a dívida externa é o assunto da análise de nosso diretor-adjunto, Pablo Piacentini, que expõe as perspectivas para 1989, no que diz respeito às negociações com os credores do Norte industrializado. Através da análise das posições debatidas nos foros mais credenciados, incluída aí a recente reunião do Banco Mundial, em Berlim, o autor chega à conclusão de que ninguém mais acredita que possa ser mantida a linha-dura, que prevaleceu até agora nas negociações. Entramos num período em que os países endividados vão encontrar – por força das circunstâncias e não por uma rara benevolência dos banqueiros – maior receptividade para as reivindicações em relação à dívida externa. Nesta edição, a matéria de capa (**Suplemento Brasil**) destaca o confronto que se processa no interior da igreja brasileira, em que o segmento mais avançado tem sido alvo de seguidas reprimendas do Vaticano, a partir de denúncias levadas a Roma pela ala conservadora. Não é um processo só brasileiro, mas uma ofensiva contra o engajamento social do pensamento progressista católico, onde quer que ele exista. Uma questão eclesial, de intensas repercussões políticas a nível mundial.

SUMÁRIO

3 CARTAS

4 PANORAMA TRICONTINENTAL

AMÉRICA LATINA

- 10 Chile: Depois de Pinochet
 13 Argentina: O preço da estabilidade
 16 Peru: A revolução de Velasco 20 anos depois
 17 Guatemala: Ao encontro da paz

ÁFRICA

- 21 Somália: Um regime questionado

ORIENTE MÉDIO

- 25 Irã-Iraque: O porquê do cessar-fogo
 28 A paz em Teerã

ÁSIA

- 31 Sri Lanka: As safiras azuis
 32 Nepal: Ventos de mudança
 33 Resultados duvidosos

OCEANIA

- 35 Timor Leste: Um povo isolado

MEIO AMBIENTE

- 36 Malásia: Lixo nuclear provoca aborto

ECONOMIA

- 39 A urgência de uma ação conjunta
 40 Dívida externa: À espera do ano novo
 42 Menos dólares para o Sul

MULHERES

- 43 Quênia: Poligamia, tradição x moderno
 44 Uganda: Um chamado à participação

HABITAÇÃO

- 45 O desafio do ano 2000

SUPLEMENTO BRASIL

- 48 Panorama Nacional
 50 Violência: Trânsito e desordem pública
 52 Armamentismo: Questão nuclear, outro estágio?
 54 Olimpíadas: O Brasil olímpico tem jeito?
 58 Comunicação: Caso da "Afundação" terá CPI
 59 Meio Ambiente: Um programa contra a
 devastação
 Carajás na berlinda
 60
 62 Minorias: A ruína dos guaranis
 64 Igreja: O cerco à igreja progressista
 72 Opinião: A turbulência argelina



Chile: o pós Pinochet depende da unidade da oposição



Em Berlim os credores se renderam à evidência de que a dívida deve ser reavaliada



Casaldáliga: sob os efeitos de uma ofensiva conservadora

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Julio Berezoski**
Hermann Husher 87 - Blumenau
Cep 89100
Santa Catarina - Brasil
- **Silas Silvestre David**
C.P. 329
Benguela - R.P.A.
- **Cleide Moreira Portes**
R. Antonio Fachim 288
Itapui S/A
- **Rubens de Souza**
R. Rio Branco 12 - 50
Bauru - SP Cep. 17100
- **Isaquel José da Silva N. "Gringo"9**
C.P. 14699
Luanda - R. P. A.
- **Francisco Antonio Caetano - Siluer**
C.P., 14699
Luanda - R. P. A.
- **Alfredo Dias dos Santos - Good**
C.P. 14699
Luanda - R. P. A.
- **Jose Carlos de Sousa - Zeca**
C.P. 14699
Luanda - R. P. A.
- **Sebastião Vera Cruz**
Av. Ipiranga, 84 - Aptº. 1.802
CEP: 01049 - São Paulo - Brasil
- **Carlos A. de Aguiar Quadros**
R. Santo André, 445 7º Andar
Santo André - São Paulo - Brasil
- **Paulo César Xavier Duarte**
EFEI/BIM
Caixa Postal 50
CEP: 37.500 Itajubá - M.G. - Brasil
- **Mayra Elena Salas Vinent**
Asunción, 503 entre Calixto Garcia y
Estrada Palma, Guanabacoa II
Habana - Cuba - CP 11100
- **Diogo Fontenelle**
Rua Gustavo Sampaio, 301
CEP: 60.455 - F. rtealeza - Ceará - Brasil
- **Carlos Augusto de A. Quadros**
R. Santo André, 445 - 7º andar
CEP: 09020 - Santo André - S.P - Brasil
- **José Antônio R. Silvestre**
Box: 6170 - Luanda - Angola
- **Vanderlei Damasio**
Caixa Postal 63,043
CEP: 20.753 - Rio de Janeiro - Brasil

- **Paulo José S. Gomes**
Caixa Postal 3007
CEP: 50051 - Recife, PE - Brasil
- **Sebastião Chifibra**
A/C G. Antóni Raimundo
Caixa Postal 1712
Benguela - R.P. Angola
- **João Angelino C. Viana**
Caixa Postal 721
Lobito - R.P. Angola
- **Jorge Samucana**
Rua do Bailundo, Bairro Bela Vista
Caixa Postal 1307
Lobito - Angola
- **Elias Victorino**
Caixa Postal 473
Benguela - Angola
- **Víctor Fermado**
Caixa Postal 425
Lobito - Angola
- **Brazilian Fan-Club Of African Music**
Gildo Andrade Simões
Rua C. 211 Jardim Stº Antonio - Atalaia
CEP: 49.000 - Aracaju - SE - Brasil
- **Guzmán Trujillo**
E. Erria 70, P. 4460 - B.C-3 - Aptº 001
Veracruerto e Iguá
Montevideo - Uruguay
- **Claudio Maffei**
R. Antonio Magnatti, 35
CEP: 18.540 - Porto Feliz - SP
- **José Silva dos Santos**
R. Manoel Gonçalves, 130
CEP: 44.642 - Capela do Alto Alegre - BA
- **Volnei Martins Ferreira**
Rua Marechal Deodoro, 397
CEP: 76.100 - Itumbiara - GO
- **Fonseca Maria**
C.P. 425
Lobito - Rep. Pop. de Angola
- **Fiorella Poletti**
Messina 5624
Montevideo - Uruguay
- **Valmir Stahlik**
C. P. 150
Lagoa Vermelha - RS - Brasil
- **Gustavo Martinez Duche**
Alberto Susuiela Guarch, 3511
Maroñas - Montevideo - Uruguay
- **Lourenço Gonçalves Ramos**
Praceta Marquês das Minas,
casa nº 15 - B. Maculusso
Luanda - Angola
- **Acácio Bruno S. D. Jeremias**
R. Eça de Queirois, 29 4º Andar Aptº. 63
C.P. 5228 - Luanda - Angola
- **Adão de São Lourenço**
Ao C/do de João J. Domingos
C.P. 1531 - Luanda - Angola
- **Nilson Violato**

Rua Heitor Soares Gomes nº 48
CEP. 83.370 - Antonina
Paraná - Brasil

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavía

Redação Permanente: Claudia Neiva, Nereida Daudi, (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalife (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariantoni (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narain Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Sotelo (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautin (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Perú), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Miguel Ele, Reginaldo Caxias. **Colaboradores:** Adérito Gusmão e Dayse Vitoria. **Centro de Documentação:** Maria Helena F. Içá (diretora), Elizabete Mesquita, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitador:** Antonio Carlos S. Aguirre. **Composição:** Luzia A. Neiva e Valéria Soares Santos. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

SEDE CENTRAL NO BRASIL:
Diretor Administrativo: Henrique Menezes,
Departamento de Produção Industrial: Paulo Gomes,
Deptº de Assinaturas e Circulação: Rafael Peres Borge Filho
Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil - Tels. 222-1370/242-1957 / Assinaturas: 252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:
• **Edição em Português:**
Diretor: Neiva Moreira/**Editor:** Procópio Mineiro.
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sema e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazonia)

Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**
Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul
Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio
Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461/ Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Impressão: Impressora Polo Ltda. Garibaldi 2579
Tel.: 802420 - Montevideo

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina

• **Edição em Inglês:**
Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil
cADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFPA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (ilel-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Reuters.

Capa: Adérito Gusmão e Dayse Vitoria
Revista mensal nº 115 - Outubro - 1988

Informação verdadeira

A revista é de grande ajuda, não só para os estudantes de todos os campos da educação, como também para aquelas pessoas que carecem de uma "informação verdadeira" da problemática latino-americana, tão deformada nos noticiários que nos são impostos, seja pela televisão ou jornais.

Fiorella Poletti
Montevidéu
Uruguai

Mártires do Terceiro Mundo



Samora Machel

Como leitor apaixonado de **terceiro mundo**, quero felicitá-los por esse belo trabalho progressista, sempre do lado dos mais carentes. Também desejo solidarizar-me com o leitor de Porto Velho (Rondônia), Tácito Pereira Santos, que solicitou em uma carta a publicação de artigos e reportagens sobre os mártires da América Latina e do Terceiro Mundo.

Personalidades que passaram por este planeta e deixaram seu exemplo de sacrifício, de luta pelos ideais de paz, liberdade, progresso científico e técnico, justiça social, têm que ser sempre lembrados. É o caso do Che Guevara, Ho Chi Minh, Mao Tsé-Tung, Camilo Cienfuegos, Camilo Torres, Agostinho Neto, Samora Machel, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Carlos Fonseca Amador, Rigoberto López, Simón Bolívar, Frank Pais, Túpac Amaru, homens cujo legado é imprescindível para aqueles que estão comprometidos no processo de libertação de nossos povos.

Cândido José Araújo
Pompéia-São Paulo
Brasil

N.R.: O Guia do Terceiro Mundo - cuja edição 89-90 está para sair - dedica uma seção especial a nomes marcantes das lutas do Terceiro Mundo.

Mais sobre Angola

Tenho 22 anos e sou leitor assíduo de **terceiro mundo**, essa magnífica revista que é um dos melhores instrumentos, do ponto de vista informativo, que têm os países subdesenvolvidos. Como angolano, queria fazer uma reivindicação: que abordassem a situação atual de meu país com profundidade, tanto do ponto de vista político, como militar e sócio-econômico. Assim, teríamos a oportunidade de desmascarar toda uma campanha de desinformação, gerada no Ocidente contra nosso Estado soberano. É necessário que o mundo conheça a decisão de nosso povo de construir nessa parte austral do continente africano um país próspero, em que todos gozem dos mesmos direitos, onde não haja fome, desigualdades sociais, desemprego, exploração. Em suma, construir um Estado democrático e popular.

terceiro mundo poderia contribuir muito com uma informação verdadeira e concreta sobre a República Popular de Angola, para que as pessoas que têm menos possibilidades de conhecer a nossa realidade possam entender melhor o que acontece em nosso país.

Domingo Peliganga
Adão Neto
Luanda - Angola

O que há para comemorar?

O 12 de outubro se comemora (quem comemora?) o "Descobrimento da América" e o Dia da Raça. Creio que, de uma vez por todas, poderíamos tentar descobrir o que festejamos. Não devemos duvidar de que, com a chegada dos espanhóis à América, vieram também a desgraça e a morte para este continente. Sua conquista custou a vida de 56 milhões de índios, começou a pobreza e a dependência que se arrasta até nossos dias.

Após cinco séculos, continuamos sofrendo as consequências: nos países em que ainda há índios,

continuam exterminando e reprimindo para tomar-lhes a terras. Em outros, como no Uruguai, não há nem vestígios deles. Foram massacrados por aqueles que a História oficial pretende mostrar como "heróis" de nossas pátrias.

Antes da chegada do homem branco, os índios eram os donos deste continente. Não podemos continuar a discriminá-los. Então perguntamos: quem somos nós, conquistadores ou conquistados?

Nossos irmãos índios, que conseguiram sobreviver, são a chama viva de nossa consciência. O pouco que resta de nossa antiga dignidade, de nossa bela cultura.

A América continua viva, apesar de tudo. E somos parte desse corpo que a cada 12 de outubro se nega a festejar, porque na verdade quer é chorar.

Gustavo Martínez
Ducha - Montevidéu
Uruguai

O ouro de Moscou

A lição de Seul é contundente: se alguém tinha dúvida da superioridade do mundo socialista na atividade esportiva, basta que dê uma olhada na lista das medalhas. Não só a União Soviética ganhou a maior parte dos prêmios - e aí, sim, cabe falar do tão famoso "ouro de Moscou" - como os demais membros do bloco de países comunistas do Leste Europeu tiveram um desempenho brilhante e se superaram em relação às Olimpíadas de que participaram.

Não há nada a fazer: o esporte é também um privilégio das sociedades que se preocupam com o ser humano em um todo, e que a única competição que aceitam e incentivam é da própria superação, através do esforço coletivo.

María Amelia Cerbillo
Assunção - Paraguai

Experiências na área de saúde

Acredito que nós, leitores dessa revista, temos características comuns (por nossos países, nossos problemas, aspirações). Certamente muitos de vocês têm experiências no campo da saúde que podem servir a todos nós, que trabalhamos na mesma área, seja em projetos oficiais ou não. Por ser um trabalhador social da área da saúde, desejaria



comunicar-me com todos aqueles que se interessem em trocar experiências sobre o nosso trabalho. Podem me escrever em espanhol, português ou inglês, (embora eu vá escrever em espanhol). Temos idéias e projetos a compartilhar.

Roberto Tort
Isidoro de Marfa 1615
Alpargatas - Seção
Portaria
Montevidéu - Uruguai

Defesa do idioma

Acabo de ler a edição nº 111 da revista e gostei de ver uma série de artigos sobre os problemas da língua portuguesa. Recentemente, acabei de escrever algo sobre o abuso dos termos estrangeiros, especialmente os ingleses, na imprensa brasileira (nos anúncios nem se fala...). O perigo, como diz o escritor Orlando Neves, está no "português".

Não entendo, por exemplo, que as emissoras de rádio, serviço concedido pelo governo, não sejam obrigadas a transmitir música brasileira em maior proporção. As concessões são dadas sem grandes exigências, quanto à programação ao vivo. Todas, em geral, funcionam como os serviços de alto-falantes do interior, na base de toca-discos e um locutor. E como as gravadoras são transnacionais, as músicas não são as nossas. Música sertaneja, só alta madrugada, quando os ouvintes estão dormindo. Algumas FMs chegam ao cúmulo de terem locução em inglês.

Roldão P. Simas Filho
Rio de Janeiro - RJ

BOLÍVIA:

A esquerda se une



A luta contra a inflação tem alto custo social

Oito partidos políticos de esquerda divulgaram, na Bolívia, a formação de uma aliança eleitoral para as eleições gerais, em 7 de maio de 1989. A coalizão adotou o nome de "Esquerda Unida" (IU) e lançará como candidato à presidência o atual deputado Antonio Aranibar.

Entre os partidos fundadores da IU estão o Movimento Bolívia Livre (MBL), a Aliança Patriótica (AP) e o Partido Socialista Uno (PS-1). O dirigente Ramiro Velasco, membro do PS-1, disse que a IU constitui o fundamento da ação unitária "para derrotar a oligarquia e seu modelo e conseguir a transformação da sociedade boliviana". Velasco avisou que o acordo da esquerda está aberto a todas as organizações que expressam as lutas do povo.

A aliança pode permitir a esses setores da esquerda um terceiro ou quarto lugar e uma representação parlamentar importante. As principais forças políticas da Bolívia são a Ação Democrática Nacionalista (ADN), dirigida pelo ex-ditador Hugo Banzer, o Movimento de Esquerda Revolucionária

(MIR), de Jaime Paz Zamora, e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), presidido por Víctor Paz Estenssoro, hoje no governo (ver *terceiro mundo*, edição 110, p. 11). No centro está a Vanguarda Revolucionária 9 de abril (VR-9), do deputado Carlos Serrate, que começou a crescer nos últimos anos e que iniciará negociações com outras forças políticas semelhantes para fazer uma aliança eleitoral em 1989.

O candidato da nova frente, Antonio Aranibar, foi fundador e dirigente do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), mas em 1985 criou o Movimento Bolívia Livre (MBL), em consequência de um racha. O MIR ficou sob a direção do ex-vice-presidente Jaime Paz Zamora. Walter Delgadillo, candidato a vice na chapa da aliança de esquerdas, também foi dirigente do MIR, integrando hoje a Aliança Patriótica (AP).

A esquerda se prepara, assim, para competir com um governo que colocou em funcionamento, há três anos, um plano econômico neoliberal que obteve uma diminuição da taxa inflacio-

nária que era de 25.000%, em 1985, para 11% em 1987, com base em drástica redução do gasto público. Os efeitos sociais do modelo são alarmantes, segundo a igreja católica, a Assembleia Permanente de Direitos Humanos e a Central Operária Boliviana (COB). Essas organizações estimam que mais de 100 mil operários ficaram desempregados e que o poder aquisitivo do salário se reduziu em 48%.

EQUADOR:

Morreu o "bispo dos índios"

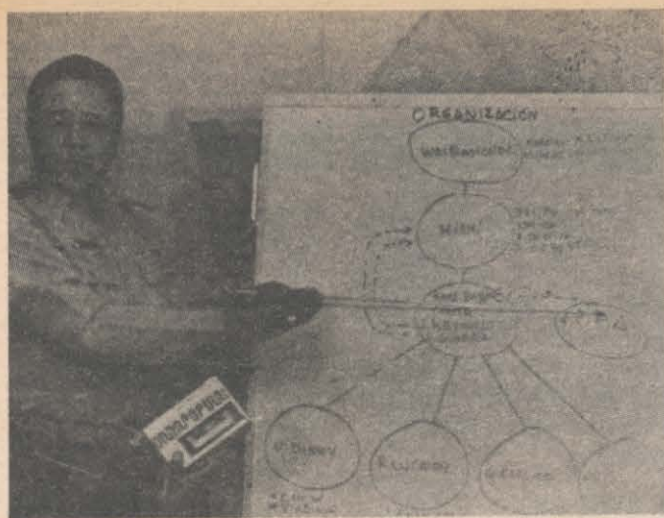
Monsenhor Leonidas Proaño, chamado o "bispo dos índios", morreu no Equador, vítima de câncer, aos 78 anos. Sacerdote desde 1936, monsenhor Proaño — simpatizante das teses da teologia de libertação — era presidente do Departamento da Pastoral Indígena da Igreja Católica do Equador.

"Monsenhor Proaño foi para nós um guia e um exemplo. Até seus últimos dias foi solidário e manteve seu compromisso com a causa dos mais pobres", afirmou o Secretário Nacional de Informação do Equador, Gonzalo Ortiz, ao fazer uma homenagem à memória do prelado. Ortiz recorreu que o presidente Rodrigo Borja visitou o sacerdote pouco antes de sua morte. Na oportunidade Proaño pediu a Borja que lutasse no governo pelos direitos dos

povos indígenas. O ex-bispo de Riobamba consagrou sua vida ao trabalho com os índios — que o chamavam Taita Bispo" (Papai Bispo) e pediu para ser enterrado junto a eles, na comunidade de Imbabura (município de Riobamba), sua terra natal. Foi no coração dessa província, a de maior população indígena do país, em contato com a realidade de sua gente, que o jovem Leonidas Eduardo descobriu sua vocação religiosa.

Em 1964, dirigiu o Departamento Pastoral do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) e neste organismo promoveu intensamente a "Pastoral de Conjunto". Logo depois, assumiu a presidência do novo Instituto da Pastoral Latino-Americana (Ispla). Na conferência do Celam, em Medellín, da qual, segundo muitos observadores, foi a "alma", monsenhor Proaño afirmou: "Ou caminhamos no sentido do Evangelho, sem fugir do terreno político abertamente, ou, sob pretexto de que a igreja 'não se mete com política', contribuímos politicamente, para que esse sistema de dominação, de pecado, permaneça e se consolide. Neste caso, somos traidores do Evangelho, já que o Evangelho é subversivo, frente a uma sociedade estruturada sobre a injustiça e a morte".

O bispo Proaño era reconhecido por sua luta pelos desfavorecidos e sua morte comoveu o Equador. Pouco antes de seu falecimento, havia recebido a condecoração da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos e o título de **Doutor Honoris Causa** da Escola Politécnica Nacional do Peru.



PANAMÁ:

Denúncia de golpe

O governo panamenho denunciou à imprensa internacional mais um plano para derrubar o regime do país e afastar da chefia da Guarda Nacional o general Manuel Noriega, cujo nacionalismo é considerado pelos Estados Unidos um empecilho a pretendidas modificações no Tratado Torrijos-Carter, que estabelece a devolução do canal à soberania do Panamá, no final do século. Setores empresariais e de direita participavam do plano de inspiração norte-americana



NICARÁGUA:

Furacão devasta o país

No pior desastre natural já vivido pelo país, a Nicarágua foi varrida pelos ventos de 250 km/h do furacão Joana, que atingiu a América Central no final de outubro: dezenas de mortes, 300 mil desabrigados e intensa destruição, inclusive das importantes lavouras de café e bananas, levaram o governo sandinista a apelar à solidariedade internacional.

JAPÃO:

Pedindo desculpas

O líder do Partido Socialista Democrático (PSD) japonês, Saburo Tsukamoto, se desculpou publicamente por ter ofendido os trabalhadores latino-americanos, os quais qualificou de "lixo da sociedade". Tsukamoto fez essa avaliação durante um seminário do PSD, na cidade de Mito, nordeste de Tóquio. Na ocasião, o político japonês disse textualmente que, "levando em conta que os EUA contratam os melhores trabalhadores da América Latina, os que ficam são só dejetos".

Depois da ofensa, Tsu-

kamoto convocou a imprensa para ler uma carta de desculpas. "Ofereço nossas desculpas aos trabalhadores latino-americanos, já que nosso partido está a serviço deles e em nenhum momento foi minha intenção criticar, nem os países, nem os trabalhadores", declarou.

Além da carta, foi exigido ao presidente do PSD uma desculpa pública frente aos órgãos de comunicação, já que, segundo o embaixador da Nicarágua, Jorge Huezo, suas ofensas foram divulgadas pelos jornais mais importantes do Japão.

ÁFRICA DO SUL:

Boicote às eleições

O regime racista sul-africano promoveu eleições municipais em 26 de outubro, denunciadas pelas lideranças negras como mais uma farsa do regime do apartheid. Expressando bem a filosofia da discriminação, o pleito previa escolhas separadas, cabendo aos negros apontar dirigentes apenas para suas comunidades segregadas. O esmagador boicote negro demonstrou mais uma vez que a luta anti-racista aprofunda-se na África do Sul. As Nações Unidas aprovaram, no próprio dia do pleito, uma condenação às eleições segregadas, por ferir os direitos da maioria negra. A moção teve votos contrários dos Estados Unidos e de Israel.





ÁFRICA AUSTRAL:

Angola denuncia Pretória

Angola acusou a África do Sul de resistir ao cumprimento dos Acordos de Genebra, que fixam as condições para a paz na África Austral. Segundo o coronel Osvaldo Van-Dunem, chefe da missão militar de supervisão do cessar-fogo pelo lado angolano, os sul-africanos estão tentando impedir a instalação de postos de observação na Faixa de Ca-

privi, o longo corredor que separa Angola da Namíbia e esta de Botsuana.

Segundo o oficial angolano, a África do Sul planeja deixar aquela área fora do controle dos grupos de supervisão, pois espera assim manter o abastecimento de material militar para a Unita, o grupo sustentado por Pretória para atacar Angola.

ZÂMBIA

A prisão dos espões

O governo de Zâmbia anunciou a prisão de diversas pessoas, que integravam uma rede de espionagem a serviço da África do Sul. De acordo com as informações, os detidos estavam coletando dados e informações sobre instalações industriais e agrícolas do país e passando-as a órgãos do setor de segurança de Pretória. Se-

gundo o ministro zambiano da Defesa, Malimba Maxeque, as investigações poderão determinar a desarticulação completa da rede de informantes. Zâmbia, como outros países da África Austral, sofrem periódicos ataques de comandos sul-africanos, sendo algumas dessas incursões destinadas a sabotar instalações produtivas.

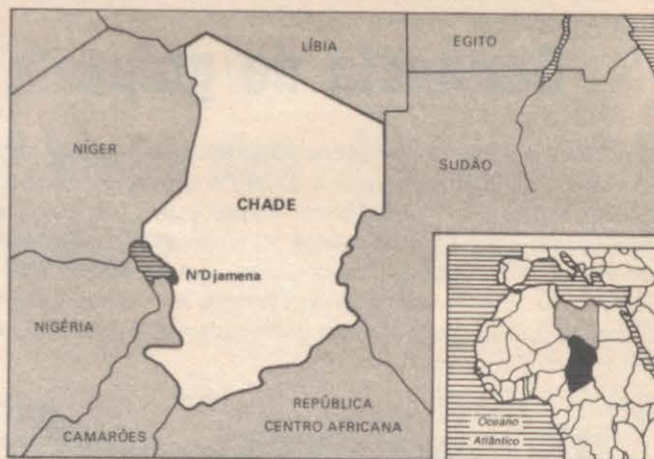
INTEGRAÇÃO:

Satélite africano

A Organização de Unidade Africana-OUA está destinando 280 mil dólares para um projeto de comunicações por satélite (Rascom) no continente. A OUA já passou os recursos para a União Internacional de Telecomunicações.

O projeto Rascom tem entre seus objetivos facilitar a integração física do continente africano e servir de instrumento à promoção do desenvolvimento agrícola, pela facilidade na difusão de novas técnicas nas zonas rurais.

LÍBIA/CHADE:



Reatamento diplomático

Os governos da Líbia e do Chade reataram relações diplomáticas no início de outubro, cinco anos após o início da guerra entre os dois países e um ano após o estabelecimento da trégua. Disputas fronteiriças e divergências políticas entre os dois regimes foram os motivos da guerra, durante a qual o regime chadiano de Hissene Habré, que tomou o poder em 1982, contou com a ajuda de forças militares francesas.

A trégua e o estabelecimento de relações diplomáticas decorreram da interfe-

rência da Organização de Unidade Africana, para evitar o alastramento do conflito. As diferenças entre os dois governos deverão passar agora por um processo de debates a nível diplomático. O Chade, ex-colônia francesa, continua dispendo de forças militares da antiga metrópole em seu território.

Ao reconhecer o governo de Habré, o regime de Muamar Kadafi deu mais um passo para evitar o isolamento, avançando em um processo que já o reaproximou do Egito, Iraque, Argélia, Sudão, Tunísia e Marrocos.

ORIENTE MÉDIO:

A ocupação israelense

Em reunião de alto nível, na qual foram discutidas algumas das alternativas políticas para os territórios ocupados, o líder da OLP, Yasser Arafat, contou que o eminente líder palestino Amin Hussein, pouco antes de sua morte lhe confidenciara que, por pressões de todo tipo, havia deixado passar a oportunidade histórica de fundar a Palestina em 1947. Nessa altura, o território, colonizado pelos ingleses, ainda estava dividido em dois Estados, um árabe e outro judeu. Amin Hussein – que é venerado hoje como uma das mais importantes personalidades palestinas – contou essa história ao presidente da OLP, no final dos anos 70, e qualificou a sua atitude de então como um “erro estratégico”, cometido sob pressão de interesses árabes e internacionais que queriam a todo custo garantir o repúdio ao plano das Nações Unidas para a divisão da antiga Palestina, contemplado na resolução 181.

Arafat – que realizou em outubro uma importante viagem pela China, Índia e Bangladesh, recebendo nos três países asiáticos apoio diplomático para a implantação de um Estado palestino independente – entende que existe grande semelhança entre o que aconteceu naquela oportunidade e a confusão que reina nesses momentos em círculos oficiais e populares palestinos. Os setores mais duros rejeitam toda possibilidade de proclamar um Estado independente na Cisjordânia e

em Gaza, porque reivindicam a liberação de todo o território da Palestina, anterior à fundação de Israel. Para eles, aceitar um Estado palestino em uma parte do território histórico implica reconhecer o direito à existência do Estado judeu e não estão dispostos a fazê-lo. No entanto, a realidade tem demonstrado que não é esse o sentimento palestino da maioria, nem nos territórios ocupados, nem nas comunidades que vivem no exílio.

Os países árabes também estão divididos, mas a tendência predominante é aceitar a resolução que seja adotada pela OLP. Essa atitude é defendida entre outros pelo presidente egípcio Hosni Mubarak, que depois de um período de relações difíceis com Arafat, está ajudando o presidente da OLP a defender suas idéias em vários governos europeus.

Em geral, a proclamação de um Estado palestino independente nos territórios ocupados obteve boa acolhida na Europa ocidental. Dirigentes europeus afirmaram que se espera do Conselho Nacional Palestino essa ou outra medida que mostre uma nítida definição da OLP para o reconhecimento do Estado de Israel.

A União Soviética, pelo seu lado, também fala da necessidade de um projeto “realista e bem estudado” para Cisjordânia e Gaza, entendendo-se que dessa forma se descreve a necessidade de reconhecer Israel e acabar com o argumento utilizado sempre por israelenses e norte-americanos



Arafat (dir., com Hussein e Mubarak) vai proclamar o Estado Palestino

para bombardear qualquer projeto de realização de uma conferência internacional de paz para o Oriente Médio. A autodeterminação e a independência têm sido defendidos pela União Soviética, como direitos do povo palestino.

Também em Israel, o tema da paz está no centro dos debates, a ponto de ter sido o eixo da campanha eleitoral deste ano. O chanceler e presidente do Partido Trabalhista de Israel, Shimon Peres, disse que “para garantir a paz no Oriente Médio, Israel deveria ceder aos palestinos a Faixa de Gaza e a parte da Cisjordânia onde vive uma ampla maioria árabe”. Peres, que formulou essas declarações em Paris, se manifestou também disposto a “negociar com qualquer palestino, sem levar em consideração sua biografia nem seu passado, desde que aceite a existência do Estado de Israel e renuncie à violência. A experiência nos tem mostrado que a OLP deve ser também um interlocutor de Israel”, afirmou.

Um dos principais jornais judeus de Jerusalém publicou que 51% dos eleitores israelenses se mostraram

hoje favoráveis a uma negociação com a OLP, para decidir o futuro dos territórios ocupados. Uma mostra do anseio de paz que está impregnando a sociedade israelense é o avanço dos movimentos pacifistas. Nesse sentido, foi considerada da maior importância a fundação, há cerca de dois meses, do Conselho para a Paz e a Segurança, organismo integrado por veteranos do Exército. Essa entidade rejeitou a “tese oficial” de que Israel ocupa Gaza e Cisjordânia por razões de segurança. O Conselho para a Paz tem em suas fileiras cerca de 100 generais e coronéis, todos da reserva mas com forte prestígio militar.

“Desejamos”, disse um dos generais do Conselho, Yosef Geva, “que nosso povo saiba que a paz é a melhor base para a segurança”. Estas palavras têm um peso que não passa despercebido pela sociedade israelense. Como também não são ignoradas as palavras do general Ori Orr, quando observa que “deve entender-se que a ocupação tem que terminar, porque seu prosseguimento nos causa muito mais dano”.

ISRAEL:

Pastor nazista

O racismo antiárabe em Israel sofreu um revés: a Suprema Corte manteve a decisão da Comissão Eleitoral do Parlamento que ilegalizou o Partido Kach, impedindo-o de concorrer às eleições realizadas a 1º de novembro.

Esse agrupamento de fanáticos, conduzido pelo pastor Meir Kahane, um judeu norte-americano que atua politicamente em Israel, onde elegeu-se deputado, o menos que defende é a eliminação de todos os árabes dos atuais territórios ocupados. Ou seja, jogar fora de

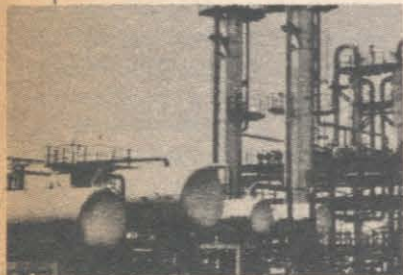
sua pátria mais de um milhão de palestinos.

As forças democráticas e progressistas de Israel, alvos permanentes da agressão do Kach, acusam o pastor Kahane e seus seguidores de uma posição só comparável ao nazismo.

A sentença definiu o Kach como um grupo racista e atentatório à liberdade democrática. Um passo à frente em Israel, fruto de muitos fatores, um dos quais a inabalável decisão dos palestinos de defender o seu direito à vida e à autodeterminação.

ARGÉLIA:

A desunião da Opep



O petróleo permite modernizar

Expressando a tensão que se estende por toda a Organização dos Países Produtores de Petróleo-Opep, o governo argelino está exortando os integrantes do acordo petrolífero a chegarem a um consenso, em torno de medidas efetivas que levem à sustentação dos preços, atualmente em baixa acentuada, o que tem criado problemas de emergência em diversos países

afetados pela queda da receita.

Reunião de emergência realizada no final de outubro, na representação argelina em Madri, Espanha, nada decidiu de substantivo, quanto aos preços ou à estratégia de médio e longo prazos a seguir. Qualquer possibilidade de acordo foi remetida para a reunião ministerial a se realizar na segunda quinzena de novembro na sede da Opep, em Viena.

O mercado internacional de petróleo tem registrado intensa oferta do produto, pois diversos produtores estão desobedecendo quotas de produção, acirrando a disputa pelos mercados e degradando os preços, que chegaram a baixar até ao nível de 9 dólares.

KUWAIT:

Londres protege BP

Em clara contradição com sua apregoada política de privatização e liberalismo econômico, o governo britânico determinou que o Escritório de Investimentos do Kuwait-Kio reduza sua participação de 21,6% na British Petroleum-BP, a maior firma inglesa, por temer que a crescente presença árabe ponha em risco o controle da empresa.

No melhor estilo protecionista, o governo de Margaret Thatcher deu o prazo de um ano, para que o Kio reduza sua participação a apenas 9,9% do capital da empresa. O Kuwait aumentou sua fatia na BP um ano atrás, aproveitando a oportunidade do fracasso do lançamento de ações ao público, no valor total de 12,6 bilhões de dólares. Logo depois de aumentar sua participação, o Kio teve que fazer uma declaração pública,

comprometendo-se a não interferir na administração da empresa e assegurando que se tratava apenas de um investimento de longo prazo.

Ao justificar a decisão britânica, o secretário de Comércio, Lord Young, afirmou que o Kuwait faz parte de um cartel, a Opep, e isso é contra os princípios do liberalismo econômico do governo inglês, que não quer ver sua principal empresa participando indiretamente de um sistema cartelizado. "Assim, o que fazemos é em prol do livre mercado", argumentou.

A reação kuwaitiana foi de indignação, mas ainda não houve uma resposta oficial à determinação inglesa. O Kuwait tem investimentos de 25,3 bilhões de dólares na Grã-Bretanha e os setores financeiros de Londres temem a retirada desses recursos do país.

CORÉIAS:

As condições do diálogo

O governo norte-coreano apresentou, nas Nações Unidas, as condições que considera mínimas para a retomada do diálogo entre as duas Coreias, com vistas à reunificação nacional. Segundo o vice-chanceler da República Democrática da Coreia, Kang Sok Ju, são pré-condições indispensáveis um pacto de não-agressão, a revogação das leis contra os comunistas e o fim de exercícios militares agressivos.

O vice-chanceler norte-coreano definiu, ainda, a base do projeto nacional que seu governo defende, ao explicar que as duas Coreias deveriam converter-se em governos autônomos e iguais, no âmbito de uma república confederada.

Neste ano, as duas Coreias participaram dos debates da assembleia-geral da ONU, pela primeira vez. Ambas têm missões permanentes de observação nas Nações Unidas.

IRAQUE:

Festival de Merbed

Bagdá será palco, entre 24 de novembro e 1º de dezembro de 1988, do nono festival de poesia de Merbed. O evento é considerado um dos mais bem-sucedidos festivais do gênero no mundo árabe, contando, este ano, com a participação de centenas de poetas, escritores e jornalistas de todas as partes do mundo.

A história do primeiro festival de Merbed remonta à época pré-islâmica. Nesse tempo, as diferentes tribos árabes se reuniam e os poetas apresentavam os bons costumes, a generosidade e a valentia dos homens de sua tribo. Eles eram os porta-vozes que expressavam o orgulho de cada povo através de sua obra.

Esses poetas, segundo a tradição, reuniam-se num grande festival de poesia anual, realizado na cidade de Ukad, localizada no coração da península árabe.

PANAMÁ:

Aço cresce no Terceiro Mundo

Os países do Terceiro Mundo aumentaram sua produção de aço em 68% no decênio 1977/1986 e vão duplicá-la até 1995, segundo dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial-

Onudi, em seu "Informe 1988/1989 sobre a Indústria e o Desenvolvimento Global". No ano passado, a produção mundial bruta de aço alcançou o total de 737,5 milhões de toneladas e prevê-se que, a não ser por eventuais questões de mercado, a mesma cifra poderá ser mantida neste ano.

Os dados da Onudi mostram, ainda, que na atual década a produção siderúrgica aumentou significativamente nos países em desenvolvimento (28,7 milhões de toneladas) e no mundo socialista (41,9 milhões de toneladas), enquanto declinava no bloco capitalista desenvolvido, baixando em 41,1 milhões de toneladas. No mesmo período, a liderança dos países industrializados no setor caiu de 56% para 48,9%.

No âmbito do Terceiro Mundo, dois terços da produção de 122 milhões de toneladas dessa área foram de responsabilidade de apenas cinco países: Brasil, Formosa, Índia, México e Coreia do Sul.

PAQUISTÃO:

Mudando o regime

Os paquistaneses poderão mudar o regime neste mês de novembro, se derem a vitória, nas eleições, a Benazir Bhutto, líder do Partido do Povo, filha e herdeira política do ex-primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto, enforcado pela ditadura do general Zia ul-Haq. Morto agora o general, na explosão do avião em que viajava, as eleições poderão permitir uma nova fase política ao país.

EGITO:



Naguib: retrato do povo

Pela primeira vez um escritor de língua árabe é laureado com o prêmio de literatura da Academia de Estocolmo. A escolha de Mahfouz surpreendeu jornalistas, críticos literários e editores, porque além de desconhecido no mundo ocidental, seu nome nunca esteve entre os prováveis ganhadores deste ano.

A premiação de um egípcio repercutiu como "ousadia" de uma Academia que preferencialmente tem premiado autores do Primeiro Mundo. Segundo Sigrid Kahle, crítica literária na Suécia, o fato revela o reconhecimento do romance árabe, uma forma nova de expressão literária.

Sua obra principal é a trilogia "Ben-El-Qasrain", "Qasr Ash Shaq" e "Esh-Shuqariyyada". A trilogia é autobiográfica e se refere às

O Nobel árabe

condições políticas, intelectuais e sociais do Egito contemporâneo. A narração de Mahfouz se fortalece nas descrições da vida de personagens marginais como mendigos, drogados, prostitutas e bandidos, temas universais.

O escritor foi funcionário público até o ano de 1971, colaborou com diversas revistas literárias e publicou sua primeira obra "O Murmúrio da Loucura", em 1939. Os críticos literários distinguem três momentos em sua obra, o faraônico, o ideológico e o de literatura popular.

Suas obras já foram traduzidas para mais de dez países. Segundo o próprio Mahfouz, a tradução em francês de sua trilogia foi a razão principal de sua premiação. Na trilogia, o mais vendido escritor do mundo árabe faz severas críticas ao período do governo de Gamal Abdel Nasser. Por esse motivo no Cairo, o Prêmio Nobel de 88, é conhecido como "escritor valente".

O escritor é alvo de alguns ataques por parte da Federação Árabe, que o critica severamente por uma viagem a Israel. Ele foi o primeiro intelectual egípcio a apoiar a paz entre os dois países mesmo antes do acordo ser assinado e quando ainda reinava um clima de guerra. Por essa atitude seu nome constou da "lista negra" de intelectuais árabes, e sua obra foi proibida em alguns países.



Vitoriosa, a oposição pressiona agora para rápida redemocratização, como expôs Patricio Ailwyn (centro), coordenador do Comando pelo Não

O Chile depois de Pinochet

O povo chileno vive as expectativas do fim da ditadura militar num jogo de pressões e contrapressões em torno da antecipação das eleições: a oposição vitoriosa no plebiscito apresentará candidato único

Nelson Caula*

Parece que realmente ganhou o Não...”, foi tudo o que disse o Comandante da Força Aérea, Fernando Mathei. Seis horas depois do fim do plebiscito, era esperado algum comentário. O comunicado oficial demorou mais tempo ainda, mas os jornalistas conseguiram roubar essas palavras e todo o país respirou profundamente.

“E agora?... e agora?...”, insistiam os jornalistas. “Tranquilidade...tranquilida-

* Jornalista uruguaio, enviado especial de terceiro mundo ao plebiscito chileno.

de...” respondia o general Mathei.

E, não era simples fazer esse pedido, depois da tremenda tensão que o país havia suportado. Era a segunda vez que presenciávamos como uma ditadura perdia um plebiscito, baseada – como não podia ser de outra maneira – em suas próprias regras de jogo. A primeira foi no Uruguai, em 1980, mas nada comparado ao Chile com toda a sua carga de incertezas e nervosismos. A situação nos fazia lembrar um velho artigo de Benedetti, onde ele dizia que um boato encontrava outro na esquina e davam vida a outro boato.

Na segunda-feira, véspera do plebiscito já era “vox populi” que o Não se impunha; Pinochet e seu denominado

“círculo íntimo” e uma dezena de generais manipularam certos dados, para eles alarmantes, em relação ao resultado final. O Centro de Estudos Públicos, uma entidade acadêmica oficial, não foi autorizado a publicar os resultados de suas pesquisas que davam 16% de indecisos, 32% para o Sim e 52% para o Não. Soube-se então que estava em marcha um plano. Os ônibus habitualmente utilizados pela polícia para prender pessoas, devidamente camuflados e com pessoal da Central de Inteligência, atacariam a sempre combativa população de Santiago, gerando a desordem que o governo necessitava, como pretexto para virar a mesa. Quando a máxima autoridade da Polícia Militar deu a in-

formação pública de que seis de seus ônibus haviam sido roubados, pelo menos um boato deixava de existir e um plano sinistro se confirmava.

O Departamento de Estado norte-americano antecipou-se: "Estamos conscientes" - dizia - "de que o governo do Chile planeja cancelar o plebiscito ou anular os resultados, e levamos o caso a sério...". De quinze anos para cá, algo mudou: os Estados Unidos não seriam, desta vez, promotores de nenhum plano de desestabilização. O embaixador chileno em Washington deu sua palavra de que tudo estava bem, mas a onda de boatos não cessou. A possibilidade de fraude eleitoral permanecia latente. Na terça-feira à noite, ocorreu um prolongado blecaute "por um atentado terrorista", do qual ninguém acreditou, (três minutos depois de um longo programa na televisão, com a primeira dama como protagonista principal), até ser conhecido o resultado final, a tensão não parava de aumentar.

O ato eleitoral foi inatacável, segundo opinião unânime de opositores, observadores estrangeiros e imprensa internacional. O total acatamento das instruções distribuídas pelo "Comando pelo Não", depois de um acordo com o Partido Comunista, de se comemorar em casa, acalmou o que muitos consideravam a outra tempestade: o povo tomando as ruas.

O gesto de Pinochet

Quando a tão ansiada alegria por fim chegou, inundando milhões de lares, Pinochet ficou mais desconcertado que nunca nos últimos quinze anos. Ao sair do La Moneda, era a clara imagem da derrota e não podia dissimular. "Estou realmente surpreendida - confessou sua filha - eu nunca pensei que isso fosse

acontecer. Foi uma grande decepção".

"Temos que levantar o ânimo de Pinochet", disse um ministro. E a partir desse momento, se colocou em andamento toda uma operação nesse sentido. Para Sérgio Fernández, ministro do Interior, homem de grande influência no círculo dos íntimos de Pinochet "a figura do presidente se agiganta, teve uma votação extraordinária" diz. E acrescenta: não existe ninguém no Chile que tenha uma significação popular maior que ele. Quem tem no mundo, após quinze anos de governo, uma percentagem tão elevada de votos? O resto



Os chilenos acorreram em multidões aos postos de votação e aplicaram histórica recusa à ditadura e ao ditador Pinochet

tem que ser dividido por 16", fazendo alusão aos grupos que integram o Comando vencedor.

O pior da estória é que Pinochet acreditou e em seguida apareceram os sinais de que havia recuperado o ânimo: as pessoas que festejavam pacificamente na rua, gritando "amigos" aos policiais foram reprimidas por boa parte deles.

No pouco tempo que transcorreu entre a madrugada e o meio-dia de quinta-feira, 6 de outubro, o regime se lançou na reconquista do espaço perdido, fechando-se nas cláusulas de uma Constituição aprovada fraudulentamente em 1980: "Não está em jogo" - disse Pinochet - "o ideário nem o itinerário constitucional traçado".

A oposição vencedora insistiu várias vezes que a derrota não foi das forças armadas, mas de Pinochet e que quer

negociar uma transição digna para a democracia.

A oposição busca os mecanismos de se fazer ouvir por um governo acostumado a monologar e comandar. Pinochet não esclarece se a intransigência é definitiva ou faz parte do choque que lhe causou a derrota.

O mais lógico é supor essa última explicação, porque no Chile, como bem disse Hortensia Bussi Allende para Clodomiro Almeyda, "as alamedas começaram a se abrir" e o que "se perdeu pelo caminho" é algo mais que uma expressão de desejos, é um dado da reali-



dade.

São várias as especulações feitas em relação ao futuro do Chile, depois do resultado favorável ao Não. Boa parte da direita - liderada pelo Partido Renovação Nacional - aspira a manter o caudal eleitoral do Sim, no entendimento de que se repudiou o candidato, mas não a opção. Sergio Onofre Jarpa (ex-ministro do Interior) espera tirar partido da situação, por causa de uma velha disputa com o ditador e sua negativa para que fosse designado candidato. Jarpa, que se mostrou moderado e conciliador com a oposição, acha que deve ser modificada a Constituição e foi o primeiro líder de direita a aceitar a derrota.

Para esse bloco, uma boa estratégia passa por acentuar as diferenças do bloco opositor, dividi-lo e consolidar seu projeto.

A poderosa Democracia Cristã acre-



Hortensia Allende e o apoio de Montand

dita que a negociação com as forças armadas deve apoiar-se sobre bases reais e em profundidade, combinando esse fator com a mobilização.

Alguns pontos

Considera os partidos unidos pelo Não, como os únicos interlocutores váli-

dos para esta negociação e quer distância em relação ao Partido Comunista. Esses são, segundo palavras de Patricio Alwyn (presidente do PDC chileno), "uma minoria insignificante que apoiou o Não na última hora". Num futuro próximo, considera uma aliança com os socialistas porque prevêem "uma renovação e valorização da democracia".

O porta-voz do Partido Comunista, José Sanfuentes, aponta algumas condições importantes: a negociação deve ser feita com "o que há de melhor das forças armadas". Para isso, é imperioso que Pinochet renuncie e o fundamental é a mobilização. No aspecto econômico, Onofre Jarpa e Patricio Alwyn têm pontos em comum. Segundo o primeiro, "falta nessa economia de mercado colocar mais ênfase no aspecto social". O segundo diz: "Não queremos desconhecer o positivo, queremos desenvolvimento, queremos modernização, queremos um país aberto à exportação, queremos respaldar a iniciativa privada, não significando que o Estado deixe de ter um papel importante". O setor empresarial parece não se preocupar com o futuro. Depois do plebiscito, não aconteceram corridas aos bancos, fuga de capitais, nem o menor sintoma de caos econômico.

O embaixador dos Estados Unidos, Henry Barnes, foi claro, ao expressar que gostaria de representar em breve o seu país num Chile democrático. Isto é: no melhor estilo das democracias, tipo Argentina e Uruguai.

Colocadas assim as coisas, ganha solidez a idéia de uma "saída à uruguia". Os elementos de juízo não permitem vislumbrar se os defeitos que essa experiência teve (as eleições de 84, no Uruguai, foram realizadas com partidos proscritos, presos políticos e liberdades essenciais cerceadas) possam ser superados no caso chileno.

A extrema dureza com que Pinochet reagiu frente à derrota parece estar mais sintonizada com o propósito de ceder o menos possível na negociação. Muito dependerá, de hoje em diante, da unidade dos partidos na negociação com as forças armadas, e da disposição real dos militares para abrir espaços para a sociedade civil transitar rumo à democracia.

A direita busca face moderna

Enquanto as oposições esperam tirar um nome de consenso para a presidência, no correr de novembro — provavelmente da Democracia Cristã — o bloco governista movimentou-se à direita, em busca de um nome que possa apresentar-se como a face moderna do regime. Especula-se que quatro nomes já se alinham: duas figuras são da direita tradicional e os outros dois nomes são tecnocratas da nova geração. De um lado, fala-se do presidente do Partido Re-

lamentares para 14 de dezembro de 1989. Os candidatos deverão estar inscritos oficialmente antes de 14 de julho do próximo ano.

Jarpa, ex-embaixador de Pinochet em Bogotá e Buenos Aires, é um controvertido personagem público, que não titubeou em atribuir ao próprio ditador a derrota no plebiscito: "As batalhas, as perdem os generais, e não os soldados", disse Jarpa, que, na presidência do Partido Renovação Nacional, incentivou o apoio ao "Sim" no plebiscito, mas manteve postura crítica em relação ao direcionamento da campanha do candidato único.

Sergio Diez, outro provável candidato, notório por sua agressividade verbal, cumpriu nas Nações Unidas a difícil tarefa de defender o regime militar, nos primeiros anos da ditadura. Diz-se favorável a um diálogo "com a oposição democrática", para aplainar os caminhos da nova situação política.

Além desses dois políticos, estão cotados também os representantes da direção econômica do Chile na última década, os tecnocratas Buchi e Piñera. O primeiro, defensor da idéia de que a economia deve ser independente da política, tem a seu favor a confiança de Pinochet e os resultados do programa econômico, considerado um êxito da linha do liberalismo. Já Piñera, filho de conhecido diplomata chileno, foi autor do novo código de mineração, que abriu este vital campo de atividade aos investimentos estrangeiros, hipotecando, segundo a oposição, o maior patrimônio nacional.

novação Nacional, Sergio Onofre Jarpa, e do ex-embaixador nas Nações Unidas, Sergio Diez, enquanto as opções tecnocráticas seriam o ex-ministro do Trabalho, José Piñera e o ministro da Fazenda, Hernan Buchi.

Tais possíveis candidaturas, no entanto, dependem da vontade de Pinochet, que parece não ter descartado o próprio nome para a eleição direta. De qualquer maneira, o general, com 72 anos, vai atribuir a si próprio a palavra final, para determinar quem tentará continuar a obra da ditadura dos últimos 15 anos. A constituição vigente desde 1980 estabelece eleições presidenciais e par-



21/10: novo gabinete para fase final



Alfonsín discute com Saul Ubaldini, líder da CGT, o novo plano econômico e tenta conseguir adesão

O preço da estabilidade

O "Plano Primavera" pode deter a alta dos preços por algum tempo, mas não consegue diminuir o protesto das vítimas da crise

Marcelo Montenegro

Com uma inflação de 440% nos últimos doze meses, o governo Raúl Alfonsín tenta aliviar os argentinos das tensões econômicas e melhorar sua imagem perante os eleitores, que, em 14 de maio de 1989, voltarão às urnas para eleger um novo presidente.

Em agosto o custo de vida subiu 30%, segundo fontes não-oficiais, e 27,6% de acordo com dados do governo. Os efeitos do *minichoque* denominado "Plano Primavera" poderão ser sentidos até dezembro, quando o índice de

inflação* dos últimos meses do ano for revelado.

No início de setembro, o presidente disse estar confiante na capacidade do ministro da Economia, Juan Sourrouille. A intenção do governo era baixar a inflação, naquele mês, para menos de 9%, e o otimismo presidencial parecia ter fundamento.

De acordo com opinião de analistas, a criatividade da "equipe Sourrouille" continua surpreendendo pela habilidade em conduzir um universo econômico tão complexo. A chave do êxito parece estar nas inovações introduzidas no sistema de câmbio, estabelecendo valor diferente ao dólar conforme sua origem, nas exportações de produtos agrícolas

ou industriais, enquanto se mantém o chamado "dólar livre" para o resto das operações. (Ver terceiro mundo edição 114, p. 25).

O Banco Central participou do cálculo de valor do "dólar livre" colocando à venda, logo após o anúncio do plano, 100 milhões da moeda norte-americana ao preço de 14,40 austrais por dólar (exatamente 20% mais caro que o preço de compra das divisas provenientes da exportação agrária).

Desta forma, o Banco Central argentino compra a moeda norte-americana dos fazendeiros e vende aos importadores e outros interessados por um preço 20% superior. Com isso, espera-se obter um lucro de 1 ou 1,2 bilhão de dólares que servirá para colocar as contas em dia, sem apertar o cinto do contribuinte e sem emitir papel moeda. As exportações argentinas de grãos foram favorecidas pela seca no sul dos Estados Unidos, mantendo um superávit estável por algum tempo. Segundo declarações do vice-presidente do Banco Central, Marcelo Kiguel, em setembro o Estado estava comprando dos exportadores de grãos uma média de 30 milhões de dólares por dia.

Com o "teto" obtido ao colocar o "dólar livre" entre 13 e 14,40 austrais, o governo espera regular todas as outras variáveis: preços, salários e tarifas. Elas deveriam ajustar-se à flutuação da moeda norte-americana e com isso teria uma relativa estabilidade que permitiria o melhor controle da economia.

Entretanto, algumas nuvens pesadas fecharam o tempo sobre o otimismo do

Um dia violento

Entretanto, algumas nuvens pesadas fecharam o tempo sobre o otimismo do

Menem prega união da América Latina

□ O Partido Justicialista (peronista), o principal da oposição na Argentina, lançou oficialmente sua campanha para as eleições presidenciais com um grande comício no dia 18 de outubro. Mais de 70 mil pessoas foram até o estádio do River Plate para ver e ouvir os principais líderes do peronismo, tendo à frente Carlos Saul Menem, candidato do partido à presidência.

A manifestação foi organizada pelos setores "ortodoxos" (de direita) do sindicalismo peronista, que controla uma parte importante da Confederação Geral do Trabalho (CGT), que por sua vez, é a central única operária argentina, de tendência marcadamente peronista. Menem, atual governador do estado de-



Menem: mais salário e política social

La Rioja, a 1.200 quilômetros de Buenos Aires, ressaltou que "a CGT nasceu peronista e permanecerá assim".

O candidato afirmou no comício que não quer enfrentamentos, que seu partido não é violento e propôs uma síntese entre "o trabalho e o capital, entre o povo e as forças armadas". Lembrou que o peronismo nasceu justamente de exigências da

maioria do povo argentino, por maior justiça social.

Menem também tentou explicar o seu plano de outorgar aos trabalhadores um "salariazó" (literalmente "salariação", um grande salário), uma das principais propostas de campanha. Segundo ele, o plano do "salariazó" consiste em "devolver ao trabalhador o nível histórico de seu poder aquisitivo".

Ao encerrar seu discurso - que foi precedido pelos pronunciamentos do candidato a vice, Eduardo Duhalde, e do presidente do peronismo Antonio Cafiero - Menem destacou os três objetivos principais de seu futuro governo: "Unidade nacional, revolução produtiva e união da América Latina".

A campanha eleitoral, que culminará com a eleição do presidente em 14 de maio de 1989, terá também como protagonista Eduardo Angeloz, candidato da União Cívica Radical-UCR, partido do presidente Raúl Alfonsín. Angeloz, juntamente com outros líderes radicais, tem se pronunciado contra o que dizem ser o "caráter intrinsecamente violento do peronismo".

As pesquisas eleitorais divulgadas até o dia 9 de setembro davam uma vantagem de 20 pontos a Menem (47% contra 27% dados a Angeloz), com uma faixa de 26% de eleitores indecisos. Nesta data, a CGT organizou uma greve e manifestações na Praça de Maio, em frente ao palácio presidencial, que acabaram sendo violentamente reprimidas pela polícia.

As pesquisas realizadas pelos meios de comunicação argentinos após estes acontecimentos mostraram uma diminuição na diferença entre os dois principais candidatos à presidência da Argentina. Porém, mesmo segundo meios que não são simpáticos ao candidato peronista, Menem mantém pelo menos 10% de vantagem sobre Angeloz.



Sourrouille: agora, a ofensiva de primavera

governo. Em primeiro lugar, antes de se apagarem os efeitos do enfrentamento verbal entre governo, agricultores e pecuaristas, a poderosa central geral de trabalhadores - CGT - convocou uma greve geral em todo o país para 9 de setembro, a 12ª desde que Alfonsín chegou ao poder, em dezembro de 1983.

Os trabalhadores não aceitaram as novas medidas econômicas e aderiram de forma massiva à greve geral, apoiados por organizações de pequenos comerciantes, ruralistas, sindicatos e cooperativas. A greve durou 8 horas, começando ao meio-dia de 9 de setembro, sendo que a mobilização ocorrida na Praça de Maio terminou em distúrbios que provocaram 100 feridos entre policiais e manifestantes.

Os incidentes obrigaram o secretário geral da CGT, Saul Ubaldini, a interromper seu discurso e retirar-se do ato junto com a cúpula do Partido Justicialista (peronista, principal partido de oposição), que acompanhava a central operária no protesto.

Brutalidade policial

De acordo com testemunhas presentes, tudo começou quando um grupo de manifestantes do Partido Comu-

nista foi agredido por militantes da União Operária Metalúrgica (UOM), sindicato liderado pela direita do peronismo.

Essa foi a justificativa utilizada pela polícia para intervir e reprimir com gás lacrimogêneo e cassetetes, causando elevado número de feridos. Depois dos confrontos o panorama era desolador: carros queimados, comércio saqueado e vitrines quebradas. Os hospitais acusaram a entrada de 71 civis e 29 policiais feridos. Dezesete manifestantes foram detidos.

O Ministério do Interior responsabilizou o grupo de ultradireita denominado "Alerta Nacional" como autor da provocação que desencadeou a violência, mas a CGT culpa a polícia e o governo pela repressão, que lembrou os piores momentos do regime militar. A central sindical decidiu realizar uma nova mobilização nacional, desta vez em protesto pela repressão sofrida. A medida foi criticada por todos os partidos políticos, inclusive pelos peronistas, além da maioria dos dirigentes sindicais. Segundo eles, numa economia em crise, as greves desse tipo só contribuem para agravar a situação dos trabalhadores.

Anjos e demônios

Tanto o partido do governo – União Cívica Radical (UCR) – como o partido peronista (Justicialista) tentaram obter ganhos eleitorais desses graves acontecimentos. A UCR, pretende ganhar os votos dos indecisos – que somavam 26% do eleitorado em agosto – mostrando que o peronismo representa uma volta ao passado. Aparece como incapaz de solucionar os confrontos internos, que acabaram arrastando a Argentina ao golpe de Estado que derrubou Isabel Perón em 1976. "Tive a sensação de que o país estava voltando atrás na História. Parece que ainda não aprendemos a lição de morte, desaparecidos e repressão que sofremos até há bem pouco tempo", disse o candidato presidencial pela UCR, Eduardo Angeloz, referindo-se aos fatos de 9 de setembro. "Voltou a violência. E isso ocorre num ato que contou com presença e adesão da direção peronista", concluiu Angeloz.

O candidato peronista, que não participou do ato da CGT, disse por sua vez, que a "jornada de 9 de setembro foi um dia negro que haverá de transformar-se numa data histórica com o passar do tempo. A repressão policial utilizada contra uma concentração popular pacífica obedece a um plano perfeitamente orquestrado", observou Menem. E acrescentou: "A interpretação oficial dos acontecimentos tende a apresentar o mundo como constituído de anjos e demônios. Os anjos são os que atualmente governam o país e os demônios a imensa maioria do povo argentino".

Menem – que lidera com ampla vantagem as pesquisas eleitorais – comentou ainda: "Me pergunto se diante da impossibilidade de controlar fatores de produção para pôr em marcha a verdadeira justiça social e frente ao fracasso da política econômica, o governo não estará buscando retirar-se através de um golpe de Estado ou um autogolpe".

Ofensiva do setor trabalhista

A CGT manteve a realização da mobilização de protesto contra a violência policial, apesar das críticas que recebeu tanto do governo como de seu próprio partido. A central operária considera que a política do governo Alfonsín "está sendo comandada pelo Fundo Monetário Internacional e os bancos credores". A central compara ainda a repressão policial de 9 de setembro, com a ocorrida na ditadura militar contra a greve geral e mobilização popular realizadas pela CGT, em 30 de março de 1982.

Os analistas avaliam que essa ofensiva do setor trabalhista se expressou também na negociação salarial de se-



O protesto virou batalha de rua, ante a repressão policial inesperada

tembro dos trabalhadores metalúrgicos. Apesar das expectativas inflacionárias girarem em torno de 10%, o influente sindicato pediu ao setor empresarial um aumento salarial de 18%, que teria desarticulado o frágil equilíbrio esboçado pelo "Plano Primavera". O governo, através do Ministério do Trabalho, havia negociado um plano de moderação nas reivindicações para permitir às empresas um aumento zero nos preços de outubro. Tradicionalmente o acordo salarial dos metalúrgicos serve como referência para o resto das negociações trabalhistas, tendo, por isso, um efeito de arrastão. Ainda que o aumento tenha finalmente sido assinado em 8%, alguns especialistas entendem que ele está longe de ser um aval para os planos de contenção salarial do governo.

Cabe perguntar qual será o efeito eleitoral do "Plano Primavera" que, na melhor das hipóteses, pode permitir o equilíbrio momentâneo das contas da economia argentina. Confiantes numa "paz transitória" no setor externo e com reforço de um crédito do Banco Mundial por 1,2 bilhão de dólares, o governo mantém o peso fundamental da crise nas costas da população assalariada que, em sua maioria, sobrevive com ganhos inferiores a 100 dólares por mês. ●



Alvarado: revolução cristã e socialista

A revolução de Velasco 20 anos depois

No vigésimo aniversário da "revolução" de 1968, as opiniões sobre essa experiência militar são divergentes, mas não há dúvida de que o Peru deixou de ser o mesmo depois da passagem do general Velasco

Abraham Lama

Ao se completar, no dia 3 de outubro, o vigésimo aniversário do golpe militar do general Juan Velasco Alvarado – que tentou fazer com a ajuda das forças armadas uma revolução nacionalista e moderna no Peru – esse episódio histórico continua gerando graves polêmicas no país.

Velasco fez uma reforma agrária socializante, estatizou o petróleo e a mineração, introduziu a co-gestão de trabalho nas empresas privadas e criou uma nova sociedade, que, segundo ele, seria "humana, livre, cristã e socialista". O líder militar governou no período de 3 de outubro de 1968 a 29 de agosto de 1975, quando foi derrubado por um dos seus companheiros de armas, o general Francisco Morales Bermúdez, e, a partir de então, se assiste ao progressivo desmoronamento da maioria das suas reformas sociais.

Uma transformação justa e solidária

Com a mesma paixão com que o atacaram ou conspiraram contra seu governo, os setores empresariais e políticos conservadores dizem agora que as reformas de Velasco são a origem da grave crise econômica que o Peru atravessa, assim como a ofensiva guerri-



1988: a crise econômica abala as ruas

lheira do grupo maoísta Sendero Luminoso.

À exceção do Partido Comunista, os demais grupos de esquerda se recusaram a apoiar o governo militar, porque este não lhes deixou espaço político. Hoje esses mesmos grupos não condenam as reformas de Velasco, mas, em geral, não se mostram muito entusiasmados com elas.

Nas camadas mais pobres da sociedade peruana, em compensação, a figura de Velasco conserva seu caráter de mito, apesar do obstinado silêncio oficial. Villa El Salvador, uma enorme favela na periferia de Lima, premiada pelas Nações Unidas e pelo príncipe de Astúrias como exemplo de solidariedade, pediu, no dia do vigésimo aniversário da "revolução" de 1968, que os restos mortais de Velasco fossem trasladados do velho cemitério de Lima para um lugar de honra naquela favela. "Queremos que o general Velasco contemple, com sua tumba, nosso esforço para nos tornarmos a primeira comunidade so-

cialista do Peru", declarou o administrador de Villa El Salvador, Miguel Azcueta. Por sua vez, Isidoro Gamarra, presidente da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP) e dirigente do Partido Comunista, reconheceu que Velasco fez uma mudança justa e solidária.

Os latifundiários foram, obviamente, adversários de Velasco desde a reforma agrária de 1969, mas os empresários, que aplaudiram a incorporação ao mercado de consumo da massa trabalhadora camponesa, passaram para a oposição quando Velasco implantou os mecanismos da co-propriedade e co-gestão de trabalho em suas empresas em 1971.

O rosto andino de Lima

O psiquiatra Max Hernandez, militante da esquerda na época de estudante, declarou que quando voltou ao Peru em 1974, oito anos depois, encontrou seus ex-companheiros de lutas universitárias trabalhando para um regime militar. "A Lima que encontrei em 1974 era diferente: mais popular, com rosto andino, mas também percebi um grande temor entre as classes médias e acomodadas. Como expressou o historiador Pablo Macera, o medo tinha se transferido dos fracos para os poderosos".

Com base em algumas interpretações dessa nova situação, surgiram a força eleitoral da Esquerda Unida (um-terço dos votos) e o apoio de muitos camponeses indígenas ao Sendero Luminoso. Mas essa explicação simplista é discutida pelos intelectuais de esquerda. Um deles, o historiador Alberto Flores Galindo, admitiu em parte o argumento quando explicou a radicalização dos setores populares do país como resultado do ataque velasquista à ordem oligárquica e da supressão do tabu oficial sobre temas como socialismo, planejamento e acesso à literatura marxista.

Flores Galindo assinala, ainda, que o que abriu espaço para a conscientização e atual combatividade das massas populares não foram só as reformas, mas a abertura de expectativas e seu fracasso posterior.

Ao encontro da paz

A inclusão da guerrilha no "diálogo nacional", proposta pela igreja e pelos partidos da oposição, não tem a aprovação das forças armadas



Mercedes Argueta

O ministro de Defesa da Guatemala, general Héctor Gramajo, acusou "alguns líderes" centro-americanos de promover os dirigentes da guerrilha de seu país. O ministro se referia fundamentalmente ao presidente



Vinicio Cerezo (ao alto) pouco faz de concreto para um diálogo exigido pelas massas

da Costa Rica, Oscar Arias, principal responsável pela reunião que os dirigentes da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) e a Comissão de Reconciliação Nacional mantiveram em São José.

Como se sabe, Arias recebeu o Prêmio Nobel da Paz do ano passado pelo seu plano de pacificação da América Central e, atualmente, face à estagnação em que se encontram as negociações em alguns países – entre eles a Guatemala –, Arias está tentando reativá-las.

A reunião da Costa Rica é a primeira que se realiza depois da suspensão do diálogo direto que mantiveram o governo guatemalteco e a guerrilha, em outubro de 1987, em Madri. A URNG e a Comissão de Reconciliação Nacional haviam acertado reunir-se em São José, em 23 de maio, mas a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 11 de maio – originado no descontentamento de setores do exército, em consequência do processo de abertura política promovido pelo presidente Vinicio Cerezo – acabou frustrando o encontro.

Da reunião promovida por Arias participaram, pela Comissão de Reconciliação Nacional, seu presidente, o bispo Rodolfo Quesada – que também preside a conferência episcopal da Guatemala –, Leopoldo Sandoval, Mário Permut, Eduardo Villatoro, Francisco Gordillo e Jorge Elías Serrano; e, pela guerrilha, os comandantes Gaspar Ilom, Pablo Monsanto, Héctor Nuila, Miguel Angel Sandoval (ver entrevista **terceiro mundo** nº 110 "Guatemala: Cessar-fogo") e Francisco Villagrán. A comissão foi criada pelo governo de Vinicio Cerezo logo após a assinatura do tratado de Esquipulas, em 7 de agosto de 1987, pelo qual os cinco presidentes centro-americanos se comprometeram a promover o diálogo com as organizações insurgentes de seus respectivos países.

Renovam proposta de trégua

A URNG renovou, na Costa Rica, sua proposta de trégua militar por 90 dias e pediu o reinício das negociações diretas com o governo para criar as condições que permitam terminar com a guerra e normalizar o processo político. Nesse sentido a guerrilha entregou ao bispo



A integração popular à guerrilha dá ao movimento de libertação um disciplinado exército de combatentes

Quesada um plano que inclui, além da trégua, "uma série de pontos que é necessário discutir para criar as condições que permitam a incorporação do movimento ao processo institucional da Guatemala", como explicou um dos chefes guerrilheiros. A direção da URNG disse estar disposta a viajar à Guatemala para negociar com o presidente Cerezo, mas manifestou que ainda não existem negociações nesse sentido.

Após oito horas de conversações, ambas as partes emitiram um comunicado no qual enfatizam que o objetivo da Comissão de Reconciliação não é de mediação nem de negociação. "Nossos poderes são muito limitados, mas a comissão constitui um canal que deve manter-se aberto", disse ao final do encontro o bispo Quesada.

A URNG, pelo seu lado, acusou as forças armadas de ser o principal obstáculo para a democratização da Guatemala, por seu repúdio a uma saída política, "pois crêem poder derrotar militarmente a guerrilha".

O bispo disse que a URNG "deve participar no diálogo nacional, na tentativa de encontrar uma solução para a crise de seu país" e que, ao não se conseguirem as condições para isso, seria necessário "buscar uma forma indireta, para que o resto da população conheça suas idéias". O presidente da Comissão de Reconciliação informou também que havia se comprometido com a URNG a transmitir o conteúdo das conversações realizadas na Costa Rica, da mesma forma que comunicou aos rebeldes as idéias do setor oficial.

Uma vez concluída a reunião da

Costa Rica, a URNG promoveu uma visita de seus dirigentes a vários países da região. "Todos os governos da América Central devem cumprir o processo de paz, por isso se realizará uma viagem para dar conhecimento dos pontos de vista dos grupos insurgentes guatemaltecos sobre o conflito em nosso país", disseram.

A oposição exige o diálogo

Com uma interpretação diametralmente oposta à do ministro de Defesa e coincidindo com o bispo Quesada, Oliverio García, legislador da oposição União de Centro Nacional (UCN), em fins de agosto solicitou o reinício das conversações diretas entre o governo do presidente Cerezo e a URNG. García também pediu ao chefe do executivo que aceitasse a participação da direção da guerrilha no diálogo nacional. Segundo o congressista, "a representatividade da URNG foi aprovada pela Comissão Nacional de Reconciliação, que viajou à Costa Rica para encontrar-se com os comandantes rebeldes".

Em São José, a URNG havia demonstrado seu desejo de participar do diálogo, mas o governo rejeitou a possibilidade de aceitar a guerrilha como interlocutora nessa instância, "porque só devem participar os setores que atuam na legalidade".

O conflito armado começou na Guatemala em 13 de novembro de 1960, quando um grupo de jovens oficiais do exército se rebelou contra a hierarquia castrense da época. Após o fracasso da revolta os oficiais formaram um grupo

guerrilheiro, as Forças Armadas Rebeldes (FAR), que atualmente (desde 1982) integram a URNG, junto com o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a Organização Revolucionária do Povo em Armas (Orpa), e o clandestino Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT, de orientação marxista-leninista), que não tem comandos armados.

O comandante Pablo Monsanto (cujo verdadeiro nome é Luis Becker) - máximo dirigente das Forças Armadas Revolucionárias e um dos que participaram na recente reunião da Costa Rica - esclareceu, durante uma visita a Manágua, que "a instituição castrense se opôs desde o início à assinatura dos acordos movidos pelo presidente da Costa Rica". E acrescentou que é necessário desenvolver esforços, para que o plano de paz "não pereça" na Guatemala.

O líder rebelde disse que a URNG confia que "assim como no passado houve militares honestos, agora podem surgir oficiais que apoiem projetos de desenvolvimento que coincidam com os nossos". "Mas, no momento, observou o dirigente guerrilheiro, as autoridades militares intensificaram a guerra contra a população, arrasando aldeias e destruindo colheitas". Segundo Monsanto, os enfrentamentos entre a URNG e o exército se produzem diariamente.

O líder da URNG viajou à Nicarágua depois de concluída a reunião com a Comissão de Reconciliação de seu país, após encontro com o presidente costarricense. Em Manágua, foi recebido por Daniel Ortega, a quem explicou "a realidade que se vive na Guatemala". O

chefe de Estado nicaraguense disse que a audiência a Monsanto tinha por finalidade "conhecer os pontos de vista da URNG sobre o processo de paz centro-americano". E, acrescentou: "Vamos colaborar com tudo que for possível para o plano de paz se efetivar".

Tensões sociais e violência

Nas 24 horas posteriores à realização da reunião da Costa Rica, uma nova onda de assassinatos e sequestros se abateu sobre a Guatemala. Entre esses crimes sobressaiu o de três irmãos, César, Luis e Julio Arroyo, cujos cadáveres torturados foram encontrados perto de Mazatenango, a 150 quilômetros da capital. No mesmo dia, uma estudante de 17 anos foi perseguida e executada com um tiro na cabeça na Cidade da Guatemala, segundo quatro testemunhas oculares. Um estudo privado sobre a violência na Guatemala aponta que, nos primeiros seis meses deste ano, 903 pessoas foram assassinadas ou desapareceram no país.

Mas, os problemas que enfrenta o presidente Cerezo não param aí: os militares continuam pressionando, para que endureça suas posições. Cerca de 400 mil trabalhadores dos setores público e privado realizaram, em fins de agosto, a primeira greve geral da história moderna da Guatemala, em acatamento à convocação da Unidade de Ação Sindical e Popular (Uasp). Essa organização sindical, de existência relativamente nova – têm dez anos os sindicatos mais antigos que a integram e quatro anos a maioria de seus membros – é, atualmente, a máxima representação do setor operário-camponês da Guatemala e culminou nessa greve ge-

ral uma série de medidas de luta que vinha realizando em forma progressiva contra a política econômica. A população economicamente ativa da Guatemala é de 2,7 milhões de pessoas, mas 60% delas estão desempregados ou subempregados, razão pela qual o movimento sindical enfrenta enormes problemas. As centrais tradicionais, como a Federação de Ação Sindical (FAS), a Confederação Central de Trabalhadores e o Comitê de Unidade Sindical (Cenus) desapareceram, entre o final da década passada e início desta, vítimas da vio-

se negaram a receber os pagamentos de impostos e tributos, e a Associação de Estudantes da Universidade Estatal.

As medidas de luta dos trabalhadores foram acompanhadas por um grande movimento militar, explicado pelo exército como "exercícios de rotina". Mil soldados, equipados com armas de grosso calibre e com uniforme de combate, ocuparam um amplo setor da capital, no luxuoso bairro de "Vista Hermosa". Nessa mesma área foram detidos em maio os oficiais que se insurgiram contra o governo.



A violência da direita tornou rotineira a violação dos direitos humanos na Guatemala

lência política e da repressão paramilitar de extrema-direita.

Da greve – que segundo porta-vozes da organização sindical afetou a 22 municípios do país – participaram a Confederação de Unidade Sindical (CUS) e a Unidade Sindical dos Trabalhadores (Unitragua), as duas centrais operárias mais importantes do país, o clandestino Comitê de Unidade Camponesa (CUC) e a Federação de Empregados do Estado (Fenasteg), que aglutina os trabalhadores do setor público.

Além desses, apoiaram a greve os trabalhadores do Ministério da Fazenda, a Federação de Sindicatos de Empregados Bancários e Similares (Fesebs), que

A Coordenadoria Sindical Unitária (COSU), dirigida pela Central de Trabalhadores (CGT), pró-governamental, pediu ao governo para "escutar o clamor popular" e "realizar um diálogo conjuntural com todos os setores". O governo atendeu rapidamente a proposta, convocando para a discussão de um pacto social as organizações sindicais e empresariais, mas excluiu do diálogo a Uasp, que havia estabelecido seis condições prévias de negociação, "para dar credibilidade à negociação".

A política econômica do governo, que em junho liberou os preços dos combustíveis e medicamentos, poderá ser reestudada. O governo propôs um

aumento do salário-mínimo de 9 dólares ao mês – um sexto do atual salário – e anunciou reduções de 3% no preço dos combustíveis (que haviam aumentado 38%). O tema principal do pacto social é estabelecer controles na onda inflacionária, mediante a reversão parcial de algumas das políticas econômicas colocadas em marcha pelo governo nos últimos meses. Esse acordo é uma das últimas esperanças de Cerezo, para reverter o quadro de isolamento em que se encontra.

Essa situação está bem exposta em

editorial do semanário "Crônica", de tendência empresarial. Sob o título "Solos", o semanário faz uma revisão da posição governamental em relação aos outros setores nacionais, e comenta: "Em crise e contestados por todos os setores que um dia os apoiaram, os integrantes do governo democrata-cristão enfrentam agora a perigosa solidão que faz cambaleiar a continuidade do processo de democratização do país". A publicação define o atual período como "o mais difícil do governo do presidente Cerezo".

Prevê-se que o pacto social será discutido em forma paralela à realização do que se denomina o "diálogo nacional". Do acordo participariam, além do governo, as organizações sindicais e rurais e as corporações empresariais. No "diálogo nacional" deverão estar presentes todos os setores, incluindo as universidades estatais e privadas, os partidos políticos, as associações de imprensa, de consumidores, de estudantes e camponeses e as corporações empresariais. A isso devem somar-se as pressões para a inclusão da URNG.

O latifúndio como raiz da violência

□ O modelo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos agropecuários tradicionais e a alta concentração da terra em latifúndios são a origem da guerra interna, que sofre a Guatemala há quase três décadas. Desde 1960, o exército sustenta um conflito armado contra três grupos guerrilheiros que aspiram a estabelecer um regime socialista no país, partindo da mudança do atual modelo de desenvolvimento econômico.

Segundo um relatório do Centro de Investigação, Educação e Promoção dos Direitos Humanos (Cieprodh), uma entidade privada independente, na Guatemala existem atualmente cerca de 45 mil mulheres viúvas e mais de 120 mil crianças órfãs, como saldo de 28 anos de guerra interna. Além disso, o conflito deslocou mais de um milhão de camponeses na busca de refúgio nos maciços montanhosos na região noroeste, nos centros urbanos e na zona mexicana fronteira com a Guatemala.

O deslocamento forçado deixou um vestígio na cultura: a perda da identidade grupal como consequência da mudança de ambiente geográfico, familiar e comunitário, a modificação idiomática e a aquisição de hábitos e costumes alheios ao grupo étnico original. Durante essas três décadas, cerca de 140 mil pessoas desapareceram ou foram assassinadas por motivos políticos. Mas, além

disso, o modelo de exploração agrária condiciona a realidade social e econômica interna. Esse se fundamenta em práticas pré-capitalistas de produção e na alta concentração da terra em latifúndios.

O conflito interno remonta a derubada, em 1954, do governo constitucional de Jacobo Arbenz, cuja administração foi objeto de um complot organizado pela CIA, com o apoio de setores internos de extrema-direita. A intervenção norteamericana contra Arbenz foi justificada pelo governo dos Estados Unidos na época, em plena guerra-fria, como uma resposta à consolidação do comunismo na Guatemala. Mas, especialistas locais consideram que o golpe de Estado teve sua origem na reforma agrária introduzida pelo regime, que decretou a compra de terras ociosas da companhia norteamericana United Fruit e sua posterior divisão entre os índios guatemaltecos.

Para diversos historiadores e analistas, o projeto da reforma agrária incentivada pelo governo de Arbenz era fomentar o desenvolvimento capitalista na Guatemala e romper o modelo quase feudal de produção, baseado no cultivo de café, banana e algodão. Um estudo da Universidade Estatal de San Carlos indica que 2% da população (de nove milhões de habitantes) se apropriam de 65% da receita total do país, condenando o

resto a viver em estado de extrema pobreza.

O estudo assinala também que as atividades agropecuárias contribuem para 30% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o último censo agrário (1979), 65% da terra cultivável se concentram em cerca de 20 mil propriedades de 22 a 4.500 hectares. Entretanto, cerca de 70 mil minifúndios garantem apenas a subsistência de outras tantas famílias indígenas no planalto noroeste do país. O Índice Gini, um indicador que avalia a concentração da propriedade da terra, aponta que os latifúndios atingem na Guatemala os valores mais altos da América Latina.

A Conferência Episcopal descreveu a realidade latifundiária numa polêmica carta-pastoral do mês de março último, como uma "estrutura social pecaminosa e obsoleta", e lembrou que "milhares de camponeses morreram na Guatemala por tentar uma mudança nessa estrutura".

Na carta-pastoral intitulada "O Clamor pela Terra", a igreja pediu "uma reforma agrária de acordo com as necessidades sociais e políticas", como uma forma de impedir um novo estopim social, porque, segundo disse o presidente da Conferência Episcopal, bispo Rodolfo Quezada, "a propriedade privada na Guatemala está sustentada por alfinetes".

Julio Godoy

Um regime questionado



Siad Barre tomou o poder em 1969 em nome do socialismo mas hoje o seu governo viola os direitos humanos e trai esses postulados

Só a repressão sustenta o governo de Siad Barre, enfraquecido por dissidências de oficiais militares que não estão de acordo com os métodos utilizados para combater o crescente poder do movimento armado opositor

A pesar dos desmentidos por parte do governo da Somália, são cada vez mais insistentes as versões sobre o fortalecimento do Movimento Nacional Somali, (*Somali National Movement-SNM*) na região norte do país. O movimento guerrilheiro se opõe ao governo de Mogadiscio, ao qual acusa de trair seus compromissos originais, com uma mudança na direção do socialismo. Os dissidentes controlariam a metade norte da Somália que foi colonizada pelos britânicos e na qual se localizam a importante cidade de Hargeisha e o porto de Berbera, no Mar Vermelho.

Milhares de refugiados estão atravessando a fronteira com a Etiópia na

zona de Ogaden, disputada por ambos os países, para escapar do fogo cruzado entre a guerrilha e as tropas governamentais. Aos funcionários estrangeiros e aos jornalistas está proibido o acesso ao norte do país para evitar que vazem informações para o exterior, mas diplomatas ocidentais estão tentando suprir essa deficiência com os dados que lhes fornecem seus próprios contatos na Somália.

Foi através dessas fontes que o *New York Times* revelou, em agosto, que mais de 10 mil pessoas foram assassinadas, após os confrontos que começaram em maio e cresceram de intensidade nos meses seguintes. Segundo

o jornal, algumas pequenas cidades do norte da Somália estão agora virtualmente vazias, porque mais de 30 mil pessoas atravessaram a fronteira, num dos mais amplos casos de emigração forçada de que se tem notícia nessa região.

Aumentam as deserções

A repressão à guerrilha está gerando contradições e certo descontentamento no exército. Um piloto do governo desertou em 13 de julho, para não ter que participar da guerra. Ao aterrissar com seu avião no vizinho Djibuti, avisou às autoridades locais que alterara a rota do



Na região de Hargeisha a contestação ao regime de Barre se fortalece

vão para não cumprir as ordens do comandante, que lhe ordenara a missão de bombardear alvos civis na cidade de Hargeisha, nos quais se suspeitava que estivessem combatentes do SNM.

Um pouco antes, quatro oficiais do exército somali haviam solicitado asilo político em Roma. O fato ocorreu em março passado, quando ao final de um

curso de treinamento, os militares deviam regressar a seu país. Os desertores – Niman Dahir, Ali Mahdi, Said Farah e Ahmed Mumin – haviam assistido a um curso de especialização na escola militar de Modena, no norte da Itália, de agosto de 1985 até março de 1987, quando continuaram seus cursos na guarnição de Cecchignola, perto da capital italiana.

Ao serem recebidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), os oficiais disseram que estavam orgulhosos de pertencer ao exército somali, mas que, "como cidadãos democráticos, não queremos ser cúmplices da repressão que nosso governo exerce contra a população civil". Um quinto membro do grupo de dez oficiais que estava na Itália escapou para o Canadá, onde também solicitou asilo político. Os restantes regressaram à Somália.

O grupo que optou por permanecer na Itália denunciou os massacres do presidente Siad Barre e afirmou que, nos cárceres de seu país, existem milhares de presos políticos, a maioria dos quais sem processo. Confirmaram também as versões de que centenas de opositores se vêem obrigados a fugir para a Etiópia.

Condenados à morte

A repressão do regime do general

Cubano livre

□ O militar cubano Cardoso Villavicencio, preso na Somália durante dez anos, foi libertado em 23 de agosto e entregue às autoridades da Etiópia, de onde regressou a sua pátria.

Cardoso foi preso pelas tropas somalis durante a invasão desse país ao território de Ogaden – que reivindica como seu – e foi incluído pelas autoridades da Somália entre os três mil etíopes libertados depois da assinatura dos acordos entre os governos de Mogadiscio e de Addis Ababa.

O governo etíope – para o qual Cardoso trabalhava como instrutor militar, quando foi preso gravemente ferido em janeiro de 1978 – solicitou ao presidente Siad Barre a inclusão do caso do prisioneiro cubano, considerado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR) como um dos mais antigos prisioneiros de guerra do mundo. Tanto o governo etíope como autoridades de Havana



O major Villavicencio foi recebido em Havana pelo ministro Raul Castro

realizaram diversas gestões ao CICR e outras organizações das Nações Unidas, para colocar um fim no que se definiu como "dez anos de isolamento e violações dos direitos de Cardoso como prisioneiro de guer

ra".

O militar cubano fez 31 anos em 30 de agosto, uma semana depois de libertado em precárias condições de saúde que exigem rigoroso tratamento médico.

Siad Barre – que tomou o poder em 1969, em nome do socialismo e da justiça social – está bem retratada no caso de Suleiman Nuh Ali e Abdi Ismail Yunis, de 44 e 43 anos de idade, respectivamente. Ambos foram condenados à morte em março deste ano e tornaram-se objeto de uma ampla campanha internacional, solicitando clemência. Nos Estados Unidos, a campanha foi assumida pela prestigiosa Academia Nacional de Ciências.

De acordo com porta-vozes da Universidade de Haward, em Washington, onde Ali cursou seus estudos superiores, o hoje preso político foi um estudante aplicado e consciente, que se graduou como arquiteto, com altas qualificações. Yunis é matemático e chegou a ensinar na Universidade Nacional da Somália, depois de haver cursado seus estudos na universidade estatal de Nova Iorque, em New Paltz.

Ambos foram presos em 1982, na prisão do Serviço de Segurança Nacional de Mogadiscio (NSS), conhecida no país como *godka*, “o buraco”, acusados de pertencerem a “organizações subversivas”. A prisão aconteceu em meio a intensas perseguições de intelectuais e legisladores conduzidas por Siad Barre, no começo desta década. Naquele momento, seu governo buscava “fazer méritos” para receber ajuda econômica e militar dos Estados Unidos e assim poder se recuperar dos desastrosos e custosos conflitos com a Etiópia e o Quênia.

Embora a administração Carter estivesse inclinada a conceder essa ajuda, a vitória eleitoral de Reagan complicou a situação para Barre, que era visto pela equipe republicana como incapaz de liderar um governo estável. O presidente se esforçou então em demonstrar seus “serviços”, com a detenção de sete legisladores, incluindo o terceiro vice-presidente, Ismail Ali Aboukar, assim como de um número não-determinado de “dissidentes”.

A maior parte deles era da região setentrional da Somália, aonde, já naquele momento, eram sólidas as bases políticas e militares do SNM. A jogada deu resultado, as relações com os Estados Unidos melhoraram, mas continua sendo reduzida a ajuda militar que a



A seca provoca migrações e os flagelados são obrigados a improvisar abrigos

Somália recebe desse país. O mesmo não acontece com a ajuda humanitária. Siad Barre também conseguiu, no início deste ano, refinanciar parte da dívida externa de seu país. Em função disso, a Somália recebeu 33 milhões de dólares de crédito que estavam previstos para fins de 1988, e novos fundos devem ser entregues entre 1993 e 2007.

Um alto custo para a comunidade científica

Essa ajuda teve um custo muito alto para os intelectuais somalis. Na cidade de Hargeisha, 26 cientistas, professores, profissionais liberais e técnicos de alto nível foram detidos durante o auge dos expurgos, em dezembro de 1981. Sua detenção provocou o início de importantes campanhas internacionais por parte de organizações de defesa dos direitos humanos. Essas organizações denunciaram que muitos dos detidos haviam estudado no exterior e acabavam de regressar ao país, para ali trabalhar como profissionais. Um cientista somali afirmou ao Comitê de Direitos

Humanos, da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, que os prisioneiros “são alguns dos mais brilhantes, dedicados e bem treinados profissionais do país, justamente o tipo de indivíduos que a Somália, que é um dos países mais pobres do mundo, necessita para o seu desenvolvimento”.

O “Grupo de Hargeisha” foi julgado em 1982: oito foram libertados, dois foram condenados à prisão perpétua e o resto recebeu condenações de oito a trinta anos. Outras vinte e duas pessoas – entre elas Yunis e Ali – foram qualificadas pela Anistia Internacional, Comitê de Juristas pelos Direitos Humanos, União de Juristas Árabes, Parlamento Europeu e outras instituições como “prisioneiros de consciência”. Depois de haver esperado mais de cinco anos e meio para se apresentar a um tribunal, um grupo de oito deles, no qual Yunis e Ali estavam incluídos, foi condenado à morte em 7 de fevereiro deste ano, em função da Lei nº 54, que estabelece a pena capital para todo aquele que “atue em detrimento da independência, segurança e unidade do Estado somali”.

Um país pobre e árido

□ A Somália tem 5.270.000 habitantes (1983) e 637.657km². É um país semidesértico e conta com uma abundante população nômade. A religião oficial é islâmica. Fala-se o somali e o árabe.

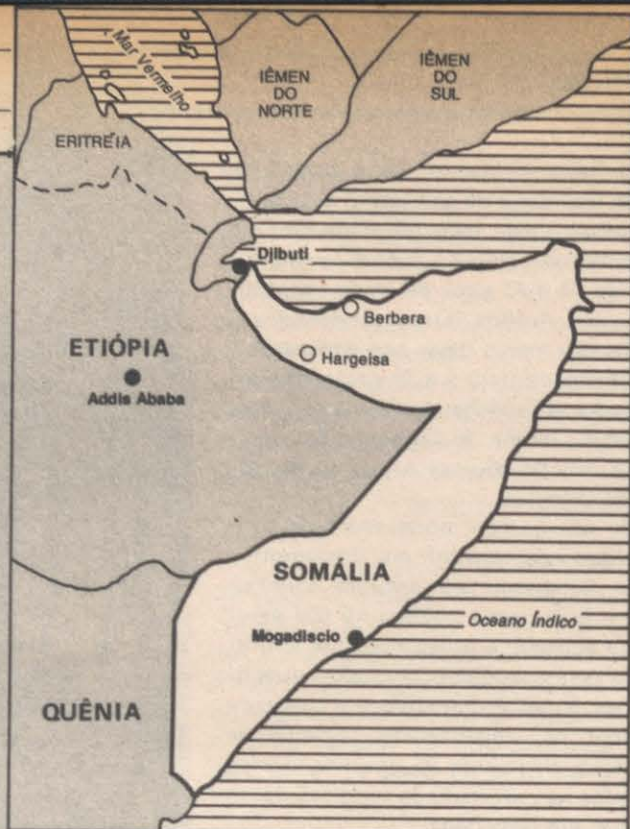
O general Mohamed Siad Barre é o presidente da República desde 21 de outubro de 1969, quando tomou o poder com um grupo de oficiais, para dar fim ao governo corrupto, ligado aos poderes coloniais. O norte da Somália foi colonizado pela Inglaterra e o sul pela Itália. Com a independência, ambas as regiões se juntaram na República da Somália, em 1º de julho de 1960.

O Supremo Conselho Revolucionário - à frente do novo governo instaurado - definiu-se pelo socialismo científico, alfabetizou a população em tempo recorde e combateu com êxito uma intensa seca em 1974 através de uma campanha de sedentarização da população nômade. Mas, a guerra com a Etiópia pela região de Ogaden - no final da década de 70 - na qual a Somália foi derrotada, abriu uma nova etapa na

vida do país.

Siad Barre rompeu relações com Cuba, denunciou os acordos militares com a União Soviética e começou a aproximação com os Estados Unidos, país com o qual assinou acordo militar em 1980, cedendo a base de Berbera para os aviões e submarinos nucleares norte-americanos.

Os problemas econômicos levaram a Somália a aceitar as exigências do FMI, facilitando os investimentos estrangeiros. O crescente descontentamento alimentou os grupos de oposição, em particular o Movimento Nacional Somali (SNM), que tem suas bases na região de Ogaden e no norte da Somália. Em março de 1986, o presidente Siad Barre sofreu um grave



acidente automobilístico, que colocou em dúvida sua reeleição para um novo mandato presidencial. Mas, acabou candidato único, sendo eleito, em dezembro desse mesmo ano, com 99% dos votos. Atualmente, existem dúvidas sobre suas condições físicas e circulam versões de que não estaria controlando totalmente o poder.

A acusação mais grave que pesava contra eles era a tentativa de assassinato do general Mohammad Hashi Gani, comandante do Setor 26 do exército, no norte do país, "ajudados por um grupo armado do SNM que atacou a prisão de Mandera e uma escola de treinamento da polícia".

O episódio, como alegou Yunis em sua defesa, ocorreu em 3 de janeiro de 1983, enquanto que o acusado estava preso desde dezembro de 1982. Yunis afirmou que todas as acusações foram obtidas através de torturas. Sua denúncia foi confirmada durante uma visita ao país, em 1987, de um grupo de médicos do Centro de Investigações Canadenses para a Prevenção da Tortura. Eles observaram as condições físicas de 36 detidos e, no final da estadia, o chefe do grupo, Dr. Wendell Block, escreveu um boletim no qual afirma que, "além

das horrendas condições em que vivem os presos, a tortura brutal é uma realidade cotidiana na Somália".

Em seus depoimentos Ali e Yunis descrevem as formas de tortura que lhes foram aplicadas para obter as confissões. "Cheguei a dizer que escrevessem o que quisessem, que eu assinaria embaixo", reconheceu Yunis. Sem querer implicar terceiros, o matemático acabou assinando vários documentos, sem sequer ser autorizado a ler. "O pelotão de fuzilamento é melhor que a tortura", afirma em seu testemunho.

Mas, nem Ali nem Yunis terão que enfrentar o pelotão de fuzilamento. A pressão internacional exercida por organizações de direitos humanos, científicos, personalidades e legisladores acabou por influenciar Siad Barre, que é o único árbitro em casos de pena de morte. Os condenados não têm direito a

apelação na Corte Suprema e, se o presidente aprova a condenação, podem ser executados poucas horas depois de ditada a sentença. Como consequência da campanha internacional, dois dos oito condenados - os ex-legisladores Ali Aboukar e Omar Arteh Ghalib - obtiveram a comutação da sentença e passarão os anos de condenação sob prisão domiciliar, em consideração aos "grandes serviços prestados à pátria, antes de se comprometerem nessas lamentáveis atividades".

Yunis, Ali e os outros prisioneiros que escaparam da sentença de morte foram condenados a 24 anos de cadeia. Entretanto a campanha internacional vai continuar até obter o perdão. As pressões sobre o governo de Siad Barre também continuam em favor de outros nove cientistas detidos sem que até agora tenham sido submetidos a julgamento. ●

O porquê do cessar - fogo

Segundo um membro do estado-maior iraniano, a decisão de Teerã de aceitar a trégua proposta pela ONU resultou da necessidade de impedir a desestabilização do país, planejada por Washington e Bagdá

Alberto B. Mariani

Tudo estava armado para acertar um golpe baixo no Irã", revela um importante membro do estado-maior iraniano. "Bagdá e Washington estavam prontos para lançar um plano para desestabilizar o regime do aiatolá Komeini apoiando-se nos piores inimigos, os *mujahedines khalq* de Masoud Radjavi". Os guerrilheiros *khalq* enfrentaram com armas o regime do xá Reza Pahlevi e, com o triunfo da Revolução Islâmica, aderiram ao processo, com certas reservas quanto à ideologia teocrática. Pouco tempo depois, começaram a ser perseguidos pelos setores mais conservadores do regime, muitos deles foram assassinados e, finalmente, passaram a fazer oposição direta a Komeini e seus seguidores.

O responsável militar que nos confia essa versão sigilosa explica: "Graças aos informantes que infiltramos a tempo na organização de Radjavi, com sede em Bagdá, conseguimos conhecer em detalhes todo o plano e, rapidamente,

concebemos uma estratégia para fazê-lo fracassar. E o que decidimos foi aceitar de forma incondicional

a resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU".

O interlocutor não é nem de longe um "komeinista", nem um fanático defensor do regime islâmico do Irã. É um coronel da ativa, a serviço do exército iraniano há 25 anos, e um nacionalista convicto, que se inspira nas idéias e na tradição do ex-primeiro-ministro Mohammed Mossadegh (que foi derrubado com um golpe de Estado patrocinado pela CIA em 1953, através do qual o xá Reza Pahlevi foi reconduzido ao trono).

Sua identidade, por motivos de segurança, não será revelada, mas foi verificada na presença de dois importantes representantes da oposição iraniana, que vivem no exílio desde 1980, reconhecidos pela coerente e sincera posição contra o regime de Komeini. No encontro que mantivemos, do qual participaram também os dirigentes oposi-



A alegria da tropa quando Komeini aceitou a trégua

cionistas, o coronel contou alguns detalhes do relatório secreto que as forças armadas iranianas fizeram a Komeini, em 15 de julho, para informar sobre o plano de desestabilização organizado contra o Irã.

Ações coordenadas

O que era, em essência, esse plano descoberto graças à ação dos membros da contra-espionagem iraniana?

— Segundo o interlocutor, o plano tinha várias ações coordenadas — que seriam desenvolvidas dentro e fora do Irã — para o dia 21 de julho, e que tinha o objetivo de substituir a atual direção da República Islâmica e, na pior das hipóteses, desencadear uma guerra civil sangrenta em diversas regiões do país.

Segundo o coronel, uma força especial pertencente ao exército iraquiano —



Os custos da reconstrução nos dois países será um fardo tão pesado quanto os gastos feitos na guerra

que está integrada em sua quase totalidade por combatentes do Exército Nacional de Libertação do Irã (Enli) de Massoud Radjavi – deveria realizar uma grande operação militar nas principais cidades da região do Curdistão. Esse território está localizado na região centro-oeste do país e tem uma fronteira de quase 400 quilômetros com o Iraque, desde Mehran até o Golfo Árabe.

A ofensiva deveria ser iniciada a partir de três diferentes pontos (ao norte,

ao centro e ao sul do Curdistão) sendo precedida de uma série de bombardeios de artilharia pesada que durariam cerca de 12 horas. Os ataques seriam desencadeados em dois focos paralelos.

As duas linhas de fogo de cada um dos bombardeios estariam situadas ao norte e ao sul das diversas linhas de avanço das tropas e seriam utilizados gás lacrimogêneo e outros tipos de substâncias químicas que afetam o sistema nervoso. Essa tática foi usada pelo

exército do Iraque com relativo êxito nos últimos tempos da guerra. E permitiu que – uma vez dissipada a nuvem de gás, cinco horas depois – as tropas blindadas iraquianas penetrassem facilmente no território inimigo por muitos quilômetros, sem encontrar resistência.

A frustrada ofensiva iraquiana permitiria a ocupação do Curdistão (a região do Irã que possui a maior concentração de reservas petrolíferas). Em seguida, seria instalado um governo provisório iraniano controlado exclusivamente pe-

los *mudjahedines khalq* de Massoud Radjavi. No outro lado do país, no Baluístão (na região sudeste), os *mudjahedines* pró-iraquianos e um certo número de tribos baluchas, armadas via Paquistão, se levantariam para tentar ocupar várias cidades iranianas situadas na fronteira sudoeste com o Afeganistão e a oeste do Paquistão, como Zabul, Khomak, Nosrat Abad, Mohammed Abad, Zahedan, Saravan, Khash, Gialaq, Suran e outras.

Simultaneamente, na região de Teerã, aproveitando a confusão geral provocada pela ofensiva militar iraquiana a oeste e a insurreição de algumas províncias a leste do país, os *mudjahedines Khalq*, o Partido Comunista e outros grupos da esquerda marxista iraniana – infiltrada em 1979, na estrutura do regime islâmico – tentariam uma série de ações de comando contra as autoridades do governo.



Komeini rendeu-se ao acúmulo de pressões e aceitou a resolução da ONU, cujos detalhes para implantação da trégua foram discutidos em Genebra pelo chanceler Ali Akbar Velayati

Uma estranha aliança

É quase impossível acreditar num

plano desse tipo, no qual a Casa Branca tenha aceitado colaborar com os iraquianos na desestabilização do regime de Teerã e, além disso, concordar com a instauração de um governo do tipo islâmico-marxista em Teerã, que seria por definição antinorte-americano.

—De fato, num primeiro momento, o plano também nos surpreendeu. Mas, finalmente, tivemos que nos render às evidências. Indagações profundas nos permitiram estabelecer claramente que uma parte da administração norte-americana é favorável à instauração de um governo encabeçado pelos *mudjahedines khalq* no Irã. Enquanto um setor do governo Reagan (em particular os que seguem George Bush) são favoráveis à consolidação do poder de Ali Rafsanjani e da linha “pragmática-moderada”, outros setores simplesmente agem na direção oposta, isto é, na criação de um regime muito mais rígido do que o atual. Isto, na opinião desses setores, provocaria um levante espontâneo da população para exigir algum tipo de nacionalismo que favoreça o retorno triunfal das forças dos Estados Unidos ao país, como potência libertadora.

A explicação sobre a ambiguidade norte-americana em seu confronto com o Irã é uma hipótese ou existem provas que a fundamentam?

—É difícil responder-lhe. Ponha-se no papel dos responsáveis militares de nosso país. Nossos serviços de informação detectaram a intervenção de uma parte do governo norte-americano em favor dos *mudjahedines khalq* através de uma “ajuda” de mais de 100 milhões de dólares. Em parte vindos diretamente dos Estados Unidos e o restante via Arábia Saudita. A totalidade dos *mudjahedines* que fizemos prisioneiros na frente iraquiana estava equipada com uniformes e capacetes norte-americanos.

Grças a estas prisões, pudemos reconstruir perfeitamente a rota do tráfico de armas e explosivos para vários locais no Irã. Posso citar, além disso, a presença no Iraque de diversos conselheiros militares norte-americanos que se juntaram ao treinamento dos *mudjahedines*. Posso mencionar, também, o apoio logístico que essa gente recebe na Europa de alguns setores do serviço secreto norte-americano. Com todos es-

ses elementos, existem condições de julgar... Deveríamos aguardar até obter mais provas? É verdade que ficamos atônitos com o que descobrimos, que uma parte do governo norte-americano é favorável a Radjavi, mas foi isso que mostraram as evidências.

Existe um outro ponto em seu relatório que me parece obscuro. Você e seus amigos no estado-maior do exército do Irã – os que se identificam com uma linha nacionalista e anti-Komeinista – foram os que advertiram os responsáveis políticos da república islâmica sobre o complô que estava sendo tramado. Na prática, contribuíram para perpetuar o regime teocrático com o qual não concordam, em vez de somar-se ao plano e assegurar-lhe a vitória. Por que agiram dessa forma?

—O estado-maior iraniano pensou muito antes de agir. Posso dizer, com confiança, que, inclusive, todos nós chegamos a duvidar do caminho a seguir. Mas, acabamos concordando que o único procedimento possível era advertir Komeini. Naturalmente, não por lealdade, nem fé em seu regime, mas por fidelidade à nação iraniana. Como



A troca de prisioneiros é um detalhe importante (na foto, iraquianos no Irã)

poderíamos nos aliar a um punhado de traidores da pátria como são os *mudjahedines* que entre 1979 e 1980, se converteram no braço armado da revolução iraniana e, depois, começaram a assassinar a elite militar de nosso país? Como aceitar que eles vinham para "nos libertar" de Komeini, depois de terem vestido o uniforme do Iraque, contribuindo para matar os nossos soldados?

No seu informe a Komeini, colocaram condições para ajudá-lo nessa conjuntura?

— Claro. Dissemos a Komeini o seguinte: "Você deve dar instruções aos comandantes dos guardas militares islâmicos e dos voluntários islâmicos — seguidores fiéis de Komeini (ver **terceiro mundo** edição 107, p. 30) —, e nos restituir a responsabilidade militar do país com todas as suas prerrogativas. Aceite o cessar-fogo com o Iraque. E nos ocuparemos de desbaratar esse plano para impedir que o Irã viva outra tragédia". O que aconteceu depois você já sabe. O Irã deu instruções a seu embaixador em Nova Iorque (à meia-noite do domingo de 17 de julho) para que comunicasse a Perez de Cuellar, o secretário geral das Nações Unidas, a intenção do país de aceitar a resolução 598 do Conselho de Segurança. Simultaneamente a isto, nos dedicamos à tarefa de abortar o movimento insurgente. A maior parte de nossas tropas se dedicou — e se dedica até agora — a responder às diferentes

ofensivas iraquianas na frente ocidental. Os iraquianos, por sua vez, não só perceberam o fracasso de seu plano como também perderam a serenidade. Com a desculpa de que não acreditavam na boa fé dos iranianos, começaram a nos atacar em todas as frentes. Apesar do envio a Nova Iorque de nosso ministro de Relações Exteriores Ali Velayati, os iraquianos continuaram seus ataques devastadores contra o Irã, alegando que não aceitávamos negociar diretamente com o regime de Bagdá. Entretanto, a História demonstrará, algum dia, o contrário.

O que esperam obter de Komeini em troca da lealdade demonstrada?

— Já obtivemos muito. Recuperamos o controle da estrutura militar do Irã. Conseguimos que Komeini parasse de fazer declarações belicistas na véspera do cessar-fogo. Conseguimos demonstrar que não é o Irã que quis ou quer continuar a guerra.

E, para o futuro?

— Temos bons motivos para pensar que haverá mudanças no Irã em futuro próximo. Contamos, além disso, com nosso poder de pressão junto aos responsáveis atuais para convencê-los de permitir o retorno de todos os nacionalistas que estão no exílio. E, por que não? Para conseguir que se instaure um regime realmente democrático em nosso país.

A paz em Teerã

Mushahid Hussain

Uma combinação de calma, confusão e desilusão prevalece entre os habitantes de Teerã, desde 20 de agosto, o dia que entrou em vigor o cessar-fogo com o Iraque. No entanto, o alívio parece ser o sentimento predominante entre a maior parte dos iranianos. Permanecem, no entanto, algumas dúvidas sobre a eficácia desse armistício como instrumento para produzir uma paz duradoura entre dois governos como os de Teerã e Bagdá, que conservam uma profunda desconfiança entre si. Os partidários mais fanáticos da revolução islâmica, que permaneceram na vanguarda da guerra e encontraram no conflito com o Iraque uma maneira de sustentar a revolução, receberam o cessar-fogo com desilusão. Muitos membros do partido fundamentalista *Hezbollah* (Partido de Deus) se sentem traídos pelo governo iraniano, que sem insistir no cumprimento das reivindicações amplamente mantidas — como a mudança na composição do governo de Bagdá e o pagamento de indenizações pelos danos da guerra — decidiu acatar a resolução 598 das Nações Unidas, pondo fim ao conflito.

Se o chefe espiritual da nação, o aiatolá Ruhollah Komeini, não tivesse intercedido pessoalmente em favor da decisão do governo, num discurso ao povo do Irã, pronunciado em 23 de agosto, é muito provável que os fundamentalistas reagissem de outra forma. Em sua fala, o líder máximo da revolução islâmica aceitou sua responsabilidade pessoal pela decisão de pôr fim à guerra, que comparou com ato de "beber um copo de veneno". Segundo ob-

servadores locais, uma pessoa com menor influência entre as massas e no aparato do Estado não teria sido capaz de conseguir a aceitação e a execução de uma decisão desse tipo.

A decisão iraniana de aceitar o cessar-fogo foi interpretada como consequência de muitas pressões. O uso de armas químicas por parte do exército iraquiano, a "guerra das cidades" – quando foram lançados mais de 200 mísseis sobre áreas civis entre março e abril –, e o papel desempenhado pelos Estados Unidos na transferência de dados de inteligência a favor dos iraquianos, contribuíram para definir a amarga decisão do regime de Teerã. Segundo um membro do Conselho Supremo de Defesa Iraniano: "Ao final não tínhamos opção, ou continuávamos a guerra, ou tentávamos salvar a revolução".

Após o anúncio da trégua, o presidente do Irã, Ali Kamenei, se dedicou a visitar as unidades da Guarda Revolucionária – bases institucionais da revolução – e a pronunciar discursos para elevar a moral. Em 16 de agosto, o comandante da Guarda Revolucionária, Mohsin Rezaie, deu publicamente seu apoio à aceitação da resolução 598, ao descrevê-la como "um muro político que bloqueia os inimigos da revolução islâmica".

A reconstrução econômica

Os observadores locais assinalaram que o cessar-fogo conduzirá, provavelmente, ao maior processo de reconstrução econômica realizado após a Segunda Guerra Mundial, quando se estabele-

ceu o Plano Marshall para o desenvolvimento e a reconstrução da Europa. Desde que o Irã decidiu aceitar o cessar-fogo, o valor da moeda iraniana, o *rial*, aumentou em relação ao dólar no mercado negro, passando de 1.500 para 450 riales por dólar. O preço oficial é de 70 riales por dólar.

Entre os países ocidentais que se beneficiarão com o processo de reconstrução do Irã estão França, Inglaterra e Canadá, que já normalizaram suas relações com Teerã. Companhias como a *British Petroleum* (BP) – atualmente a terceira empresa de petróleo do mundo

com relação à Revolução Islâmica. Em editorial recente, o jornal "Teerã Times" indicou que o governo deve "garantir que seus objetivos econômicos não serão omissos com os ideais filosóficos, de longo prazo, da nação".

Um estudo preparado pelo Instituto Japonês de Investigações estimou que serão necessários cerca de 88 bilhões de dólares, para a reconstrução industrial e de gigantescas unidades petroleiras e petroquímicas nas zonas iranianas afetadas pela guerra.

No campo da política externa, o Irã tenta melhorar suas relações com os vi-



Pouco antes da trégua, passeatas em Teerã condenaram a destruição de avião comercial pela marinha norte-americana

– já demonstraram seu interesse em regressar ao Irã. Esse poderoso país do Oriente Médio foi a maior fonte de produção da BP da qual a companhia inglesa extraía um-terço de seus fornecimentos de petróleo, quando o xá Reza Pahlevi foi destituído em 1979.

No entanto, a imprensa iraniana criticou o interesse dos países do Ocidente de participar na reconstrução do país, devido à atitude negativa dessas nações

zinhas países islâmicos, inclusive com os que apoiaram o Iraque na guerra. Numa entrevista concedida em Teerã, o influente presidente do parlamento iraniano, Hashemi Rafsanjani, se referiu aos "erros da política exterior do Irã, que produziram desnecessários inimigos ao país".

No entanto, os observadores ressaltam que o claro sentimento antinorte-americano que ainda existe em Teerã

A situação da minoria curda

□ O jornal "Al Khaleej", de Sharjã, nos Emirados Árabes Unidos, denunciou, em setembro, que o governo de Teerã intimou o líder rebelde curdo, Masoud Barzani, a abandonar o território iraniano, suspendendo o apoio que até então havia dado ao movimento separatista. Segundo a mesma fonte, Barzani teve que pedir asilo à Turquia, em consequência da nova posição do Irã.

A decisão do regime iraniano – explica o jornal – tem o objetivo de fortalecer a sua posição, na renegociação do acordo assinado em 1975 com o Iraque, para a utilização conjunta do canal de Shatt-al Arab. A assinatura do acordo original, negociado na Argélia em 1975, exigiu a suspensão do apoio aos rebeldes curdos por parte do governo iraniano, na época chefiado pelo xá Reza Pahlevi.

O governo de Bagdá argumenta que o Irã violou o tratado fronteiriço, com o não cumprimento de cláusulas estipuladas sobre a garantia de segurança dos limites territoriais e a não-intervenção nos assuntos internos do Iraque. "O governo de Bagdá considera, que o permanente apoio militar do governo iraniano ao mo-

vimento separatista curdo e a instalação de bases militares curdas no território do Irã são razões suficientes para anular o tratado de 1975", comenta o jornal. Segundo a publicação, a minoria curda voltará a pagar um preço alto pelo novo acordo entre o Irã e o Iraque.

As forças separatistas mais atingidas, durante a campanha de dois meses lançada este ano pelo exército iraquiano, pertencem às tropas de Barzani, pois os militantes de outro grupo curdo, do líder Jalal Tal-Bani, já haviam deixado a região do Curdistão após as manifestações separatistas da década de 70.



Turquia: pequena refugiada curda



Milhares de curdos vivem as privações da vida provisória em acampamentos na Turquia

* A minoria curda constitui 20% da população do Iraque e habita a extensa região montanhosa do norte do país, a mais rica em reservas de petróleo. É um povo que mantém suas próprias tradições culturais, religiosas e linguísticas. Em 1970, incentivados pelo xá Reza Pahlevi e com medo de serem afetados pela reforma agrária, os curdos se insurgiram contra o governo do Iraque. Em 1975, no entanto, a assinatura do tratado fronteiriço entre os dois países deixou os rebeldes curdos sem a estrutura logística que o xá lhes proporcionava, e provocou a derrota ante as tropas do regime de Bagdá. (Fonte: Guia do Terceiro Mundo)

não se converterá numa posição pró-soviética. O Irã sente que a União Soviética desempenhou um papel crucial nos esforços militares do Iraque, ao fornecer-lhe uma quarta parte dos 100 bilhões de dólares em equipamento militar, que Bagdá recebeu durante os oito anos de conflito. Não obstante, os principais problemas que a Revolução Islâmica enfrenta agora no Irã são mais de ordem interna do que externa.

Segundo eles, o governo terá que fazer frente a maiores pressões em assuntos de reforma agrária e nacionalização, sobre os quais não se tomaram decisões oportunas, devido a prolongados debates ideológicos e teológicos. A liderança iraniana também terá que eleger o candidato oficial para as eleições presidenciais de maio de 1989, já que Kamenei cumpriu seus dois anos de governo e não pode optar pela reeleição.

Também será necessário equilibrar a influência política dos poderosos dirigentes seculares, como Rafsanjani, e a autoridade moral dos dirigentes espirituais, como o aiatolá Hussain Ali Montazeri, que foi designado como sucessor de Komeini.

Finalmente, o Irã deverá movimentar-se na direção de um sistema político que permita um debate mais amplo e maior pluralismo de opinião. ●

As safiras azuis

Arjuna Ranawana

Faz milhões de anos, enormes

explosões subterrâneas produziram as pressões que criaram as preciosas safiras azuis, nessa ilha do Oceano Índico, atraindo durante milênios mercadores gregos, persas, árabes e chineses. Hoje, os homens de negócio locais concorrem com um novo grupo de comerciantes estrangeiros, os tailandeses, que enriquecem através da técnica de converter safiras de qualidade inferior nas valorizadas "azuis", como são chamados entre os especialistas, os mais puros exemplares, que chegam a valer 10 mil dólares por quilate.

Há muitos anos, artesãos tailandeses desenvolveram uma técnica que converte em "azuis" as safiras mais baratas, conhecidas como *geudas*, que o especialista em pedras preciosas cingalês, Tilak Siripala, define como "uma safira formada por pedaços".

A fórmula mágica

"As *geudas* se encontram em abundância e não têm um grande valor comercial mas, se submetidas a um tratamento especial de calor, podem se converter em azuis imaculados", explica o especialista. Os tailandeses são especia-



listas nessa matéria, ressalta Bandula Weerasinghe, que dirige o Centro de *geudas* do estado em Ratnapura, o mais importante do país para o comércio de gemas, situado a cerca de 70 quilômetros de Colombo, a capital.

"Sri Lanka obteve 373 milhões de dólares o ano passado pela exportação de gemas", destaca Kalahena Piytilaka, gerente-geral adjunto da corporação estatal de pedras preciosas. "A maior parte desses ingressos vem da exportação de safiras azuis, 80% vendidas no Japão, onde somos os líderes do mercado", esclarece.

Em Sri Lanka, também se encontram rubis e alexandritas, mas em quantida-

des muito pequenas que deixam divisas reduzidas. "Poderíamos ganhar cinco vezes mais, se dominássemos a técnica tailandesa de converter as *geudas* em safiras azuis. As *geudas* não tinham valor nesse país, só os tailandeses podiam convertê-las e obter grandes lucros. Mas agora, os negociantes cingaleses conhecem seu valor e os preços estão razoáveis", observa. No entanto, adverte Weerasinghe, "os lucros para quem converte a gema são enormes, umas cinco vezes o preço original da pedra". Uma *geuda* de 25 quilates, calcula, pode-se comprar no Sri Lanka por cerca de 10 mil dólares, mas se estiver convertida, cortada e bem polida, consegue-se vendê-la por cerca de 5 mil dólares por quilate, o que representa um valor ao redor de 70 mil dólares, calculando que a safira azul resultante terá uns 14 quilates.

Os tailandeses ficam com a maior parte do valor final, mais do que os negociantes cingaleses, explica Weerasinghe, refletindo a opinião mais difundida entre os mercadores locais. Perto de 450 firmas tailandesas de comércio de gemas estão registradas no Sri Lanka, e, segundo um acordo assinado no ano passado com a Tailândia, têm que depositar em dólares os preços das gemas, em bancos estatais, que lhes dão vales para comprar as *geudas*.

Weerasinghe lembra que, desde que se assinou o acordo em agosto último, foram comprados quase três milhões de dólares em gemas. No entanto, "só 30% das *geudas* se comercializam através do centro estatal", sublinha Roy Fonseka, um homem de negócios de gemas de Colombo. "A maioria sai de contrabando", diz. Fonseka é um dos muitos negociantes que consideram que se deve importar da Tailândia a tecnologia para converter as *geudas* em safiras azuis e acha os mercadores devem pedir ao governo que os ajude a conseguir essa especialização.

O funcionário considera que o processo de conversão trará consigo um certo risco de inversão. "Acreditamos que os tailandeses têm perdas, tentando converter algumas pedras não rentáveis. Se nós começamos a experimentar com *geudas*, também teremos fortes perdas, até que encontremos o processo correto", conclui. ●

Ventos de mudanças

O levante popular na vizinha Birmânia e as sequelas sociais do terremoto podem causar mudanças na monarquia que governa esse pequeno país do Himalaia há 26 anos

Dhruba Adhikary

Num ato de unidade sem precedentes nas últimas décadas, quatro dos mais destacados dirigentes da oposição formularam uma crítica conjunta à crise moral, social e econômica que existe no Nepal, provocada pela ausência de um sistema político democrático. Os líderes dos partidos de oposição, proscritos desde 1961, exigiram a abertura do sistema político e a realização de eleições livres.

O governo está bastante preocupado, segundo comentários em Katmandu, com o processo de insurreição popular na vizinha Birmânia (ver matéria Birmânia: "As ruas clamam por mudanças", edição 114) e não está descartada a organização de reformas imediatas no sistema de governo, para evitar que uma rebelião semelhante possa ocorrer no Nepal.

O presidente do parlamento, Navaraj Subedi, afirmou que as mudanças são naturais em sistemas dinâmicos, quando necessárias. No entanto, os partidários da linha dura dentro da monarquia, já insatisfeitos pela prisão de alguns de seus colegas acusados de corrupção, se manifestaram contrários a qualquer inovação.

O sistema Panchayat

A atual constituição do Nepal foi promulgada em 1962, depois que o pai do atual rei Birendra dissolveu um parlamento pluripartidário dirigido pelo partido social-democrata "Congresso Nepalês" e instituiu um sistema de governo monárquico sem partidos políticos denominado *Panchayat* (Assembléia). O rei afirmou, então, que o sistema democrático de governo não era compatível com a sociedade nepalesa,

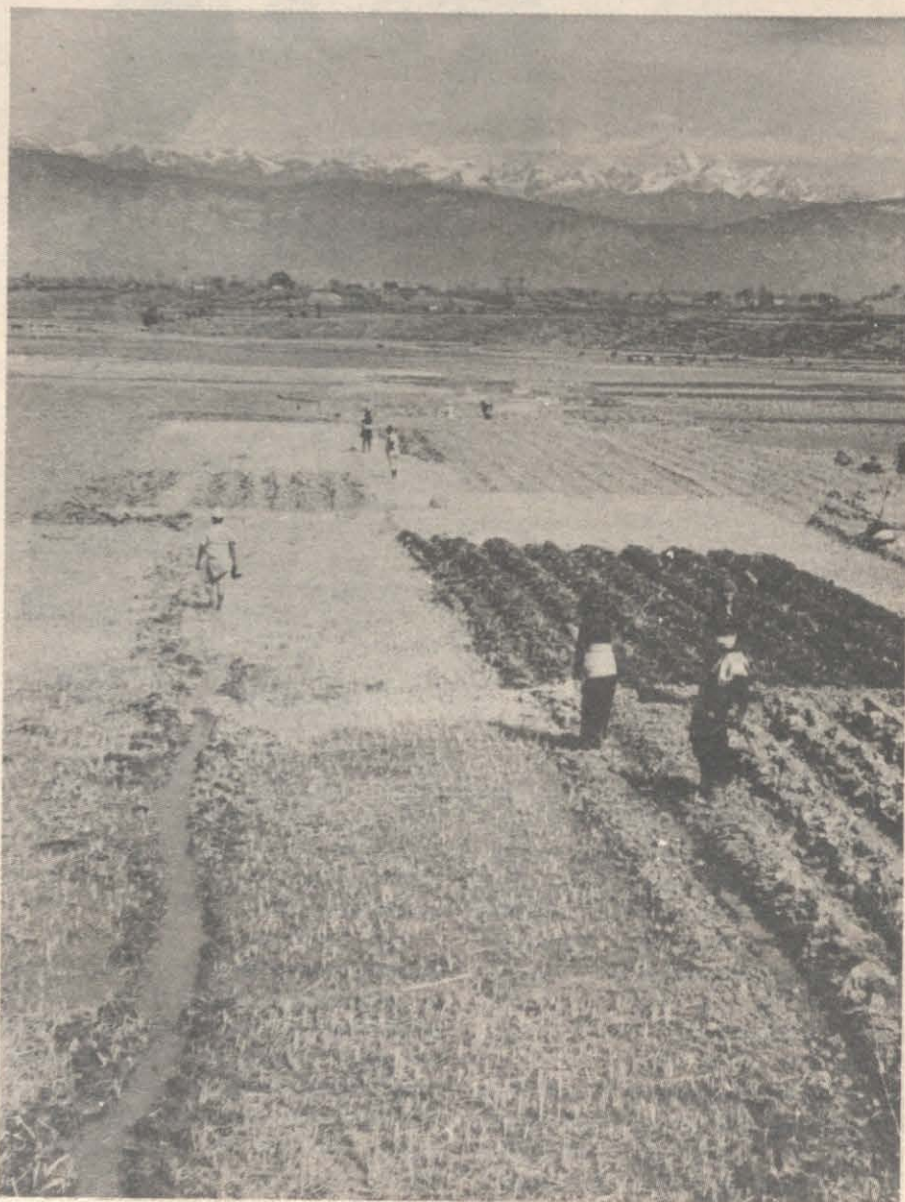
na sua maioria analfabeta, e que os partidos políticos podiam ter uma influência destabilizadora sobre o país.

Todos os partidos foram colocados fora da lei e o ex-primeiro-ministro, B.P. Koirala, preso durante dez anos, morreu em 1982 em consequência de

maus tratos na prisão. Depois de quase duas décadas de funcionamento do sistema *Panchayat*, surgiram movimentos estudantis de protesto em Katmandu e outras cidades do Nepal, em 1979.

Reforma constitucional

O rei Birendra convocou então um plebiscito para decidir se o povo queria um sistema pluripartidário ou continuar com o regime *Panchayat* reformado. O referendo, realizado em 1980, frustrou as possibilidades de restauração do sistema de partidos já que 55% dos



Tendo por cenário os picos nevados do Himalaia, agricultores na faina dominante no país



O rei Birendra está sob pressão

eleitores se pronunciaram a favor do *Panchayat* reformado.

Posteriormente, o monarca realizou uma reforma constitucional que incluía a designação de um primeiro-ministro, através de um colegiado eleito pelo voto popular. Depois da reforma constitucional, foram realizadas duas eleições, a última em 1986. O parlamento que elege o primeiro-ministro está integrado por 140 membros, dos quais 112 são eleitos pelo povo e o restante nomeado pelo rei. Birendra tem ainda o direito de vetar o primeiro-ministro eleito pelo parlamento, que neste caso deve propor outro nome.

Os críticos do *Panchayat* destacam que a inexistência de partidos políticos impedem uma mediação adequada entre a sociedade e o Estado, incentivando a corrupção, o oportunismo e o clientelismo político.

Um veterano dirigente do partido "Congresso Nepalês", Genesh Man Singh, descreveu as eleições em seu país, como um espetáculo parecido a uma corrida de cavalos. Os candidatos competem individualmente já que não existem partidos com programas nem

eleições internas. O descrédito de alguns membros do legislativo, acusados de corrupção e outros delitos, terminou afetando o parlamento como instituição, porque estão proibidos os mecanismos de renovação de autoridades, próprios das monarquias constitucionais ou do sistema republicano.

Os partidários da linha dura dentro do governo consideram que qualquer inovação no *Panchayat* pode conduzir ao caos e qualificaram os defensores do sistema de partidos como "elementos antinacionalistas que devem ser tratados como marginais".

Os prejuízos do terremoto

Além dos problemas políticos, a sociedade nepalesa enfrenta o drama da devastação produzida pelo terremoto de 28 de agosto. Os deslizamentos de terra deixaram milhares de pessoas desabrigadas e ameaçam centenas de prédios em várias cidades do país, principalmente na capital, Katmandu. Com uma intensidade de 6,7 na escala Richter, esse terremoto teve seu epicentro a 170 quilômetros ao sudeste da capital nepalesa. O abalo sísmico destruiu completamente doze cidades e provocou a enchente de vários rios, arrastando diversas aldeias. O deslizamento de terra sepultou inúmeras cidades, causando milhares de vítimas.

Em Katmandu, muitas famílias preferiram permanecer nas ruas a ter que retornar às suas casas, ameaçadas de desmoronar a qualquer momento. Assim como na Cidade do México, a capital nepalesa está construída sobre uma capa fina de aluvião num vale que há milhares de anos era um lago. Além disso, o vale está localizado em uma falha geológica que corre de norte a sul, até a Índia, acomodando-se, em média, a cada 50 anos e produzindo os terremotos. Os urbanistas de Katmandu lutam há anos para introduzir códigos de construção e leis que se apliquem às peculiaridades características do vale no qual se encontra a cidade. Mas a população se duplicou desde 1960 para quase um milhão de habitantes e a área urbana cresceu desordenadamente, sem que as construções acompanhassem as mínimas condições de segurança. ●

Resultados duvidosos

A entrada no país dos bancos internacionais modernizou as operações financeiras, mas restringiu a circulação do crédito aos grupos econômicos mais poderosos

Após quatro anos da autorização concedida aos bancos estrangeiros para operar no Nepal, pergunta-se agora se realmente eles são necessários. Os bancos comerciais criados com capitais mistos mostraram pouca propensão a assumir riscos e investir em setores chaves para o crescimento econômico desse país pobre e predominantemente agrícola. "Os resultados obtidos estão até agora próximos dos objetivos iniciais", declarou o ex-presidente do Banco Central, Kalyan Bickram Adhikari. Durante sua administração foram permitidas as atividades desses bancos.

Antes da criação das sociedades bancárias mistas, o Nepal tinha dois bancos comerciais e dois de desenvolvimento. Atualmente existem cinco, com o estabelecimento em 1984 do *Nepal Arab Bank Limited (Nabil)*, do *Nepal Indo-Suez Bank*, em 1986, e do *Nepal Grindlays Bank*, em 1987.

Segundo os regulamentos do Banco Central, 50% das ações desses bancos ficam em mãos das instituições estrangeiras. As ações locais se dividem entre o governo, as instituições financeiras e os grupos privados. Em abril de 1988, os três novos bancos haviam recolhido cerca de 50 milhões de dólares em depósitos. Os bancos comerciais nepaleses – o *Nepal Bank Limited*, que tem 50 anos e o *Rastriya Banija Bank*, fundado há 23 anos – contam com grande número de agências e possuem em seu conjunto 570 milhões de dólares de capital. O

ÁSIA

Banco de Desenvolvimento Agrícola, de capital nacional, começou a trabalhar comercialmente nas zonas urbanas simultaneamente ao *Nabil* e conseguiu num curto período 20 milhões de dólares em depósitos.

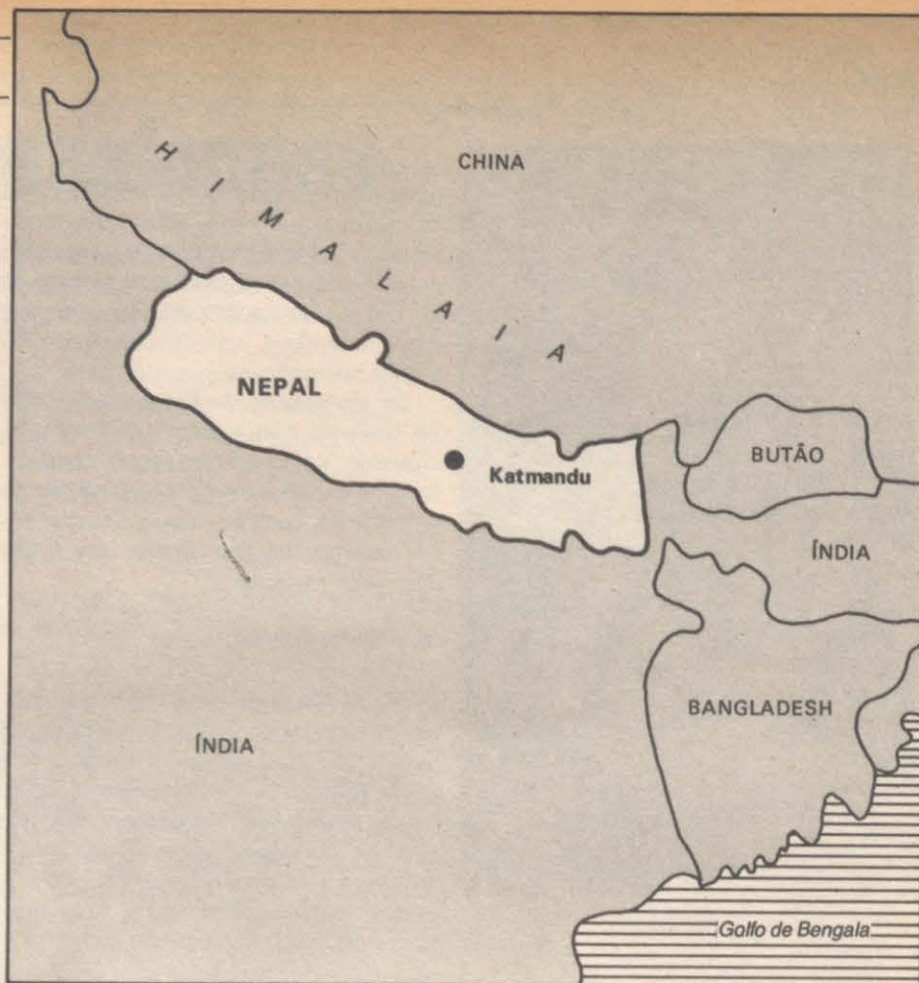
Embora os bancos estrangeiros tenham obrigado os competidores locais a serem mais eficientes, não introduziram novos programas de depósitos nem tampouco produziram uma expansão importante do crédito, segundo Adhikari. Continuam sendo, como no início, bancos urbanos, que negociam sobretudo com as grandes empresas comerciais e trabalham em projetos de poucos riscos. O *Nabil* abriu duas agências em áreas rurais, mas ambas estão muito próximas da capital.

Harhar Dev Pant, chefe da divisão de desenvolvimento do Banco Central, revelou que os bancos estrangeiros não demonstraram interesse pelo financiamento do setor rural. "Eles deixaram de lado em suas operações os setores prioritários da economia, como a agricultura e as pequenas indústrias, mas estamos tentando compreender o problema e fazer com que sigam nossa linha", ressaltou o funcionário.

Créditos só para o grande capital

As normas do Banco Central são obrigatórias para todos os bancos do país, mas muitos especialistas têm dúvida se estão sendo cumpridas integralmente pelos bancos estrangeiros. "Só se preocupam com os lucros e não têm nenhuma estratégia para a superação de problemas dos pequenos grupos empresariais", comentou o economista Diwaker Chand.

Adhikari concorda com este ponto de vista: "A preocupação dos bancos internacionais é sobreviver e não contribuir para a economia nacional", comentou. Os representantes dos bancos estrangeiros admitem que estão jogando com segurança: "Primeiro necessitamos de tempo para consolidar-nos, antes de entrar no setor prioritário", disse o diretor executivo do *Nabil*, G.S. Srivastava. Ao ser indagado sobre o fato de os bancos atenderem principalmente a grandes empresas comerciais e industriais, Srivastava respondeu: "Como



O reino do Nepal é um pequeno território (140.797 km²) enclavado na cordilheira do Himalaia, onde se encontram os picos mais altos do mundo. Com uma formação geológica complexa, a cordilheira surgiu há 70 milhões de anos pela colisão do território da Índia com a massa continental asiática. Como continua crescendo, poderão ainda ocorrer terremotos. Em 1934, um tremor de terra destruiu 70% de Katmandu.

somos uma instituição em busca de lucros, preferimos tratar com clientes com muitos anos de experiência comercial".

Os observadores locais acreditam que os bancos mistos estão dirigidos pelas políticas e prioridades das matrizes, muito mais do que pelas prioridades e necessidades nacionais do Nepal. Um projeto que concedia a uma aldeia sistemas de infra-estrutura básica, por exemplo, foi rejeitado por um banco estrangeiro sem mesmo ser analisado. Adhikari considera que também não ajuda muito a forma de sociedade mista com suposta participação igualitária. "Não se pode forçar nossa orientação se 50% do capital local estão fragmentados e enfrentam o sólido bloco de 50% em mãos da matriz", afirmou.

Adhikari explicou que um plano anterior, garantindo que 51% das ações ficassem em mãos de nepaleses foi modificado devido às pressões políticas dos bancos estrangeiros. Segundo ele, "as

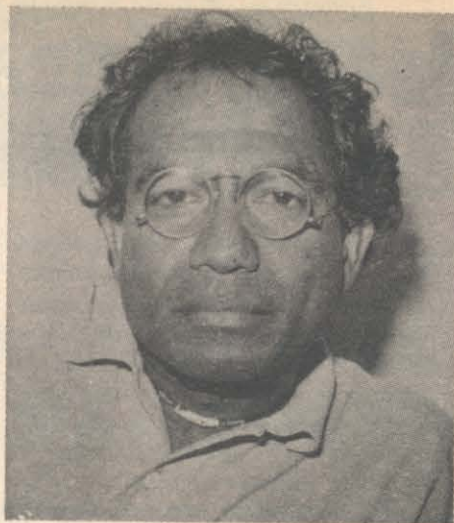
grandes instituições bancárias internacionais como o Citybank e o American Express poderiam servir melhor aos interesses do Nepal, investindo em projetos locais de alto risco que seriam facilmente compensados com os lucros obtidos em outras partes do mundo".

Apesar dessa resposta franca às necessidades do Nepal, os bancos estrangeiros introduziram algumas mudanças positivas num setor bancário que, de outro modo, teria uma evolução muito lenta, de acordo com alguns entendidos. Por exemplo, a introdução de computadores facilitou a realização de operações internacionais e locais de um modo mais eficiente e os bancos nacionais estão se esforçando para seguir o modelo. No entanto, enquanto os bancos multinacionais não responderem às necessidades de créditos dos setores mais pobres do campo e da cidade, não será cumprido o objetivo básico que os levou a serem aceitos no Nepal. D.A. ●

Um povo isolado

Ocupada pela Indonésia desde 1976, sofrendo a repressão e a total falta de comunicação do resto do mundo, o povo maubere faz da preservação da sua identidade cultural o principal fator da sua resistência à opressão

Nereida Daudt



Corte Real: mais opressão, maior resistência

plica, "a Fretilin enfraqueceu".

Não existem muitas informações sobre a situação em Timor Leste, constata Corte Real. Mas, sabe-se que em função do estado de emergência imposto pelo governo indonésio – que mantém a ilha hermeticamente fechada ao tráfego internacional e sob rígido controle interno –, "o povo timorense está oprimido".

Mas, de acordo com ele, nem tudo na ilha ocorre como o governo ditatorial do general Suharto deseja. Um exemplo disso é o resultado do Programa de Transmigração implantado pelo governo indonésio. A idéia inicial, segundo o professor timorense, era a de se tentar esmagar a cultura dos timorenses através de um forte fluxo de migração, vindo da Indonésia. Ocorreu o inverso. "Com a aproximação", diz ele, "as diferenças sobressaíram, principalmente porque os timorenses têm marcantes influências coloniais portuguesas – de caráter nacionalista e religioso – e esse programa auxiliou na descoberta da nossa identidade cultural".

Outro fato comentado por Corte Real é que Timor Leste só tem apoio humanitário do governo australiano, derivado de uma antiga amizade surgida na Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses invadiram a ilha com o objetivo de implantar uma base de ataque à Austrália. A resistência da então colônia portuguesa às intenções japonesas gerou seus frutos, pois além da ajuda humanitária que a Austrália lhe envia hoje,

16 mil refugiados timorenses residem atualmente nesse país.

Para Corte Real, tudo depende de Portugal: "Legalmente Timor é ainda colônia, pois a independência foi proclamada pela Fretilin, de forma unilateral". Ele esclarece que o atual presidente Mário Soares, "talvez por ter sido eleito dessa vez com o apoio das esquerdas, esteja se empenhando mais do que quando era primeiro-ministro para que seja reconhecido o direito de Timor à autodeterminação".

Europeus protestam

Uma delegação de deputados do parlamento europeu, em visita recente a Timor Leste, exigiu o fim do estado de emergência na ex-colônia portuguesa anexada pela Indonésia em 1976. Eles também pediram a retirada das tropas especiais que o governo indonésio mantém estacionadas na ilha.

A deputada Beate Weber, do partido social-democrata alemão, integrante da comissão, disse que "como a Frente de Libertação de Timor Leste (Fretilin) se encontra praticamente inativa é desnecessária a manutenção do estado de emergência e das tropas indonésias estacionadas na ilha". Weber solicitou o "pleno restabelecimento do poder civil".

Essa foi a primeira visita de um grupo de parlamentares europeus a Timor Leste desde os sangrentos acontecimentos que se seguiram a proclamação da independência e a posterior anexação. Durante a visita que durou de 14 a 20 de agosto, os deputados conversaram com autoridades civis e militares e com representantes da igreja, ao mesmo tempo em que realizaram visitas não anunciadas a diversas localidades.

Além da retirada das tropas e do fim do estado de emergência, os parlamentares reclamaram a plena garantia dos direitos individuais e da identidade cultural e idiomática dos habitantes de Timor Leste.

Uma figura chave para a pacificação é o novo bispo, originário da ilha, que denunciou casos recentes de violações dos direitos humanos. As forças militares do presidente indonésio Suharto continuam exercendo todas as atribuições em matéria de segurança na ilha. ●

Quanto mais pressão a Indonésia faz, mais o povo resiste". Essa avaliação é do professor timorense, exilado na Noruega desde 1982, Luis Corte Real. Ele esteve visitando o Brasil em companhia da mulher, a arquiteta norueguesa Bente Mathisen. "Aproveitei essa oportunidade", explicou, "para divulgar aqui e em outros países da América do Sul a situação de Timor Leste".

Embora não pertença à Frente para Libertação de Timor Leste Independente (Fretilin), da qual diz ser apenas um colaborador, como "qualquer timorense" Corte Real apóia essa frente. Foi ela que em 1975 proclamou a independência dessa ilha vizinha da Austrália, ex-colônia de Portugal, pouco depois ocupada e anexada por tropas da Indonésia.

Segundo ele, a guerrilha continua em todos os pontos, sendo que no período de inverno a Fretilin "devido ao bloqueio causado pelas chuvas nas estradas, consegue grandes vantagens em relação às tropas de ocupação". Ele relata que os militares indonésios, entretanto, ocupam duas importantes cidades, Dili, a capital, e Baucau que possui o aeroporto e o único sistema de telecomunicação com o exterior, de toda a ilha. "Por isso, praticamente sem comunicação com o resto do mundo", ex-

Lixo nuclear provoca aborto

Essa é a questão para os habitantes de uma pequena cidade, afetados pelas emanções tóxicas provenientes de uma fábrica próxima

Halinah Todd

Uma pequena cidade habitada por integrantes de etnia chinesa é o cenário de um movimento cívico único na Malásia e com escassos antecedentes no resto do Terceiro Mundo. Os residentes na área, — em sua maioria

saúde dos habitantes da cidade. Tudo começou em 1982, quando a fábrica Asian Rare Earth (ARE), — que utiliza material nuclear —, começou a operar. A indústria extrai monazita de peças de estanho e está situada a um quilômetro da pequena cidade de 10 mil habitantes. O processamento das peças de estanho produz um excedente radiativo, denominado hidróxido de tório.

dades respiratórias e de pele.

Demanda judicial

Os moradores da cidade travaram uma demanda judicial para obrigar a fábrica a fechar suas portas e no mês de janeiro último o tribunal celebrou uma audiência, onde se apresentaram evidências comprobatórias dos efeitos prejudiciais à saúde humana ocasionados pela atividade fabril.

A fábrica da ARE é um projeto conjunto da Mitsubishi Chemical Industries of Japan e uma empresa local. Toda sua produção se exporta ao Japão, o principal sócio comercial e investidor da Malásia, e constitui um elemento central na estratégia de desenvolvimento que está sendo implementada no país.

Os confrontos com a ARE começaram desde que a mesma iniciou seus trabalhos. O primeiro conflito se produziu em 1982, quando um grupo de cidadãos tratou de anular uma re-



Os protestos contra o lixo nuclear vêm de muito tempo na Malásia, onde a população sofre os efeitos nocivos dos despejos

camponeses, pequenos comerciantes e operários que trabalham na indústria local —, apoiados por grupos ecologistas e ativistas de direitos humanos, travam uma batalha que já dura seis anos, questionando o direito de uma fábrica local acumular lixo nuclear.

As razões dessa mobilização popular em Bukit Merah, no estado malaio de Perak, é a paulatina deterioração da

De acordo com estudos realizados pelas autoridades sanitárias da Malásia e por especialistas internacionais, durante os últimos quatro anos, pelo menos 15 mulheres, jovens e saudáveis, sofreram interrupções de gravidez antes do quinto mês ou deram à luz a bebês prematuros. Mais ainda: os estudos revelaram que a saúde dos jovens está sendo seriamente afetada por enfermi-

solução do governo, que autorizava o armazenamento do material radiativo excedente da fábrica em um depósito permanente, localizado perto de uma vila rural chamada Papan.

Depois de dois anos, a campanha conseguiu que a população da Malásia adquirisse um considerável conhecimento sobre os perigos da radiatividade e da energia nuclear, e alcançou tam-

A seção de discos foi ampliada. Agora, o leitor interessado pode solicitar, por telefone ou carta, o disco de sua preferência, independentemente dos que estão à venda em nosso catálogo. Acreditamos que, desta forma, estamos prestando mais um serviço aos nossos leitores e assinantes. Ligue (021) 252-7440 e faça seu pedido.

terceiro mundo

POSTAL
CULTURAL

DESCONTE NA FEIRA
SEM SAIR DE CASA

Não perca na página 7t a feira de livros do Terceiro Mundo Postal Cultural com descontos excelentes. Você vai encontrar ali livros importantes para sua informação, formação e entretenimento. Peça logo porque o estoque é limitado.

Ano II - 1988 - Nº 16

Preços desta edição válidos p/pedidos até 10.12.88

1905-1960-1968 TRÊS HISTÓRIAS QUE AINDA NÃO FORAM CONTADAS

"1968 - o ano que não terminou", de Zuenir Ventura, "O caso Panther", de José Joffily e "Brasília: Hora Zero", de Neiva Moreira. Estes trabalhos têm na verdade, um traço em comum, que é o fato de projetarem novas luzes sobre acontecimentos importantes do país.



O LIVRO SOBRE UM ANO DECISIVO

"1968 - o ano que não terminou", do jornalista Zuenir Ventura é a crônica de um momento marcante no quadro geral da luta contra a ditadura. Esse livro não seria possível se o autor não fosse, também, um participante dos decisivos acontecimentos que sacudiram o país naquele período. A vivência do cotidiano aparece, assim, numa descrição amena e atraente, revelando aspectos pouco conhecidos do enfrentamento à ditadura, num ano verdadeiramente crítico como 1968.

Escrevendo sobre "1968", Luis Garcia faz essa observação adequada: "Leia-se como romance, que o modo de escrever de Zuenir, irônico e compassivo, assim o permite. Mas se leia também como contribuição essencial à memória de tempos importantes, com revelações e surpresas que nunca antes viram a letra de forma. Finalmente, leia-se como lição. Primavera de esperança, inverno de desespero, ainda os teremos". 314 pág.



BRASÍLIA: A HISTÓRIA DE UMA AVENTURA

O livro de Neiva Moreira é um depoimento há muito esperado. A mudança da capital para Brasília foi um acontecimento histórico com poucos antecedentes no mundo e nenhum deles realizado no contexto de problemas tão complexos e num prazo tão curto.

Milhares de pessoas deslocadas dos seus lares, toneladas de cargas transportadas por uma rodovia ainda não concluída para 1.200 quilômetros de distância, problemas administrativos, econômicos, familiares e emocionais, a novela fascinante de uma cidade em construção. Quando se toma conhecimento de que no dia da inauguração dezenas de deputados disputavam um colchão e que horas antes da inauguração da capital não havia campanhas na Câmara nem a imagem do Cristo para entronizar no plenário, então pode se avaliar o que foi o 21 de abril de 1960.

Neiva, então deputado federal pelo Maranhão, era secretário da Mesa e presidente da Comissão de Transferência da Câmara. Coube-lhe dirigir a complexa operação de localizar em Brasília uma numerosa população, até então instalada à beira-mar e que, de súbito, ia viver a desconhecida realidade do planalto central.

O livro foi escrito entre 1960 e 1961, o período Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, e só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontrei" - declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento". 73 pág.

E-184 Cz\$ 2.000,00



PANTHER, O EXPANSIONISMO GERMÂNICO

José Joffily está prestando um serviço extraordinário ao nosso país, sobretudo à sua juventude, exumando com um meticuloso e competente trabalho de pesquisa e interpretação, episódios que a história oficial achou mais conveniente sepultar.

Seu último livro foi "O caso Panther", a história da invasão de Itajaí, Santa Catarina, em 1905, por tripulantes daquela poderosa canhoneira alemã, em completo desrespeito à soberania brasileira. A ação dos invasores durou 50 dias e foram necessários 82 anos para que fosse conhecido em toda sua extensão e gravidade.

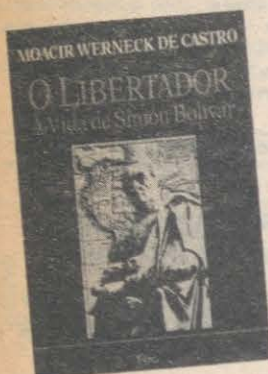
O mais curioso é que nem na Marinha nem no Arquivo Nacional o autor encontrou elementos para sua pesquisa. Mas não desanimou e, depois de quatro anos, nos oferece, agora, um trabalho documentado sobre um momento crucial do expansionismo germânico no novo mundo. 217 pág.

E-185 C.\$ 5.500,00

E-186 Cz\$ 6.900,00

HISTÓRIA VIVA

para ler e consultar



O LIBERTADOR
A Vida de Simón Bolívar
De: Moacyr Werneck de Castro

Afinal, uma boa, bela, biografia de Simón Bolívar. Já era tempo. Bolívar é o maior, o mais bravo, o mais lúcido dos protagonistas do fazimento da nossa América. Moacyr aqui nos dá um retrato de corpo inteiro de Bolívar-Libertador, herói de glórias incomparáveis; de Bolívar-ideólogo profético que prefigurou a América Latina como a nossa Pátria Grande que há de ser; e sobretudo de Bolívar-homem, armado da mais alta alegria de viver e do mais capitoso gozo de amar. Tudo isto que faz de Bolívar a figura mais pujante, mais romântica e mais bela de nosso mundo, aqui está, esplêndido. Agarre este livro com as duas mãos e leia, como eu li emocionado. (DARCY RIBEIRO)

224 pág.
E-169 Cz\$ 4.500,00



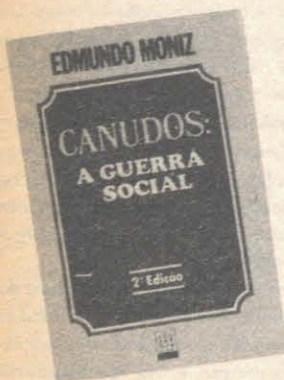
VENDA DA LIBERDADE
A Luta do Povo pela Abolição
De: Edmar Morel

Neste seu livro, Edmar Morel reconstituiu o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas animado de um frêmito de entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse. **Venda da Liberdade** é obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, mormente naqueles em que o Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

E-171 Cz\$ 3.500,00

CANUDOS:
A Guerra Social
De: Edmundo Moniz



É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante no final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 Cz\$ 5.000,00

LIVROS DE SUCESSO

MIGO
De: Darcy Ribeiro

Em **Migo** o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 pág.

E-178 Cz\$ 9.000,00



AFUNDAÇÃO
ROBERTO MARINHO
De: Roméro C. Machado

O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 pág.

E-179 Cz\$ 4.200,00



COMBATE NAS TREVAS
De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 pág.

E-188 Cz\$ 4.100,00



O HOMEM E SUA FICHA
De: Jesus Soares Pereira

Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em abril de 1964, sem qualquer justificativa para tal violência.

Viu-se obrigado a emigrar do Brasil. Antes de abandonar a pátria, no entanto, elegeu o povo brasileiro como Tribunal de Honra e a ele submeteu a candente declaração de princípios e a impecável folha de serviço que é este livro.

Um livro admirável e edificante, que todos os cidadãos dignos deveriam ler. Mais: bem poderia transformar-se em texto escolar, para que as novas gerações tomassem como modelo de conduta a vida de um cidadão excepcional, que colocou o Brasil à frente e acima de quaisquer outros interesses. 266 pág.

E-180 Cz\$ 5.850,00





A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO
De: Daniel Herz

Há um lado da Rede Globo que é invisível para os que se relacionam com essa empresa simplesmente como telespectadores. Há algo que só se percebe por trás da Globo. Há um sentido oculto, no que a Globo representa, que só pode ser percebido quando se tem na mão o atestado de antecedentes dessa empresa. 300 pág.
E-168 Cz\$ 4.300,00

CONSTITUIÇÃO DE CUBA - COMO É E COMO FUNCIONA

De: Osny Duarte Pereira

O autor traça um breve perfil da História cubana - a dominação espanhola, a ditadura de Batista, o movimento 26 de julho e a instalação do poder revolucionário - e analisa o atual texto constitucional. Diz: "Ao ser elaborada a nossa nova Constituição, muitas soluções cubanas, notadamente nos problemas sociais, deverão ser examinadas com respeito pelo constituinte brasileiro." 96 pág.
E-145 Cz\$ 1.800,00

DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSURDO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES

De: Jacques Dezelin
Este livro prova que as dívidas externas são um engodo, e que os privilégios às exportações servem, exclusivamente, aos interesses dos países desenvolvidos. 352 pág.
E-166 Cz\$ 4.300,00

OUTUBRO E A PERESTROIKA

De: Mikhail Gorbachiov
86 pág.
E-153 Cz\$ 1.500,00

MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO

De: Mikhail Gorbachiov
77 pág.
E-155 Cz\$ 1.450,00

NICARÁGUA NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA

De: Mirian Goldenberg
156 pág.
E-144 Cz\$ 2.800,00



CARTAS AO PLANETA BRASIL
De: Geneton Moraes Neto

O que se narra neste livro é dramaticamente real. São depoimentos inéditos, publicados na íntegra, rigorosamente sem cortes que expõem o pensamento completo dos entrevistados: Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos/Caetano Veloso, Ronald Edwards.

Um documento sobre a história brasileira recente. Fatos e testemunhos até hoje desconhecidos do público. 264 pág.
E-181 Cz\$ 5.400,00

O ESPÍRITO DAS ÉPOCAS

De: Edmundo Moniz
Esta é a quarta edição de O Espírito das Épocas, obra publicada sob o título geral Dialética da Ficção, com ligeiras alterações de forma em alguns ensaios e a inclusão de outros inteiramente novos, representa um dos momentos mais altos do seu fecundo labor intelectual.

Focalizando, entre outros, poetas como Dante e Camões, teatrólogos como Shakespeare e Ibsen, e romancistas como Dostoiéwsk, Balzac e Eça de Queiroz, esta obra evidencia que, para Edmundo Moniz, a poesia, o teatro e o romance não são categorias estéticas que se produzem abstratamente, projetadas para uma dimensão metafísica, mas sim a equação dialética que resulta da interação entre criação espiritual e realidade objetiva de uma determinada época histórica, refletida na inteligência e sensibilidade dos escritores. 216 pág.
E-182 Cz\$ 2.600,00

UM OPERÁRIO BRASILEIRO EM CUBA

De: Isaque Fonseca e Sandra Mayrink Veiga
Isaque, um operário, e Sandra, de classe social localizada na outra ponta do novo, se unem para traçar juntos essa aventura: a de um operário brasileiro em Cuba. 172 pág.
E-183 Cz\$ 2.700,00



UM DESAFIO CHAMADO BRASIL
De: Arnaldo Mourthé

O livro consegue não só traduzir em linguagem acessível toda a complexidade da atual crise brasileira como, também, apresentar soluções consistentes para que o Brasil não se transforme definitivamente no pasto do capitalismo internacional, como querem nossas elites no poder. 107 pág.

E-172 Cz\$ 1.800,00

TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

De: Celso Furtado
"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retornar aos estudos dos problemas globais, sem o que estaremos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.
E-156 Cz\$ 4.750,00



A ORIGINALIDADE DAS REVOLUÇÕES
De: Edmundo Moniz

Uma visão abrangente do socialismo no século XX. Começa pela revolução soviética e conclui com a análise do caso particular do Chile de Allende e com a apreciação das guerrilhas latino-americanas. 276 pág.
E-164 Cz\$ 4.300,00

A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986

De: René Armand Dreiffuss
Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 pág.
E-165 Cz\$ 7.200,00

PREPARE SUA TESE PARA VIRAR LIVRO

- Composição • Diagramação • Criação e Arte Final • Montagem • Fotografia • Produção • Editoração • Digitação de Teses

ORÇAMENTO GRÁTIS
PEÇA JÁ: Com Paulo Gomes (021) 242-1957

terceiro mundo serviços gráficos

UMA LEITURA NECESSÁRIA E ATUAL

Em um mundo cada vez mais interdependente, você precisa estar em dia com o que acontece lá fora e que, em algum momento, pode repercutir no país. Mais importante ainda é ter uma informação confiável e a análise correta dos acontecimentos.

A revista **Cadernos do Terceiro Mundo** não se apresenta apenas como uma publicação especializada em temas internacionais, mas é, sobretudo, fonte permanente de informações e análises independentes, atualizadas e que levam em conta os interesses dos países em desenvolvimento, o que não se encontra em outras publicações do gênero.

Sua leitura torna-se, assim, necessária e oportuna para a informação mais completa do leitor, que tem ainda amplo enfoque de assuntos nacionais no **Suplemento Brasil** que acompanha cada edição.

Assine **Cadernos do Terceiro Mundo**, uma porta que você abre para a compreensão mais exata do mundo.

COM A PALAVRA: NOSSO LEITOR

Luta pela justiça social

Parabéns a terceiro mundo pela linha editorial independente e progressista, o que a torna porta-voz das consciências oprimidas do planeta. Não deixo por menos: eu os proíbo de esmorecerem na luta por uma sociedade mais justa.

Ricardo Teixeira Barbosa
Porto Alegre - R.G. Sul - Brasil

Fonte única

Sou leitor e assinante desta excelente revista. Desejo felicitá-los, pois se trata de uma fonte praticamente única de informações sérias para se conhecer a problemática de nosso castigado Terceiro Mundo.

Antonio Torossian
Montevideu - Uruguai

Oportunhol

Felicitações pelo tema da capa de julho, "Oportunhol", que está muito bem realizado, e também pelo nível de terceiro mundo, simplesmente genial.

Enrique Darío Díaz Castro
Paso de la Arena
Montevideu
Uruguai

AIDS

Quero parabenizá-los pela excelente matéria sobre a Aids, publicada por terceiro mundo de março passado.

Gilênio N. Camilo
Taguatinga - DF - Brasil

Em Lima também

Passei uns dias em Lima num congresso e reencontrei terceiro mundo, revista que acompanho desde os primeiros números, mas que há alguns meses não via. Me agradou a sua diagramação, os artigos continuam interessantes. Vejo agora uma ênfase altamente elogiável em seções, como mulher e minorias, que antes eram menos tratadas.

Espero que continuem nesse caminho, sem esquecer que na América Latina temos poucas fontes de informação fidedignas sobre o resto do Terceiro Mundo. E que nossas realidades, complexas e subdesenvolvidas, são muito mais ricas que a simples amostra que nos brinda a vida política de cada um dos nossos países.

Horácio Márquez Almeida
San Pedro Sula
Honduras

Novo Formato

Realmente de impacto o novo formato do terceiro mundo. Estou também muito impressionado com a qualidade da edição em inglês. Felicitações por esse trabalho tão desafiador.

Medea Benjamin
Senior Analyst
Food First
San Francisco - EEUU

Parabéns

Quero parabenizar o editor pelo excelente trabalho, que é refletido nos exemplares de terceiro mundo, que recebo mensalmente.

Márcio Antônio Araújo
Belo Horizonte-MG

Em primeiro lugar não poderia deixar de parabenizar toda a equipe de terceiro mundo pela excelente qualidade e independência das matérias. Como estudante sei que só com liberdade e independência conseguimos aprender algo.

Recebi a revista referente a maio e lendo a seção de cartas, notei que não me enviaram o n.º 108 de março. Desde já agradeço.

Elizabeth Pereira
Méier- Rio de Janeiro

De frente

Já coleciono terceiro mundo desde setembro de 1983, quando a conheci e aprendi muito a cada número publicado. Aqui no Rio Grande do Sul, a revista é muito lida e tem ótima aceitação. Pelo menos em algum lugar, vemos as coisas mostradas um pouco mais de frente.

Sandra Regina Napiwoski
Canoas - RS - Brasil

Intercâmbio de discos

Por saber que terceiro mundo circula e tem grande penetração em países da América Latina, Ásia e África, quero que me ajudem a entrar em contato com pessoas que desejem trocar discos, fitas cassetes, livros sobre o Terceiro Mundo. Eu posso enviar material específico do Brasil. Tenho 36 anos, sou médico (casado), amo a música e sou assinante do terceiro mundo há mais de três anos.

Gildo Andrade Simões
Rua C, nº 221
Jardim Santo Antônio
Atalaia - Aracaju
Sergipe - CEP 49.000
Brasil

Assine terceiro mundo

•Descontos
até 35%

•Brindes

APLIQUE EM BOA INFORMAÇÃO E GANHE, VOCÊ E OS AMIGOS.

CADERNOS DO
**terceiro
mundo**
O CHILE
DEPOIS
DE PINOCHET



**O VATICANO
E A TEOLOGIA
DA LIBERTAÇÃO**



**O CERCO
À IGREJA
PROGRESSISTA**

OFERTA VÁLIDA ATÉ 10.12.88

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZS	TOTAL A PAGAR CZS	BRINDES
1	7.200,00	7.200,00	-
2	7.000,00	14.000,00	-
3	6.700,00	20.100,00	1 Livro de nossa escolha
4	6.400,00	25.600,00	3 Livros de nossa escolha
5	5.800,00	29.000,00	1 Assinatura de "cadernos"

OBS: Os livros de brinde, estão na seção Feira de Livros

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag.Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

<p>1 Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP Tel.:</p> <p>Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa</p>	<p>4 Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP Tel.:</p> <p>Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa</p>
<p>2 Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP Tel.:</p> <p>Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa</p>	<p>5 Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP Tel.:</p> <p>Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa</p>
<p>3 Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP Tel.:</p> <p>Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa</p>	<p>REMETENTE</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP Tel.:</p>

O SOM DA NOSSA GENTE



CANTORIA 2

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Participação especial do ceguinho cantador goiano Francisco Aafa.

Lado A

ABERTURA - Xangai, Elomar, Vital e Geraldo
- Desafio do Alto da Catingueira (Elomar)

- Repente (Vital Farias)

- Novena (Geraldo Azevedo/Marcus Vinicius)

ERA CASA ERA JARDIM/VEJA MARGARIDA (Vital Farias) Vital, mais Geraldo no violão

SABOR COLORIDO (Geraldo Azevedo)

MOÇA BONITA (Geraldo Azevedo/Capinam) Geraldo, com Xangai no vocal

NA QUADRA DAS ÁGUAS PERDIDAS (Elomar) Elomar, com Geraldo, Vital e Xangai nos vocais

CANTILENA DE LUA CHEIA (Vital Farias) Vital, Geraldo, Elomar e Xangai

Lado B

ARRUMAÇÃO (Elomar) Francisco Aafa, em participação especial

SUITE CORRENTEZA - Elomar, Xangai, Geraldo e Vital

- Barcarola do São Francisco (Geraldo Azevedo/Carlos Fernando)

- Talismã (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)

- Caravana (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)

ESTAMPAS EUCALOI (Hélio Contreiras)

Xangai, com Geraldo no Violão

SAGA DE SEVERININ (Vital Farias) Vital

CANTIGA DE AMIGO (Elomar) Elomar, Xangai, Geraldo e Vital
D-009 Cz\$ 3.100,00

RADAMÉS GNATTALI PROMOÇÃO

(Ao piano)
Mais que um disco a realização de um desejo: "Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isso em prática".

D-001 Cz\$ ~~2.000,00~~ 1.450,00

6t - terceiro mundo postal cultural

OS VILLA-LOBOS MAIS ORIGINAIS DO MERCADO EM LP

A FLORESTA DO AMAZONAS

Wagner Tiso, Ney Matogrosso e Assis Brasil redescobrem a obra de Villa-Lobos. Uma recriação desta obra-prima, a partir de manuscrito inédito para piano recém-descoberto no Museu Villa-Lobos. São as suítes **Na Floresta, Além da Floresta** e um improviso, unindo o piano Steinway aos modernos sintetizadores e samplers. Participação especial de Jacques Morelenbaum (violoncelo) e Jurim Moreira (percussão).
D-002 Cz\$ 2.700,00

VILLA-VIOLÃO

Turibio Santos apresenta a obra completa de Villa-Lobos para violão solo. Um dos acervos mais importantes do Século XX, o violão de Villa-Lobos é revisitado por seu maior especialista. No LP, os 12 Estudos, os 5 Prelúdios e Choros nº 1.
D-003 Cz\$ 2.600,00

CANTORIA I

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Gravado ao vivo no Teatro Castro Alves, em Salvador.

Lado A: **Novena** (Geraldo Azevedo, Marcus Vinicius); **Sete Cantigas para Voar** (Vital Farias); **Cantiga do Boi Incantado** (Elomar); **Kukukaya** (Cátia de França); **Ai que Saudade de Océ** (Vital Farias); **Ai d'Eu So-dade** (tradicional).

Lado B: **Semente de Adão** (Geraldo Azevedo, Carlos Fernando); **Viramundo** (Gil, Capinam); **Cantiga do Estradar** (Elomar); **Saga da Amazônia** (Vital Farias); **Matança** (Jatobá); **Cantiga do Amigo** (Elomar).
D-008 Cz\$ 3.000,00

CONSERTÃO

Álbum duplo com Elomar, Arthur Moreira Lima, Paulo Moura e Heraldo do Monte, mostrando a capacidade do músico brasileiro em arranjar, improvisar, pintar e bordar.

Lado A: **Estrela Maga dos Ciganos / Noite de Santo Reis**; **Na Estrada das Areais de Ouro**; **Campo Branco** (Elomar).

Lado B: **Encelença prá Terra que o Sol Matou**; **Trabalhadores na Destoca** (Elomar); **Pau de Arara** (Luís Gonzaga); **Festa no Sertão** (H. Villa-Lobos).

Lado C: **Valsa da Dor** (H. Villa-Lobos); **JENINIA** (Codó); **Valsa de Esquina nº 12** (Francisco Mignone); **Espinha de Bacalhau** (Severino Araújo).

Lado D: **Pedacinhos do Céu** (Waldir Azevedo); **Corban** (Elomar).

D-006 Cz\$ 5.000,00



QUARTETO NEGRO

Paulo Moura no sax e clarineta, Zezé Motta na voz, Djalma Corrêa na percussão e Jorge Degas no baixo, violão e voz. Lançado no mês do Centenário da Abolição, em espetáculo especial no Olympia de Paris. O LP sai simultaneamente no Brasil e na Europa.

Lado 1: **Folôzinha** Marku Ribas/Reinaldo Amaral); **Sobre as Ondas** (Jorge Degas); **Meren-gue** Adler São Luiz); **Festas da Xica** (Paulo Moura); **SEMBA** Jorge Degas/Zezé Motta)

Lado 2: **Zumbi** Gilberto Gil/Wally Salomão); **Brucutu**

(J. Degas/D. Corrêa); **Gêisa Roberto Guima**; **A Quelé Menina** (Djalma Luz); **Taisho-Koto** (Djalma Corrêa).
D-007 Cz\$ 2.800,00

JAZZ BRASIL - JOÃO CARLOS ASSIS BRASIL

Swing - virtuosismo no piano de João Carlos Assis Brasil, com músicas inéditas de seu irmão Victor e de Radamés Gnattali, e mais Tom Jobim e Wagner Tiso, este em participação especial.

Lado A: **Steps** Victor Assis Brasil); **Waltzing** Victor A. Brasil); **Arroio** Victor A. Brasil); **Waving** (Victor A. Brasil); **Chorava** Wagner Tiso), a 2 pianos.

Lado B: **Maneirando** (Radamés Gnattali); **Sobre Tom**, improviso-homenagem: **Wave** (Tom Jobim); **Eu Preciso de Você** (Tom e Aloisio de Oliveira), **Estrada Branca** (Tom e Vinicius), **Moonlight Daiquiri** (Tom Jobim), **Eu Te Amo** (Tom e Chico Buarque), **Pela Luz Dos Olhos Teus** (Vinicius de Moraes), **Samba De Uma Nota Só** (Tom e Newton Mendonça); **Negaceando** (Radamés Gnattali); **Aos velhos amigos** Wagner Tiso).
D-004 Cz\$ 2.500,00

ATENDENDO A PEDIDOS

Não dá
pra colocar
todos os
discos
em nosso
catálogo, certo?



Portanto, peça o disco de sua preferência e que não encontra em sua cidade.

LIGUE: (021) 252-7440 ou por carta para Rua da Glória, 122 Gr. 105
Rio de Janeiro - CEP 20241

FEIRA DE LIVROS TEM DESCONTO!



AMOR LIVRE
Uma Avaliação Anarquista da Questão Sexual
De: Charles Albert

Se o amor não é hoje livre no sentido legal, é porque não o é no sentido social. O amor livre é o amor libertado de todos os entraves que até aqui o tem impedido de presidir à visão do homem com a mulher. 140 pág.

E-175 Cz\$ ~~1.700,00~~ 1.300,00

ESTUDANTES E IDEOLOGIAS NO BRASIL
De: Marcos Antonio Coimbra

É um estudo sobre nosso passado imediato e sobre a posição do estudante diante de fatos como 1964, 1968, repressão, etc. antes da nossa "abertura". UNE, manifestações estudantis, a reação dos estudantes aos decretos firmados em 1968, a linha ideológica do universitário, luta por uma universidade melhor e por princípios democráticos estão presentes. 164 pág.

E-098 Cz\$ ~~1.300,00~~ 2.000,00

A MÁQUINA DE NARCISO - Televisão, indivíduo e poder no Brasil
De: Muniz Sodré

A cultura industrialmente produzida e distribuída constitui, na verdade, um jogo destinado a instituir novas formas de poder. Se o lazer e a informação colocam-se a serviço da ordem social (do Estado à grande empresa), isso significa que a cultura daí oriunda pretende organizar e/ou manipular politicamente as massas. Sem a menor dúvida, como explicita este importante livro, "a cultura de massa é uma política que não ousa confessar o seu nome". 147 pág.

E-74 Cz\$ ~~2.300,00~~ 1.500,00

LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE

Claudio Thomas Bornstein



LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE
De: Cláudio Thomás Bornstein

Baseado em um fato ocorrido na década dos setenta na região do Além-São Francisco, e que culminou no assassinato de um líder do sindicato rural, o romance conta, passo a passo, a caminhada de violências do Brasil agreste. 256 pág.

E-150 Cz\$ ~~2.200,00~~ 2.000,00

NA LUTA SEM PEDIR LICENÇA
De: Eliane Maciel

Depois do sucesso de "Com Licença eu vou à luta", Eliane nos oferece outro livro lícido, escrito com a cabeça e o coração de quem tem como especialidade não se entregar e botar o dedo nas nossas feridas. 200 pág.

E-161 Cz\$ ~~2.800,00~~ 2.100,00

O JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL DEPOIS DE 1964
De: Aylê-Salassí F. Quintão

O livro propõe-se a explicar o desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil, a sua consolidação e o seu papel ideológico. É um livro básico para estudantes e profissionais de comunicação bem como leitores interessados em saber o "porquê" e a função do "econômico" na imprensa brasileira. 212 pág.

E-159 Cz\$ ~~2.000,00~~ 1.100,00



O VERÃO DOS PERSEGUIDIDOS
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.

E-154 Cz\$ ~~1.700,00~~ 1.200,00

DESENVOLVIMENTO, CRISE E VISÕES ALTERNATIVAS: PERSPECTIVAS DAS MULHERES DO TERCEIRO MUNDO

De: Gita Sen e Caren Grown

O livro resulta do esforço coletivo da rede DAWN/MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo).

Sintetiza a análise de três décadas de políticas voltadas para a mulher, enfatizando, sobretudo, a última fase que se caracteriza pela forte crise econômica que afeta os países do Terceiro Mundo.

Mostra como as mulheres estão se organizando para superar as dificuldades impostas pela pobreza, fazendo uso da criatividade em busca de soluções alternativas. 150 pág.

E-158 Cz\$ ~~2.600,00~~ 2.100,00

POLUIÇÃO-ALIENAÇÃO-IDEOLOGIA

De: Ailton B. de Souza e R. A. Amaral Vieira

130 pág.

E-75 Cz\$ ~~1.100,00~~ 800,00

RAUL SENDIC: AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO
Tradução: Cássia Corintha Pinto

96 pág.

E-152 Cz\$ ~~1.700,00~~ 1.300,00

POLÍTICA DA REPRESSÃO Força e Poder de uma Justiça de Classe

De: Luigi Moscatelli

157 pág.

E-132 Cz\$ ~~2.300,00~~ 1.200,00

PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO

De: Washington Loyello

E-083 Cz\$ ~~2.300,00~~ 1.400,00

REBELDIA NEGRA & ABOLICIONISMO

De: Laura Lage de Gama Lima

E-176 Cz\$ ~~2.200,00~~ 1.350,00

A QUESTÃO JUDAICA

De: Karl Marx

E-177 Cz\$ ~~1.150,00~~ 750,00

A MULHER NA LÍNGUA DO POVO

De: Eliane Vasconcellos Leitão

E-173 Cz\$ ~~2.100,00~~ 1.800,00

UMA INTRODUÇÃO POLÍTICA AOS QUADRINHOS

De: Moacy Cirne

E-174 Cz\$ ~~1.800,00~~ 1.100,00



O GUIA DO TERCEIRO MUNDO 89 VEM AÍ!

Faça sua reserva.

CUPOM DE PEDIDOS DO POSTAL CULTURAL NO VERSO →

INFORMAÇÃO, MÚSICA e DESCONTO

POSTAL
CULTURAL

Terceiro Mundo

Remetente:
 EDITORA TERCEIRO MUNDO – Rua da Glória, 122 – gr.105 – RIO DE JANEIRO – CEP 20240

IMPRESSO

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados. com desconto que tiver direito. () assinante () não-assinante				TABELA DE DESCONTOS				terceiro mundo postal cultural nº 16	
Nome Endereço Bairro Cidade Estado CEP Tel.: Profissão _____ comprador				<ul style="list-style-type: none"> • 5% Para pedidos acima de Cz\$ 15.000,00 • 10% Para pedidos acima de Cz\$ 20.000,00 • 12% Para assinantes com pedidos acima de Cz\$ 15.000,00 • 15% Para pagamento antecipado de pedidos acima de Cz\$ 20.000,00 				PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 10.12.88	
CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

bém alguns resultados positivos em relação às metas concretas que enfrentava. O governo decidiu desmantelar o depósito e colocá-lo numa área menos povoada.

Foi então que o problema passou à região de Bukit Merah. Os habitantes da área formaram o Comitê Antinuclear de Perak e oito de seus integrantes se apresentaram à Justiça, para solicitar o fechamento definitivo da fábrica. A demanda reivindicava também a reparação pecuniária dos danos. Durante a audiência celebrada em janeiro, um médico malaio e uma sanitarista canadense prestaram depoimento, confirmando as declarações dos moradores, no sentido de que os rejeitos radiativos eram prejudiciais à saúde humana.

"Entre 1982 e 1986, de um total de 108 mulheres grávidas de menos de 30 anos, em Bukit Merah, 15 tiveram abortos por motivos inexplicáveis", afirmou no tribunal o médico T. Jaya-balan. "O índice de abortos foi assim de 7% em um grupo de mulheres, que normalmente pela idade não apresenta problemas na gravidez", assinalou. A média de interrupções de gravidez entre as mulheres da etnia chinesa em todo o país e por qualquer tipo de causa, não excede de 1,8%.

A população infantil contaminada

A médica Rosalie Bertell, sanitarista canadense, especialista em problemas causados por baixos níveis de radiatividade, atendeu as crianças de Bukit Merah e chegou a conclusões igualmente alarmantes: todas apresentavam nível de chumbo no sangue superior ao normal. Aproximadamente 5% das amostras mostraram percentagens de chumbo que podem ocasionar danos cerebrais nos afetados. A médica, que preside o Instituto Internacional de Saúde Pública, declarou ao tribunal que a presença de chumbo no sangue mostra a absorção de tório. Quando se encontra chumbo nessas quantidades é porque as crianças estão recebendo tório também, explicou a especialista.

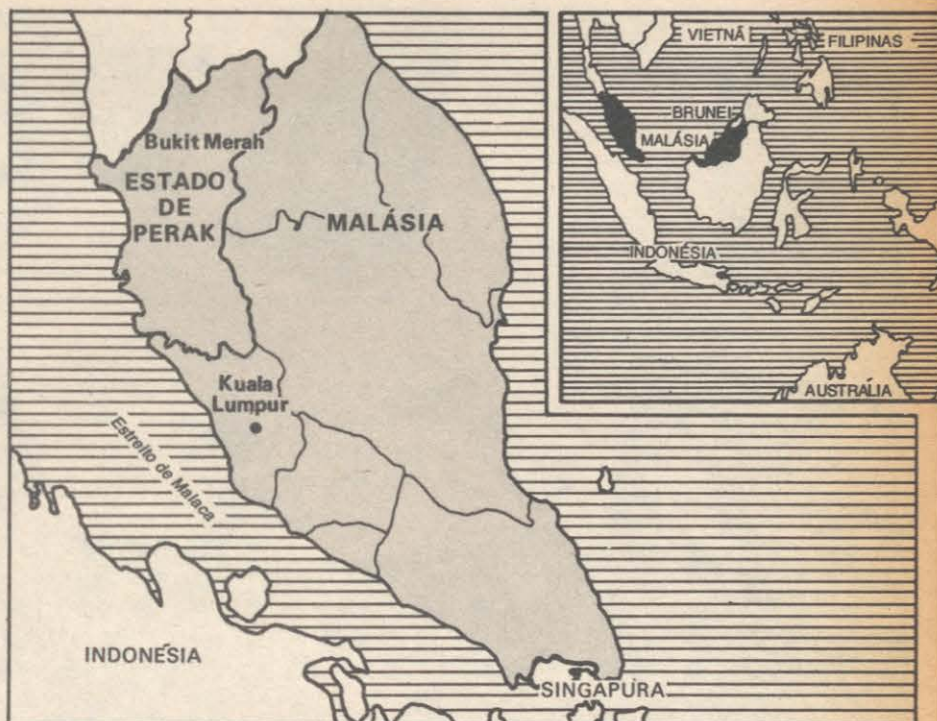
A maioria das crianças examinadas apresenta ainda uma quantidade de glóbulos brancos inferior à normal. Em especial evidenciam uma falta de monó-

citos, o componente celular da medula óssea que ajuda o organismo na produção dos anticorpos.

"Como a fábrica só está em operação há seis anos, ainda é muito cedo para formular conclusões sobre a possibilidade de que se desenvolva algum tipo de câncer nos organismos afetados, pois para isso se necessita de mais tempo. Mas, a quantidade de chumbo encontrada no sangue das crianças já é, por si só, preocupante", assinalou a

de Selangor. "Meus estudos revelam que as crianças de Bukit Merah, melhor nutridas que os outros, apresentam, no entanto, mais enfermidades. Isso demonstra, em coincidência com as afirmações da dra. Bertell, que os efeitos da radiação produzem a ruptura do sistema imunológico e afetam sua reprodução no corpo humano", constatou o médico malaio.

A audiência de janeiro faz parte de complicado segundo processo jurli



A Malásia é um país que depende em grande parte do comércio com o Japão

médica canadense. "O problema mais grave, no meu modo de ver", acrescentou, "é o da interrupção de gravidez. Se existe um fator que está causando a morte dos fetos, quer dizer que podem haver nascido crianças com perturbações produzidas pela mesma causa. Essas crianças vão sofrer consequências mais graves que os seus pais", diagnosticou a dra. Bertell.

Danos irreparáveis

O doutor Jayabalan estudou 260 crianças de Bukit Merah e comparou os resultados com um grupo similar de menores de origem humilde do estado

cial. Em outubro de 1985, os habitantes obtiveram o fechamento da fábrica por efeito de uma medida precatória ditada pelo juiz da Suprema Corte de Justiça, Datuk Anuar Zainal Abidin. O magistrado baseou sua decisão nos testemunhos que indicavam que o excedente de tório estava sendo armazenado em sacos plásticos e em barris mal conservados, os quais apresentavam vazamentos e estavam expostos ao tempo, num pátio próximo à fábrica. Um empregado da empresa declarou ter recebido uma ordem da direção, para que armazenasse uma parte do lixo nuclear num tanque existente nas imediações do estabelecimento.

"As perdas da empresa em dinheiro podem ser recuperadas. Mas as vidas são irrecuperáveis. Não existe forma de curar os efeitos da radiatividade", afirmou o juiz Anuar, em sua decisão. No entanto, em fevereiro de 1987, a empresa ARE começou a operar novamente, amparada numa autorização governamental expedida pela Comissão de Licenças em Energia Atômica. A mesma dizia que a fábrica estava cumprindo as exigências de segurança impostas pela

Os observadores presentes às sessões do tribunal, em janeiro, ficaram impressionados pela multidão que acompanhava os trabalhos. No entanto, isso não surpreenderia ninguém que tivesse acompanhado de perto o desenvolvimento dessa luta.

Quando começou o protesto contra o depósito de Papan, milhares de pessoas bloquearam as estradas, agitando cartazes e coletando assinaturas contra a presença da ARE na região. Na primeira

Todos, exceto o professor universitário, foram deixados em liberdade, mas os membros do comitê, para serem libertados foram obrigados a prometer que não atuariam mais no movimento antinuclear. No entanto, nem essas detenções nem a presença de mais de cem integrantes do esquadrão policial antimotim foram suficientes para conter as centenas de manifestantes que se locomoveram de ônibus à cidade de Ipoh, onde as sessões do tribunal acontece-



O lixo radiativo é em geral mal armazenado no Terceiro Mundo e acaba por produzir abortos e deformações congênitas na população

Comissão Internacional de Energia Atômica.

Os moradores voltaram a se apresentar à justiça, com uma ação de desacato ao Poder Judiciário que ainda se encontra em trâmite. Entretanto, no processo principal para conseguir o fechamento das atividades da fábrica, as autuações se encontram em mãos do juiz Peh Swee Chin, que mandou realizar uma série de audiências, que se sucederão nos próximos meses.

audiência em setembro de 1987, o Comitê Antinuclear de Perak mobilizou mais de dois mil habitantes.

Como resultado dessas ações, cinco integrantes do comitê foram detidos, em outubro de 1987, no meio de uma ofensiva do governo contra os militantes políticos. Um físico da Universidade Nacional que colaborava na realização das análises radiativas, e um advogado, representante dos moradores, também foram presos.

Impedidos de entrar na sala de audiências do tribunal, os moradores se sentaram em silêncio nas ruas próximas, durante os cinco dias em que duraram as sessões.

Na ausência dos líderes naturais, as mulheres assumiram a direção do movimento: "Continuaremos lutando para proteger nossos filhos e netos. Não é por nós que temos medo", afirmou uma mãe, sentada tranquilamente na rua, junto a dois de seus filhos. ●

A urgência de uma ação conjunta

O pagamento dos serviços da dívida externa gera uma alta transferência de recursos para os países industrializados e paralisa a economia da região

Rafael Contreras*



Gert Rosenthal: o perigo da recessão

O secretário-executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), Gert Rosenthal, não está, a curto prazo, otimista com relação ao futuro do subcontinente. "A ameaça de recessão prossegue nos países latino-americanos, sem que se vislumbre uma recuperação nos próximos quatro anos", advertiu.

De forma pausada e reflexiva, Rosenthal explicou que desde 1982 a região permaneceu num longo período recessivo com altos e baixos e diferenças de um país para outro confirmando que, "não saímos do estancamento". O especialista, que assumiu o cargo máximo do Cepal em janeiro de 88, disse que "não existem muitos elementos no panorama externo que indiquem uma recuperação definitiva até o início da próxima década".

Dispondo de várias estatísticas, Gert Rosenthal destaca que desde a reunião da Cepal celebrada em abril de 1986 no México, os riscos conjunturais e a situação da época continuam se deteriorando. "Sem uma transformação radical, os próximos anos serão mais críticos para a região".

A situação atual nos revela clara-

mente o fracasso dos "milagres" e "modelos" que acabaram aumentando os problemas estruturais internos, e a insustentável situação da grande maioria dos países latino-americanos.

Essas situações internas se agravam pelos fatores externos determinados por uma injusta e desigual estrutura das relações econômicas internacionais.

"A intensificação do intercâmbio desequilibrado, as dificuldades crescentes de acesso dos produtos latino-americanos nos mercados dos países capitalistas, o surgimento de novas formas de protecionismo, caracterizam as relações da região com o mundo industrializado", assinalou.

"Ao mesmo tempo temos que ressaltar também", disse, "a pesada carga da dívida externa de 410 bilhões de dólares, e a queda dos preços das matérias-primas, tudo acompanhado de uma diminuição dos salários e aumento do desemprego na região".

O alto funcionário das Nações Unidas, de nacionalidade guatemalteca, observou como os 40 países membros da Cepal cresceram só 2,3% em 87, o que é inferior ao aumento médio de 3,7% obtido nos três anos anteriores.

"Existem quadros desalentadores, acrescentou, onde a maioria dos países da América Latina e Caribe terão em 1992 uma renda per capita inferior ao começo da década de 60", comentou.

Tendência recessiva

A maioria dos vinte países da região que mantêm estatísticas confiáveis está em recessão há seis anos, e 1988 poderia ser o sétimo sucessivo de tendências recessivas, segundo as atuais perspectivas.

Ao referir-se à fuga de capitais, Rosenthal a definiu como "a grande sangria provocada pelo Ocidente (incluindo os Estados Unidos e Japão) na América Latina e no Caribe.

Rosenthal enfatizou que a exportação

de capital é consequência de vários fenômenos que ocorrem em função da deterioração dos preços do comércio sobre a grande maioria dos países da região, que vêem reduzidas suas divisas a cada ano.

Essas perdas também são ocasionadas pela altíssima carga representada pelo serviço da dívida externa. Em alguns países, estes custos absorvem a metade das divisas geradas pelas exportações. Somando esses fatores às altas taxas de juros, chega-se à explicação de a América Latina e o Caribe registrarem uma transferência de recursos financeiros da ordem de 150 bilhões de dólares desde 1983.

Para Rosenthal, a atual crise, pela sua magnitude, tem semelhança com a dos anos 30, e sua solução não só exige medidas de curto prazo como também mudanças estruturais a médio e longo prazos.

Na sua opinião, a solução só poderá surgir de uma ação conjunta dos governos da América Latina e da comunidade internacional.

Rosenthal insistiu no consenso geral da região e em que as soluções devem partir de cada país em particular, mas - alertou - esse esforço será insuficiente sem uma ação conjunta regional e sem a cooperação dos países desenvolvidos. Sugeriu que um gesto positivo das nações industrializadas seria a eliminação do protecionismo no comércio com o Terceiro Mundo, menos taxas no plano financeiro, e uma melhoria dos preços dos produtos básicos no mercado mundial.

"Podemos seguir em frente, mas para isso é necessário um debate político entre os governos da região para aumentar a sua integração, determinar a importância do papel do Estado na economia e elevar o nível das exportações", avaliou o secretário-executivo da Cepal. ●

À espera do ano novo

1989 será o ano crucial da dívida externa do Terceiro Mundo. Todas as partes interessadas chegaram à conclusão de que as fórmulas até agora experimentadas falharam

Pablo Piacentini

As eleições nos Estados Unidos têm sido, ao longo de 1988, a desculpa utilizada para não se buscarem soluções para a monumental dívida do Terceiro Mundo. Isso não garante, no entanto, que em 1989 os centros de poder financeiro se decidam a adotar fórmulas que, inevitavelmente, devam conter concessões importantes. Se os próprios países endividados não exigem, unidos, uma reabordagem radical, seria ilusório esperar que os governos e os bancos dos países credores a ofereçam espontaneamente.

O tema das eleições na superpotência esteve presente na reunião de cúpula das sete maiores potências capitalistas, celebrada em junho, em Toronto, e na sessão anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial que teve lugar, em setembro, em Berlim Ocidental.

Estas foram as duas grandes ocasiões do ano para deliberar sobre a dívida, que é unanimemente reconhecida como um dos problemas mais graves do planeta. Mas, em ambos os casos, se sabia de antemão que os Estados Uni-



Na cúpula dos ricos, nenhuma solução

dos se oporiam a um debate em profundidade sobre proposições inovadoras, como efetivamente sucedeu. A razão principal dessa negativa é que a polêmica sobre novas fórmulas para enfrentar o endividamento, se transferiria para a campanha eleitoral norte-americana, em termos possivelmente negativos ao candidato republicano George Bush.

O programa oficial do governo dos Estados Unidos, em relação à dívida, leva o nome do ex-secretário do Tesouro James Baker, que o apresentou em Seul, em 1985. Baker é agora o diretor da campanha de Bush e foi substituído por Nicholas Brady.

Nesses anos, o plano demonstrou sua inutilidade, já que postulava uma injeção de novos créditos dos bancos privados para o Terceiro Mundo – 20 bilhões de dólares – que teriam sido insuficientes; e, como se isso fosse pouco, a afluência desses fundos não se verificou efetivamente.

Foi assim que o plano Baker chegou à reunião de Berlim oficialmente vivo, ainda que de fato desenganado, já que não foi considerado seriamente nas discussões. O governo norte-americano não podia reconhecer seu fracasso, porque seria eleitoralmente negativo. Era

conveniente não agitar as águas, e assim o comunicou aos seus principais aliados. Por conseguinte, o problema da dívida não passou de um tratamento retórico.

Não obstante, a reunião de Berlim Ocidental ofereceu indicações importantes em relação à dívida externa.

Discursos à parte, todos os integrantes já têm consciência de que as fórmulas experimentadas até o presente falharam: consistiram, na realidade, em expedientes para ganhar tempo, e agora é a hora de se buscar uma alternativa.

Impedir a interrupção dos pagamentos

O endividamento era uma bomba de tempo, muito antes de estalar a crise de 1982, quando o México declarou a suspensão de pagamentos. Desde então, aplicou-se o enfoque "caso por caso", consistente em operações que tendem a impedir que os países mais endividados interrompam o pagamento dos juros. Trata-se da liberação de novos empréstimos, para permitir esses pagamentos, com o resultado de que o montante da dívida do Terceiro Mundo, que já superou 1,2 trilhão de dólares, cresce constantemente.

O caminho para resolver um conflito



Berlim: dentro da assembléia do FMI, solução alguma para o abismo da dívida; do lado de fora, protestos e repressão

costuma consistir em eliminá-lo ou ao menos em reduzi-lo; a prova do fracasso surge precisamente quando o problema se agiganta e se torna cada vez mais incontrolável.

Nestes anos têm ocorrido, por parte dos países credores, algumas iniciativas interessantes, ainda que parciais. Na reunião de Toronto, o governo francês conseguiu a aprovação de uma proposta que reduziria um-terço da dívida dos 22 países mais pobres. Mas, trata-se de uma medida marginal, já que a dívida dessas nações soma cerca de 40 bilhões de dólares, equivalentes a 3% do total.

O governo do Japão anunciou, em maio, que destinaria 30 bilhões de dólares de seus excedentes comerciais a um programa de ajuda ao desenvolvimento. Na reunião de Berlim, os representantes japoneses ofereceram mais detalhes, ressaltando que os países beneficiários deveriam previamente acertar um programa de saneamento com o FMI. Esse projeto, portanto, aumentaria o condicionamento que o Fundo exerce sobre os países endividados e, conseqüentemente, sua capacidade de impor programas de alto custo social.

Os observadores presentes em Berlim Ocidental assinalaram que, pela primeira vez, aconteceu um virtual consenso entre os protagonistas, incluindo os círculos bancários, de que as fórmu-

las tentadas até hoje falharam e que se faz necessário um novo enfoque, para aliviar o peso da dívida.

Mas, as posições sobre quais seriam os novos programas e quem os financiaria diferem consideravelmente. As iniciativas do Japão e da França, por exemplo, não foram bem vistas pelos Estados Unidos e Inglaterra.

Os grandes bancos lutam por um aumento dos empréstimos oficiais em favor dos devedores e se opõem às variantes que apontam para a redução da dívida. Por exemplo, a vinculação de seus créditos com o mercado secundário, onde podem valer a metade ou menos que seu valor nominal.

Um ano crucial

O consenso sobre o fracasso dos enfoques passados é, em princípio, um bom auspício. O novo governo dos Estados Unidos, por sua vez, não poderia se negar, no ano que vem, a participar da discussão de novos planos. É assim que 1989 apresenta-se como um ano crucial, em relação à dívida externa do Terceiro Mundo.

Mas, não cabe esperar soluções de fundo, enquanto os próprios interessados não se mostrem unidos em torno de programas que impliquem soluções reais, isto é, que incluam uma redução significativa do montante, assim como

prazos e interesses afinados com as possibilidades econômicas. Os credores rejeitaram até agora projetos semelhantes e não existe nenhuma indicação de mudança de atitude.

Os devedores formularam suas reivindicações separadamente, e a pressão de certos centros financeiros os obrigou a submeterem-se ao método "caso por caso". O Peru foi, certamente, o país que mais longe levou a oposição a esse método e às condições do FMI. Privado completamente de crédito, a asfixia econômica forçou o governo de Alan García a mudar sua política econômica e aproximar-se do FMI.

A crônica destes anos também mostra então que, em função da desunião, os países devedores têm que negociar com os bancos em condições de extrema debilidade, e que até o presente nenhuma de suas reivindicações forma parte das fórmulas que na realidade se aplicam.

Na América Latina, onde se encontram os maiores devedores, registraram-se reuniões intergovernamentais, com a finalidade de aproximar as posições dos distintos países. Ainda é cedo para saber se os latino-americanos conseguiram juntar um programa de ação, que unifique o poder negociador dos principais devedores, mas, desde já, pode-se dizer que se não conseguirem, a oportunidade de 1989 se converterá em uma nova frustração. ●

Menos dólares para o Sul

A OCDE, organização que congrega os países mais industrializados do mundo, revelou que o auxílio financeiro destinado ao Terceiro Mundo está diminuindo

A assistência dada ao Terceiro Mundo pelos países desenvolvidos do Ocidente aumentou nominalmente em 1987 com relação ao ano anterior, mas sofreu uma diminuição em termos reais. Dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstram que os membros do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (Cada), como grupo, desembolsaram aproximadamente 41 bilhões de dólares no ano passado, comparados com os quase 37 bilhões de 1986. Mas ao ajustar essa quantia com as flutuações do dólar nos diversos países (11% em média) e a inflação da moeda norte-americana (3% anual), comprova-se que o volume da assistência oficial para o desenvolvimento baixou em 2% comparado a 1986. O aumento no Produto Nacional Bruto (PNB) dos países do Cada reduziu a assistência aos países pobres de 0,35% do PNB em 86 para 0,34% em 87.

O fluxo de recursos também aumentou de 82 milhões de dólares em 1986 para 84 milhões de dólares em 1987. Mas com o ajuste no preço do dólar e o cálculo inflacionário, os recursos em 1987 ficaram 10% menores que os de 1986.

Entre os países do Cada que registraram significativas quedas na ajuda, figuram os Estados Unidos, Itália, República Federal da Alemanha e Inglaterra.

Japão e França aumentam ajuda

No entanto, houve aumentos significativos por parte do Japão, que incre-

mentou sua ajuda em 13,5% em termos reais, e da França, que alcançou 0,51% de seu PNB, uma das proporções mais altas entre as potências industriais. O Japão destinou em 1987, 0,31% de seu PNB em comparação a 0,29% do ano anterior, mas se manteve abaixo da média de 0,34% do Cada.

Os Estados Unidos, a nação mais rica do mundo, permaneceu no nível mais baixo entre os países do Comitê de Assistência, ao destinar à ajuda de 0,20% de seu PNB.

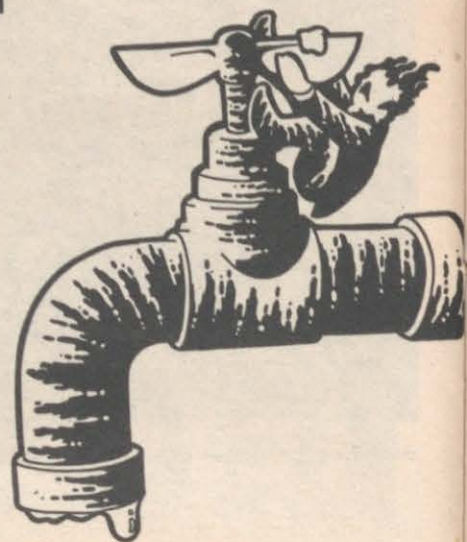
Noruega, Dinamarca, Holanda e Suécia sobressairam com as mais altas médias. A Noruega, que destinou 1,10% do seu PNB em 1987 – aproximadamente menos que o 1,17% de 1986 – permaneceu no primeiro lugar da lista. A Holanda registrou uma média de 0,98% em 1987, abaixo de 1,01% correspondente ao ano anterior, e a Dinamarca 0,88% contra o 0,89% de 1986.

De acordo com o relatório da OCDE, a assistência de países não membros do Cada baixou em 1987 para 9,4 bilhões de dólares. A ajuda desses países aumentou em 19% dentro do total da assistência proporcionada aos países em desenvolvimento. Entre as nações cuja ajuda diminuiu estão a Arábia Saudita e o Kuwait, ainda que se tenha mantido uma alta em comparação ao seu PNB: 3,7% e 1,3% respectivamente.

O Terceiro Mundo também

A redução nos níveis de assistência proporcionados por outros países do Terceiro Mundo foi atribuída principalmente à diminuição da ajuda da China, que, segundo a OCDE, foi excepcionalmente grande em 1986, através de contribuições ao Banco Asiático de Desenvolvimento e ao Banco Mundial. A ajuda chinesa baixou de 366 milhões de dólares em 1986 para 190 milhões em 1987.

A assistência venezuelana, por sua vez, diminuiu de 85 milhões de dólares



em 1986 para 30 milhões em 1987, e a da Nigéria de 52 milhões para 25. A ajuda da Índia aumentou de 128 a 160 milhões de dólares, como da Coreia, que passou de 27 para 40 milhões.

A assistência dos países do Leste Europeu aumentou de aproximadamente 4,1 bilhões de dólares em 1986 para pouco mais de 5 bilhões em 1987.

O montante mais importante veio da União Soviética, cuja ajuda subiu de 4,2 bilhões de dólares em 1986 para 4,7 bilhões em 1987. A República Democrática Alemã também elevou sua parcela de contribuição, de 170 milhões de dólares em 1986 para 175 milhões no ano seguinte.

À exceção da Coreia do Sul e Formosa, os empréstimos bancários ao Terceiro Mundo se elevaram de 8 bilhões e 200 mil dólares em 1986 para 15 bilhões e 600 mil em 1987.

Chakravarti Ragavan

Poligamia: tradição x moderno

Esta prática social enraizada na cultura do Quênia tem defensores como a igreja anglicana e as mulheres, e detratores como o presidente da nação

Margaret Lunyolo Mkunwa

A aceitação dos praticantes da poligamia pela igreja anglicana, proposta pelo bispo do Quênia, David Gatari, durante a recente conferência de Lambeth, gerou uma enorme controvérsia nesse país.

O presidente, Daniel Arap Moi, foi um dos primeiros a expressar publicamente sua oposição à decisão adotada em fins de agosto, durante a conferência dos 525 bispos anglicanos, celebrada em Canterbury, Grã-Bretanha.

"Esses religiosos dizem querer a verdade e a justiça", expressou Moi, durante uma manifestação pública, para logo perguntar: "Justiça significa desposar mais de uma mulher?"

A poligamia é praticada no Quênia, especialmente nas áreas rurais, onde vive a maioria dos 22 milhões de habitantes do país. Segundo as leis tradicionais, um homem pode ter mais de uma esposa. Apesar da ampla prática da poligamia, nesse país e em muitos outros Estados africanos, a decisão de Lambeth provocou a divisão dos quenianos.

Estilo de vida ou defeito social?

Grace Sekatawa, uma secretária que mora num lar poligâmico, apóia a decisão pois, a seu ver, essa prática pode ajudar a combater a prostituição. "Na medida em que o homem se encontra em condições de manter várias esposas, não vejo nenhum mal nisso", argumentou. "A igreja deveria ver positivamente esses valores, que constituem o limite dentro do qual opera a sociedade", acrescentou Sekatawa, mãe de seis crianças. Para ela, a poligamia é uma tradição, uma "forma de vida" na África, e os povos ocidentais deveriam respeitar essa prática.



A prática poligâmica faz parte da concepção familiar queniana

Uma socióloga da Universidade de Nairóbi considera que a decisão de Lambeth pode proteger as mulheres dos polígamos, já que anteriormente, para se converter à religião anglicana, o

medo entre a população feminina", disse o arcebispo Manassés Kuria. "Alguns homens estão felizes, porque a igreja lhes outorgou o direito para que se casem com mais de uma mulher e ainda assim possam ser aceitos no cristianismo", explicou.

homem podia abandonar suas esposas. "As mulheres podem ter passado a melhor parte de suas vidas com o homem, ter tido filhos. Aonde iriam elas e seus filhos? Por acaso Jesus aprovaria tal ação em seu nome? Não criaria mais problemas sociais? Qual é o mal menos grave?", questiona a especialista.

Entretanto, um crescente número de mulheres no Quênia considera a poligamia como um defeito que deve ser erradicado. Os casamentos poligâmicos levam à disputa entre as esposas pelos

bens do marido, depois de sua morte, e além disso, em geral, esses matrimônios constituem uma forma de opressão da mulher, dizem alguns quenianos.

"Onde está a igualdade de sexos de que falamos, se aos homens permite-se acumular mulheres como propriedades?", perguntou Mary Mwosa, uma contadora.

Poligamia e cristianismo

Os bispos anglicanos, no entanto, garantem que a maioria das mulheres no Quênia não rejeita a poligamia. "As informações da imprensa estiveram mal orientadas, confusas e produziram

A resolução ressalta que uma família poligâmica que quiser se converter à igreja anglicana, "será admitida em seu

meio sob determinadas condições". "Um polígamo não pode esposar mais mulheres do que as que tem no momento da solicitação, não pode pregar, nem levar a cabo trabalho eclesiástico", esclarece a disposição. O resto dos anglicanos deve saber que será excomungado todo aquele que viole a lei de Deus, que prescreve uma mulher para cada homem", advertiu.

No entanto, a maior influência negativa sobre a prática da poligamia é a mutante economia do país, que obriga os habitantes rurais a migrar rumo às zonas urbanas em busca de emprego. A escassez de moradias em Nairóbi provocou uma subida nos preços dos aluguéis, que nem sequer os quenianos de salários mais altos podem enfrentar.

Na opinião de Miriam Iga, uma professora de história de 32 anos, os homens cedo se verão forçados a abandonar o hábito de ter várias esposas, porque não estarão em condições econômicas de pagar o espaço físico necessário para a segunda mulher. Iga, mãe de duas crianças, prognosticou que os quenianos em breve serão como os ocidentais, onde a mulher ou o homem com frequência se divorciam duas ou três vezes durante a vida. •

Uganda: um chamado à participação

Relegada a segundo plano e confinada a trabalhos domésticos e agrícolas, a mulher em Uganda duvida realmente se a participação política é parte de seu papel na sociedade. No entanto, ao assumir a presidência dessa nação africana em 1986, o presidente Yoweri Museveni redobrou esforços para melhorar a condição da mulher e impulsionar sua participação na arena política.

Durante os governos de Idi Amín, Milton Obote e Tito Okelo, os cidadãos de Uganda em geral e, especialmente as mulheres, tinham medo de participar na política. Esses regimes assassinaram milhares de cidadãos. Uma das piores atrocidades ocorreu no Triângulo de Luwero, a aproximadamente 26km ao norte de Kampala (a capital), onde cerca de 700 mil camponeses foram assassinados

ou se viram obrigados a fugir para escapar da morte nas mãos dos soldados. Desde sua chegada ao governo, Museveni tentou estimular os ugandenses, especialmente nas áreas rurais, a que participassem na política, para o que estabeleceu os "Conselhos de Resistência" em povoados e vilas ao longo do território. Cada conselho está integrado por nove pessoas, das quais pelo menos uma deve ser mulher.

Enquanto isso, Gertrude Njuba, ministra interina da Indústria e Tecnologia, comentou que "quando os homens discutem algum assunto, as mulheres são obrigadas a sair das casas em que eles se reúnem". Njuba considera que os homens procuram evitar que as mulheres participem de atividades políticas, ainda que elas estejam dispostas a fazê-lo. Grupos de ativistas femininas de Uganda organizaram recentemente um festival cultural em Kampala, para conseguir uma maior participação da mulher na vida política do país. "Decidimos que o tema desse festival fosse a mulher na política, colocando ênfase nos Conselhos de Resistência", explicou Janet Mukwaya.

No entanto, se a participação feminina na política tem que ser efetiva é necessário melhorar o atual grau de capacitação da mulher ugandense. De acordo com as estatísticas oficiais, só cerca de 5% dos 6 milhões de mulheres em Uganda iniciam sua educação secundária, ainda que aproximadamente 38% delas terminem a escola primária.

"As mulheres devem estar mais determinadas a autoliberar-se da opressão, mediante uma maior dedicação ao trabalho", comentou Joyce Mpanga, ministra para o Desenvolvimento da Mulher. Sobre esse particular, Marjori Lubowa, secretária para Assuntos da Mulher no distrito de Mukono, 40 quilômetros ao leste de Kampala, afirmou que "a mulher também é responsável pelo que acontece". Marjori lamentou que "em algumas aldeias, tenham sido eleitos homens como secretários de assuntos femininos". E mencionou casos como o de Ezeza Naigaga, que rejeitou um cargo de secretária de assuntos femininos em função de suas tarefas domésticas, já que "não poderia realizar ambos os trabalhos eficientemente". •

O papa condena

O Papa João Paulo II pronunciou-se contrário à poligamia, durante recente visita à África Austral. Em missa celebrada na Suazilândia, assistida pelo chefe de Estado, rei Msuati III - que é polígamo -, o papa disse que a união monogâmica é preferível, porque "oferece os requisitos necessários para o sustento de uma família estável".

Casado com quatro mulheres e com uma quinta já encomendada, o chefe de Estado da Suazilândia é filho do rei Sobuza II, que, quando morreu em 1982, deixou aproximadamente 80 viúvas, 68 filhos, um número indefinido de filhas e quase 1.000 netos. Os números exatos não são conhecidos, porque as normas sociais dizem não ser de bom tom



O papa defendeu a tradição européia

falar desses assuntos.

A igreja liderada por João Paulo II parece pouco flexível com as tradições das culturas não-ocidentais. Os anglicanos, em contrapartida, não só aceitam os polígamos como também em outra atitude inédita designaram uma mulher como bispo da diocese de Massachussetts. Bárbara Harris, da Filadélfia, de raça negra, empresária e veterana ativista do movimento dos Direitos Civis, será a primeira mulher bispo em 450 anos de existência da igreja anglicana.

O desafio do ano 2000

Representantes de mais de 70 países debatem, na Índia, um plano para enfrentar o angustiante déficit habitacional mundial

Rajiv Tiwari

Uma nova estratégia mundial para solucionar o problema da moradia – que estará afetando a mais de um bilhão de pessoas, no início do próximo século – foi a proposta central da XI Sessão da Comissão das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos-Habitat, recentemente realizada na Índia. A proposta, formulada numa reunião de mais de 400 representantes de 70 países e de 40 Organizações Não-Governamentais (ONG), engloba um plano de ação, que visa a extinguir, nos

Quênia, quando se proclamou o ano de 87 como “ano internacional das moradias para os sem teto”.

Mudanças substanciais

Uma das metas principais do ano dos sem teto era estimular os governos a revisar suas políticas nacionais, de modo a enfrentar o problema da falta de moradia em toda a sua magnitude. O diretor da Habitat, Arcot Ramachandran, assinalou que dos 130 países que adotaram o plano, 66 são nações do Terceiro Mundo que realizaram mudanças substanciais em seus programas nacionais de habitação. E acrescentou que,

qual disse, em mensagem à conferência, que “parte do êxito alcançado no ano internacional da moradia foi a revelação, ainda mais clara e deprimente, da extensão e complexidade do problema da habitação e o nível de sofrimentos humanos que envolve.”

Alguns participantes afirmaram que o principal resultado de 1987 foi o de recolher e difundir informações sobre as experiências em relação ao problema da moradia e aproveitá-las para desenvolver uma política mais ampla e realista de melhoria das condições de vida das populações pobres. Mas, funcionários da Habitat assinalaram que se vêem ante dois desafios principais: a crescente



O crescente déficit habitacional é um fenômeno mundial, que torna precária a vida de centenas de milhões de pessoas. (Foto: Guatemala)

próximos 20 anos, a carência de habitação e a garantir uma casa digna para cada família.

O mundo terá no ano 2000 cerca de 6 bilhões de seres humanos, dos quais a metade viverá em sórdidos tugúrios e em áreas periféricas dos grandes centros urbanos, e um bilhão estarão vivendo em situações subumanas. A elaboração do plano de ação foi decidida no ano passado, na reunião anterior da comissão, que teve lugar em Nairóbi, no

apesar de ter coincido o ano internacional com um período de restrições econômicas nos países em desenvolvimento, o êxito alcançado superou todas as expectativas dos especialistas.

“Não há dúvida de que é possível, efetivamente, encontrar soluções para proporcionar opções de moradia para os mais pobres dos países em desenvolvimento”, expressou. Tal posição encontrou eco no secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, o

demanda por habitações e a necessidade de conscientizar os governos de que investir em moradias é uma forma de investir no desenvolvimento nacional.

Um plano de ação

O plano de ação proposto pela Habitat consta de quatro partes básicas: a primeira estabelece a necessidade de levar o programa à frente e sintetiza seus princípios básicos; a segunda define

HABITAÇÃO

uma série de sugestões a nível nacional, referentes a reformas institucionais, mobilização e destinação de recursos e novas iniciativas para a produção e melhoria das moradias; a terceira contém sugestões para a ação internacional e se concentra no papel das agências internacionais e das Organizações Não-Governamentais; a última parte refere-se a medidas concretas a serem adotadas até o fim de 1990. Essa é considerada a fase crucial da estratégia.

O plano destaca a necessidade de reavaliar os recursos nacionais que se destinam aos programas de casas populares, partindo-se do princípio de que ao aumentá-las não apenas vai ser possível satisfazer as necessidades humanas básicas, mas também promover o crescimento econômico e a oferta de emprego. "Não podemos continuar reconhecendo a crescente importância do setor habitacional para o desenvolvimento nacional, por um lado, e, ao mesmo tempo, destinar uma parcela mínima dos recursos internacionais para o desenvolvimento", destacou Ramachandran.



O século XXI começará com 3 bilhões de pessoas morando em más condições. (Foto: S. Paulo)



Os governos não consideram habitação como investimento em desenvolvimento

A nova presidente da Comissão da ONU, Moshina Bidwai, ministra do Desenvolvimento Urbano da Índia, disse que é necessário sugerir formas de melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas que vivem em condições desumanas, nas grandes cidades do mundo. A senhora Bidwai considerou paradoxal que as ricas áreas urbanas estejam condenando a maioria de seus habitantes a níveis de vida miseráveis.

Em mensagem especial à conferência, o primeiro-ministro do Sri Lanka, Ranasighe Premadasa, propôs a formação de um Banco Mundial da Habitação, assinalando que uma instituição financeira desse tipo poderia desenvolver uma "estratégia de construção de casas, que vinculasse os planos de redução da dívida externa ao desenvolvimento". Premadasa manifestou que tal banco poderia negociar com os credores a compra dos empréstimos pendentes, aos preços desvalorizados que têm no mercado, e destinar os juros aos próprios países devedores, para o programa de desenvolvimento no setor da moradia. ●

SUPLEMENTO

BRASIL

CADERNOS DO
terceiro mundo
O CHILE
DEPOIS
DE PINOCHET



**O VATICANO
E A TEOLOGIA
DA LIBERTAÇÃO**



**O CERCO
À IGREJA
PROGRESSISTA**

Uma polêmica percorre, mais do que nunca, a igreja brasileira e a latino-americana, no decorrer das últimas semanas: estaria em andamento uma ofensiva conservadora contra a ala progressista do clero católico, a partir de advertências e censuras a bispos e até cardeais, atos estes inéditos até agora, quando as punições emanadas do Vaticano atingiam apenas padres e teólogos identificados com a Teologia da Libertação.

Há de fato tal ofensiva ou trata-se apenas de coincidência que o atual pontificado, em dez anos, tenha nomeado já 90 novos bispos brasileiros, todos eles apontados como conservadores ou muito conservadores, e nem um que possa ser definido como partidário da reflexão teológica que busca inserir a prática evangélica na vivência própria das sociedades pobres? Detalhada reportagem de Memélia Moreira procura esclarecer o que ocorre no seio da hierarquia deste que se tornou o terceiro maior episcopado do mundo. Questões doutrinárias poderiam esconder opções políticas? Os conservadores dizem que os progressistas recorrem a instrumental marxista para sua reflexão teológica. Os progressistas rebatem que certos interesses de ordem política estariam por trás da ofensiva dos conservadores.

Esta é uma reportagem que esclarece muitos dos aspectos que envolvem o já longo confronto entre a ala modernizadora e a que se move ainda por uma visão tradicional.

O leitor terá também neste Suplemento – além de matérias sobre esporte, problemas ambientais e de minorias – uma reflexão sobre a difícil questão do trânsito, a doença mais daninha do Brasil e que ceifa milhares de vidas, a cada ano. E isto sem que se percebam a gravidade da questão e a brandura das leis em relação a esse crime, segundo o estudo dos juristas Eliane Junqueira e Nilo Batista.

Panorama nacional

Acontecimentos que valem registrar
p. 48

Trânsito e (des)ordem pública

O trânsito provoca uma mortandade, mas as penas são leves
p. 50

Questão nuclear: outro estágio?

O enquadramento do tema na nova constituição não tranquiliza cientistas
p. 52

O Brasil olímpico tem jeito?

Os magros resultados de Seul merecem análise profunda
p. 54

Caso da "Afundação" terá CPI

Deputado pede CPI para apurar denúncias sobre Fundação Roberto Marinho
p. 58

Um programa contra a devastação

Pressão pela ecologia leva governo a instituir programa preservacionista
p. 59

Carajás na berlinda

A siderurgia amazônica ameaça devorar em decênios as matas milenares
p. 60

A ruína dos guaranis

Índios procuram resistir à forçada proximidade urbana
p. 62

O cerco à igreja progressista

Os conservadores realizam ofensiva contra a Teologia da Libertação
p. 64

Opinião: A turbulência argelina

Neiva Moreira comenta os acontecimentos de Argel
p. 72

A agressão



Bouterse: confusão na Paulicéa

As agressões sofridas por uma delegação do Suriname nas mãos de uma patrulha da Polícia Militar de São Paulo tiveram, nos meios diplomáticos, repercussão muito negativa.

O clima de violência que envolve o país já é tema cotidiano nos meios internacionais de comunicação. O brutal tratamento ao dirigente de um país amigo e vizinho e a seus colegas de delegação ainda contribuirá mais para denegrir a imagem de nosso país, no exterior.

Há vários elementos que agravam a responsabilidade dos policiais. Antes mesmo de pedirem a identificação das pessoas, entre as quais o ex-presidente e atual ministro de Defesa Desi Bouterse

e o ex-chanceler Erik Tjon Kiessin, já os atiravam ao chão e os agrediam. Em sua defesa, os soldados disseram que as pessoas estavam armadas – dois guardas de segurança do ex-presidente tinham, para isso, as necessárias autorizações brasileiras – e carregavam dinheiro, o que era natural em visitantes que faziam compras no centro da cidade.

O que não se explica é a violência gratuita e desnecessária, presenciada e condenada por muitas pessoas que assistiram à cena.

As explicações das autoridades paulistas e as satisfações do governo federal não são suficientes. Contribuem para superar o episódio, mas não vão ao fundo do problema, que é a predisposição incontrolável e estúpida de muitos policiais à violência. Mas, no caso da delegação do Suriname ainda há outro fator que estimulou a agressividade: o racismo. As pessoas agredidas eram negras e ser negro, até prova em contrário, equivale, para muita gente, a ser delinquente.

O episódio deve servir de estímulo ao poder público, para que modere e civilize a sua polícia.

Quebrando preconceitos



Sarney e Gorbachev: desenvolvendo a cooperação internacional

Setenta e um anos após a revolução soviética e algumas décadas após o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais, um presidente brasileiro visitou a União Soviética, para contatos políticos, científicos e econômicos, que resultaram na assinatura de uma série de acordos de cooperação, mutuamente vantajosos.

Os quatro dias da visita do presidente José Sarney a Moscou e seus diversos encontros com o presidente Mikail Gorbachev – enquanto delegações de empresários brasileiros se en-

tendiam com os setores pertinentes da economia soviética – marcaram a superação de antigos preconceitos internos e externos, que limitavam a objetividade e o pragmatismo a que cada nação tem direito na busca de seus interesses, na ordem do relacionamento internacional.

Os diversos acordos de cooperação científica e econômica certamente servirão à ampliação dos negócios internacionais brasileiros, uma das formas de se calçar um posicionamento independente no mundo.

A expectativa em torno da constituição

A promulgação da nova Constituição foi um dia de grandes comemorações e que chegou mesmo a servir de trampolim para o lançamento da candidatura presidencial do deputado Ulisses Guimarães, presidente da Constituinte e o dono da festa. Depois de ano e meio de espera, aguardando de forma nem sempre otimista,

o povo assistia à consumação de um ato que adquirira, na fase final do regime militar, o significado do passo definitivo da redemocratização e o encontro do Brasil consigo mesmo.

Mas, o primeiro mês de vigência da Carta provocou algumas surpresas, como o extenso número de leis complementares ainda ne-

cessárias para que o instrumento maior da vida democrática passe a ter efeito em numerosos de seus aspectos.

Um decidido mau exemplo, contudo, foi agravar a situação, através de apelos, como os feitos pela Federação das Indústrias de São Paulo-Fiesp, para que o empresariado ignorasse

princípios da Carta, como os referentes aos direitos trabalhistas. Certamente e apesar das inúmeras leis complementares ainda pendentes, não é uma contribuição à convivência democrática a pregação – ostensiva até – da desobediência às determinações da lei maior, particularmente pelos setores que detêm o poder econômico.



Anistia: Springsteen e Sting no canto pela liberdade

O show dos direitos

Apesar da chuva, o 18º concerto da excursão mundial "Direitos Humanos Agora", promovido pela Anistia Internacional para comemorar os 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, animou as quase 30 mil pessoas que lotaram o campo do Palmeiras, em São Paulo.

O show, além do brasileiro Milton Nascimento, apresentou artistas que estão entre os melhores do rock atual: Peter Gabriel e Sting. Também no palco da anistia subiram Bruce Springsteen, Tracy Chapman e Youssou

N'Dour. Sem dúvida, o trabalho da Anistia Internacional foi positivo, em função da mídia obtida, porque nunca país os direitos humanos tiveram tanta badalação.

No local, foram distribuídos 20 mil folhetos, contendo a Declaração dos Direitos Humanos. Os jovens presentes, na sua maioria de classe média, até podem ter dispensado pouca atenção ao folheto, mas certamente jamais esquecerão o recado de Sting, que fez subir ao palco o cacique Raoni, destacando a questão das nações indígenas no Brasil.

Novidades para a mulher

Com grande cobertura dos meios de comunicação, o 12º Congresso Mundial de Ginecologia e Obstetrícia reuniu centenas de especialistas de todo o mundo no Rio de Janeiro, neste final de outubro, debatendo questões antigas e apresentando novidades para a mulher. Tratando-se de um congresso sobre o organismo feminino, o grande tema foi outra vez o controle da natalidade, assunto em torno do qual despertaram maior atenção o *femshield*, o protetor feminino ou uma espécie de camisinha feminina, e a chamada "pílula do mês seguinte", invenção do médico francês Emile Beau-

lieu e que é considerada um grande avanço em relação às pílulas atuais. Apontada pelos adversários como uma pílula que age de forma abortiva, o novo produto teve ao menos o mérito de reacender as discussões em torno dos métodos e meios de controlar a procriação.

Este é um assunto de muitos ângulos, inclusive políticos e econômicos, mas cuja discussão é sempre necessária e oportuna. A falta de informação e até de recursos mínimos causa imensa perda humana anualmente, no Brasil, decorrente da morte de mulheres vitimadas por medicamentos impróprios, automedicação

O cocar do cacique Cubeí

Só o que faltava: um juiz de direito do Pará recusando ouvir o depoimento do cacique Cubeí e do seu compatriota Paiacã, porque não estavam vestidos à moda dos brancos.

Os caiapós estavam vestidos no seu primeiro uniforme: cocar e calção. Imagine se o juiz Iran Velasco enfrentasse o mesmo problema com um mexicano, vestido de *guayabera* e sem gravata, ou um escocês de saio curto. O que faria o meritíssimo juiz? Manteria as mesmas exigências de paletó e gravata?

Mas, no caso dos caiapós, há leis específicas que protegem seus usos e costumes. No artigo 1º do Estatuto do Índio está escrito: "Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do país, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta lei".

O processo movido contra o cacique Cubeí já é um absurdo. Ele declarou que o Banco Mundial não deveria liberar recursos para hidrelétricas no Brasil, se não fosse preservada de inundação a terra dos índios. Em resumo: se não se protegesse a ecologia, um tema que mobiliza, hoje, o país inteiro e começa a preocupar o mundo assombrado com a devastação do nosso meio-ambiente, sobretudo na região amazônica.

Curiosamente, um outro Velasco, o então presidente do Peru, general Velasco Alvarado, enfrentou o problema da cultura indígena como seu homônimo paraense. O comportamento é que foi diferente: obrigou a justiça a respeitar os costumes indígenas, inclusive sua maneira de vestir, e a realizar as audiências com os índios no seu próprio idioma. Anteriormente, muitos índios, interrogados em espanhol, confessavam crimes horrendos, por não entenderem nada do que os juízes lhes perguntavam.

Seria bom que o exemplo do outro Velasco comovesse o meritíssimo paraense, até porque, com a nova Constituição, os crimes de racismo passaram a ser inafiançáveis.



ou abortos clandestinos, além da nem sempre bem intencionada esterilização, método radical que elimina a opção da mulher.

Trânsito e desordem pública

Uma das mais letais doenças do Brasil anda em alta velocidade, sobre rodas: o automóvel e o motorista que matam são reflexos também dos desajustes políticos

*Nilo Batista e Eliane Junqueira**

O problema do trânsito na sociedade brasileira não pode ser reduzido às suas componentes tecnológicas e jurídicas, abandonando-se sua dimensão social e política, sob o risco de imaginar-se que um cinto de segurança, um sinal luminoso ou uma lei – ou, mesmo, um cinto de segurança, um sinal luminoso e uma lei – alcancem eliminar ou, pelo menos, minorar significativamente a insegurança que caracteriza nossas ruas.

Aqui, os sinais luminosos – ao contrário da experiência norte-americana,

que inicia, com a sinalização, a ingerência do Estado no controle do caos urbano – podem até ser instalados, sem implicar uma transformação substantiva na lógica liberal vigente, que rejeita a intervenção estatal e incentiva a construção de uma multiplicidade de ordens sociais fundamentadas nas moralidades privadas. Diante dessa (des)ordem social caleidoscópica, o homem na rua continuará a enfrentar, solitariamente, mesmo com sinais luminosos, as mortíferas máquinas modernas, seguro apenas de que a disciplina imposta pelo Estado não encontra eco em nenhum dos atores que se digladiam no espaço público da rua.

O lugar do trânsito vem sendo re-

correntemente ocupado no imaginário coletivo do medo por outras formas de criminalidade quantitativamente menos significantes, em um processo de (re)definição do crime e da violência fundamentado mais no estereótipo do agente delinquente do que no dano socialmente produzido.

Nesse sentido, é significativo que, apesar da expressão quantitativa dos crimes contra a pessoa decorrentes de acidentes de trânsito – homicídios e lesões corporais – estes delitos não sejam

* Nilo Batista, ex-presidente da OAB/RJ, é jurista, professor, ex-Secretário de Polícia Civil e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Eliane Junqueira é advogada e professora de Direito Público no mestrado da PUC/RJ.

Uma das grandes violências do cotidiano, na maioria dos países, a morte no trânsito exige reavaliação sobre responsabilidades



representados, ou o sejam de maneira bastante tênue, como indicadores do grau de violência de nossa sociedade, e seus autores não sejam representados, ou só ocasionalmente o sejam, como delinquentes perigosos.

Conforme os números revelam (Quadro I), excluindo-se os homicídios interindividuais e os homicídios institucionais, se o pobre mata para roubar, o rico mata muito mais no trânsito – aproximadamente 13 vezes mais –, porém mata sem alarde, sem comoção social, sem gerar insegurança. Mata veladamente, de forma a não permitir a construção do estereótipo do criminoso sobre a figura do motorista. No entanto, apesar desses dados – e, em verdade, procurando contradizê-los – o arquétipo do delinquente não é o homem no carro, mas o homem na rua com uma arma.

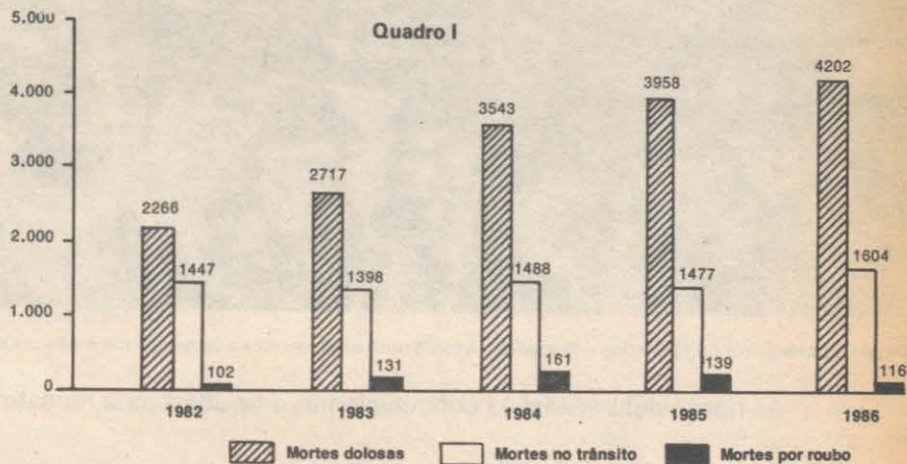
O índice de criminalidade no trânsito no Brasil, no particular e ponderável aspecto da taxa de letalidade (vítimas fatais) dos acidentes (Quadro II), adquire ainda maior dramaticidade se comparado aos índices dos países centrais, tomando-se como exemplo os Estados Unidos (3,20%), o Japão (2,90%) e a Inglaterra (3,40%).

Considerando que o Brasil teve 27.306 mortos no trânsito, em 1986, o Departamento Nacional de Trânsito calculou que, se tivéssemos apresentado a mesma taxa de letalidade dos Estados Unidos (3,20%), nosso total de mortes teria sido reduzido para 4.390 pessoas. Em outros termos, seria o resultado de um tráfego disciplinado, enquanto que a diferença entre estes dois dados – nada menos que 22.916 mortes – explícita o estado de selvageria vigente em nossas ruas, e uma suspeitíssima complacência do Estado para com os níveis exigidos dos fabricantes na tecnologia de segurança dos veículos.

Torna-se urgente um processo que alcance transformar as relações nas ruas brasileiras, substituindo o **autoritarismo** – manifesto na hierarquia social que distancia o *homem de carro* do *homem a pé* e na legislação do período militar ainda vigente – pela **autoridade**, dentro da idéia de que a civilidade é também construída pela coação legal democraticamente empregada.



A taxa de letalidade dos acidentes no Brasil alcança níveis dramáticos



FONTE: Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (Dados referentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro)

Quadro II

ANO	VEÍCULOS (mil)	ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS			VÍTIMAS FATAIS POR CONJUNTO DE 10.000 VEÍCULOS
		Número total	Número de feridos	Número de mortos	
1981	11.604	179.764	243.001	19.762	17,03
1982	11.822	211.555	285.619	20.291	17,16
1983	12.688	206.240	293.398	20.210	15,93
1984	12.789	225.123	299.488	21.010	16,43
1985	13.265	249.090	326.769	22.016	16,60
1986	13.720	308.687	399.404	27.306	19,90

FONTE: DENATRAN



Questão nuclear: outro estágio?



Desde o holocausto de Hiroxima e Nagasaki, a força nuclear atemoriza a humanidade e não cessa de espalhar-se pelo planeta

As novas determinações constitucionais e as alterações no setor não tranquilizam cientistas

Mário Negreiros

Profundas alterações ocorreram recentemente na política nuclear brasileira. A Constituinte decidiu que a energia atômica só poderá ser usada para fins pacíficos e determinou que o programa nuclear brasileiro terá que se submeter à aprovação do Congresso.

Dias depois de aprovado o texto constitucional referente ao tema, o governo anunciava profundas alterações nos órgãos responsáveis pela definição e pela execução da política nuclear — foi extinta a Nuclebrás e criado o Conselho

Superior de Política Nuclear. A questão é se o que a Constituinte decidiu e o que o governo decretou terão, de fato, consequências importantes nas regras do jogo do átomo no Brasil.

A grande discussão não é, sequer, se a política nuclear brasileira vem sendo bem ou mal dirigida, até porque aí parece haver um consenso pouco abonador para os vários governos que trataram do assunto. O alvo das discussões, muito mais do que o programa em si, parece ser a participação da sociedade — e, especificamente, da comunidade científica — na determinação da política nuclear de modo a prevenir no futuro novos erros e reduzir ao máximo as consequências das falhas passadas.

A decisão da Constituinte de exigir que, antes de ser executado, o programa nuclear brasileiro seja aprovado pelo Congresso, parece um passo importante para que a sociedade tenha algum controle sobre o que se faz do átomo no Brasil. O cientista Fernando Sousa Barros, da Sociedade Nacional de Física, sem chegar a desprezar esse dispositivo constitucional, adverte, no entanto, para o perigo de que ele caia no vazio. "Quem aprova alguma coisa deve ter os meios de fiscalizar o cumprimento do que aprova", diz o cientista, lembrando que o Congresso Nacional precisaria ter a prerrogativa de nomear comissões técnicas capazes de acompanhar os complexos processos atômicos



Pinguelli: controle independente

e, em função desse acompanhamento, tranquilizar o país, atestando o pleno cumprimento do programa. Sem isso, na avaliação de Fernando Sousa Barros, a aprovação nuclear pelo Congresso será pouco mais do que uma vã solenidade.

Contato com a comunidade científica

O físico nuclear Luís Pinguelli Rosa, da UFRJ, vai mais longe. Ele considera que a criação de uma comissão de técnicos com livre acesso às instalações nucleares brasileiras é urgente, para que o Congresso possa aprovar um programa nuclear, sabendo o que está aprovando. Pinguelli está articulando com o deputado federal Fábio Feldman a realização de um seminário em Brasília, para que os parlamentares tenham um contato maior com as apreciações da comunidade científica sobre a política nuclear brasileira. Ele ressalta, no entanto, que a realização desse ou de quantos outros seminários que se possa vir a fazer, não substitui a instalação de uma comissão parlamentar para estudar a questão. As conclusões a que se chegar ao longo do seminário não terão nenhum peso formal no momento da votação de qualquer programa nuclear, o que passaria a acontecer se tais conclusões fossem apresentadas por uma

comissão designada pelo Congresso para esse fim.

Além disso, por mais empenhados que estejam em saber a fundo a quantas anda o desenvolvimento nuclear brasileiro, os cientistas simplesmente não têm acesso a informações que seriam fundamentais. Nem a Agência Internacional de Energia Atômica, que tem livre acesso à usina de Angra, pode saber o que acontece em Aramar, perto de Sorocaba, onde a Marinha desenvolve a tecnologia necessária à produção de combustível para os reatores dos submarinos nucleares que pretende construir.

Suspeita-se de que, mais do que submarinos movidos a energia atômica, há entre os militares a firme disposição de construir a bomba atômica... se não, o que fazem, no campo da Aeronáutica de Cachimbo, no sul do Pará, os enormes poços de 320 metros de profundidade, medida perfeitamente adequada para a realização de testes nucleares? Sendo o programa militar parte da política nuclear e encontrando-se esta submetida à aprovação do Congresso, é de se supor que leis complementares incluam as prerrogativas necessárias à fiscalização do que o Congresso vier a aprovar.

Transparência

O presidente José Sarney acredita que as recentes decisões do governo – extinção da Nuclebrás e a criação do Conselho Superior de Política Nuclear – vêm dar maior transparência à política nuclear brasileira. Outra decisão, que, aparentemente, facilita o acesso às informações relativas ao desenvolvimento dessa política, é a extinção do chamado “programa paralelo”, como é conhecido o projeto militar.

O cientista Luís Pinguelli reconhece que houve avanços, mas teme que, por paradoxal que possa parecer, tais avanços venham a representar um recuo. A presença de três cientistas – José Goldemberg, reitor da USP, Luís Caldas, professor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, e Jair Mello, da UFMG – no Conselho Superior de Política Nuclear não deixa de ser visto como um ponto positivo por Luís Pinguelli.

Ele lembra, no entanto, que não será fácil garantir que a presença dos três cientistas tenha um peso considerável, num conselho em que têm assento também todos os ministros militares, além dos titulares das pastas da Fazenda, da Educação, do Trabalho, das Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia. Pinguelli diz ainda que, por mais competente e sérios que sejam os três cientistas, eles continuam a ser apenas três cientistas, incapazes, portanto, de fiscalizar fisicamente todas as instalações nucleares do país. O temor de Luís Pinguelli é de que a criação do Conselho Superior de Política Nuclear – e a presença, nele, de três cientistas – venha a dar a impressão de que se torna menos necessária a criação de uma comissão independente de fiscalização.



Goldemberg: limitações práticas

No que diz respeito à extinção do “programa paralelo”, Pinguelli corrige: “O que foi extinto não foi o ‘programa’ mas o *paralelo*. O cientista lembra que, ao contrário da Nuclebrás, o programa nuclear militar permanece intocado – em prestígio e em verbas – e o fato de se ter abandonado o paralelismo não representa, por si só, uma maior transparência. Observa ainda que, entre a Nuclebrás e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, se alguma se identificava com o programa militar, era a segunda, que, aliás, tem assento no Conselho de Segurança Nacional, que deixa de existir depois de promulgada a nova Constituição. O governo acabou com a Nuclebrás e manteve a Cnen. Poderia ter feito o contrário. Mas, ao não fazer, se reforça a impressão de Pinguelli, “o programa militar só se fortaleceu com as alterações promovidas pelo governo na área nuclear”.

O Brasil olímpico tem jeito?

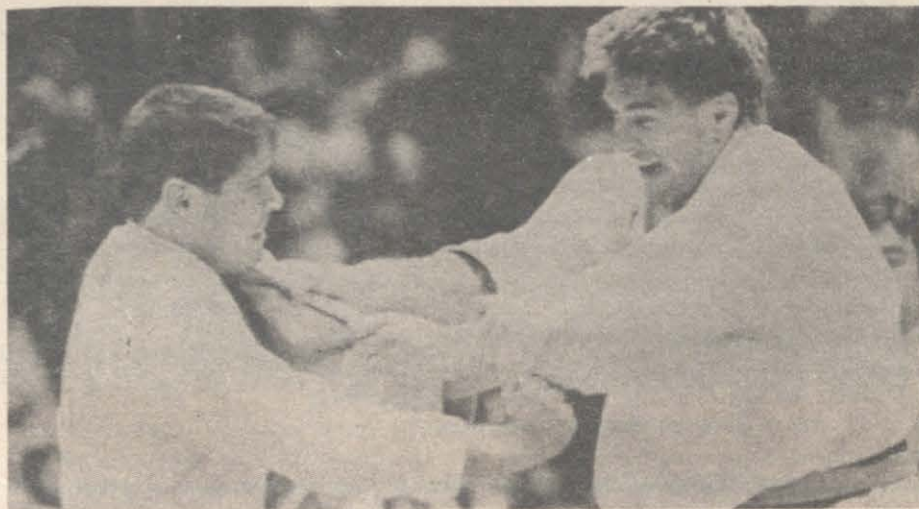
Seis magras medalhas para uma nação de quase 150 milhões de pessoas impõem uma meditação aos setores esportivo e educacional brasileiros, que estão longe de mostrar competência na criação de uma estrutura atlética

Walmyr Peixoto

A participação do Brasil nos XXIV Jogos Olímpicos, realizados em Seul, na Coreia do Sul, foi o reflexo da situação que atravessa o país: como alertaram os médicos, com o povo doente não se forja um atleta, e daí dificilmente surge alguém com qualidade para subir ao pódio. Para alguns, nós somos o reverso da medalha, por insistirmos no erro de levar a este tipo de competição quantidade e não qualidade.

Tivéssemos dirigentes com uma dose de humildade, esta seria a hora apropriada para uma reflexão sobre a participação do Brasil nas Olimpíadas de Seul. Todos sabiam que, cientificamente, dos 171 atletas que viajaram com verbas até da Loteria Esportiva, apenas 10% teriam alguma chance de escalar o pódio. Mas o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) insistiu em levar atletas em número proporcional à nossa densidade demográfica. Delegação grande, poucas medalhas.

O médico Santiago de Carvalho, que comandou a equipe de médicos contratados pelo COB para examinar nos-



O artilheiro, o cestinha, o lutador: Romário, Oscar e o único medalha de ouro, Aurélio Miguel

so atletas, disse, uma semana antes da abertura dos Jogos, que apenas 10% estavam em condições de lutar por uma medalha, de igual por igual. E discriminou: 80% tinham problemas dentários, 70% tinham alimentação inadequada e 50% sofriam de verminose, sendo que 30% portavam mais de um parasita.

Despreparo

Mesmo sabendo dessa sinistra estatística, o Comitê Olímpico Brasileiro insistiu em levar os 171 atletas, talvez para prestigiar o já ultrapassado jargão do barão de Coubertein de que o importante é competir. O próprio presidente

do COB, Sílvio de Magalhães Padilha, confessou que nossos atletas poderiam obter resultados melhores. Ele esperava o ouro, com Joaquim Cruz (atletismo), Lars e Torben Grael (iatismo), no futebol e duas no judô. O dirigente também acreditava que no futebol conseguiria o ouro, mas ficou satisfeito com a prata e surpreso com o bronze de Robson Caetano.

Há quem afirme que é preciso começar nova época olímpica no Brasil, pois a "era" de Sílvio Padilha acabou. Ex-major do exército, ex-atleta, presidente do COB há duas décadas, Padilha já escreveu sua página na história do olimpismo, com resultados limitados. Nos

Oito medalhas

☐ Nossas poucas glórias em Seul resumiram-se ao ouro de Aurélio Miguel no judô; as pratas de Joaquim Cruz no atletismo (800 metros) e futebol; e bronzes no iatismo com Lars Grael e Clínio de Freitas, na classe Tornado, e Torben Grael e Néelson Falcão, na classe Star. Todos são profissionais, vivem do esporte e estão sempre atualizados, pois participam constantemente de competições internacionais. Sem medalhas, mas com destaque, tivemos também o voleibol, o basquete e Zequinha Barbosa, no atletismo. Muito pouco para quem levou tanta gente.

Jogos de Seul, o Brasil obteve seis medalhas: uma de ouro, duas de prata e três de bronze. Em relação a outras competições e com tantos atletas, realmente a estatística mostra um resultado sofrível.

Para evitar o vexame de ficar no último pelotão do quadro de medalhas, é preciso que se faça uma avaliação dos conceitos que obrigam o Brasil a levar tanta gente para uma olimpíada. E aí estão incluídos dirigentes, atletas sem a mínima chance, técnicos ou até mesmo "homenageados", como o caso do nadador Ricardo Prado, que, ao pedir seu desligamento por problemas de saúde, viajou mesmo assim, para dar "apoio moral" aos outros nadadores. Em tempo: a natação só conseguiu um honroso oitavo lugar com Rogério Romero, nos 200m de costas.

Aliás, de prático mesmo, o Brasil só mostrou sua força no atletismo, basquetebol, vôlei masculino, iatismo, futebol, natação e judô. E todo mundo sabia que seria assim. Luísa Parente, por exemplo, na ginástica foi um fenômeno que raramente se repete. Ufanismo à parte, todos viram que a nossa atleta não merecia tantas notas altas. Pelo menos serviu para alimentar seu ego e, quem sabe, alertar as autoridades de que é preciso, pelo menos, adquirir material decente para treinamentos, como barras de fibra, que são usadas na



Joaquim Cruz, prata: o povão sofre muito e está precisando de heróis

Europa, Estados Unidos e Ásia; colchões para suavizar a queda, e intercâmbio. Sabendo que isso é um sonho, Luísa já disse que pretende treinar nos Estados Unidos.

Os resultados do Brasil em Seul foram inferiores aos dos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Os 171 atletas estiveram abaixo dos 152 que foram aos Estados Unidos em 1984 e conquistaram oito medalhas. Em Moscou (1980), levamos 109 e trouxemos quatro medalhas. Já os 81 que foram a Montreal, em 1976, obtiveram duas. Os números mostram que precisamos mudar a mentalidade. É hora de se rever conceitos e acabar com a mania de gigantismo. Se apenas dez têm condições de ganhar, parece lógico que viajem os dez.

O reverso da medalha

Enquanto tentamos encontrar respostas e buscar soluções para o olimpismo brasileiro, deparamos com a organização perfeita da União Soviética, que nestes Jogos chegou à marca da milésima medalha na história das Olimpíadas. Um mês antes de embarcar para Seul, o secretário do Comitê Olímpico Nacional Soviético, Iuri Titov, declarou que seu país venceria os Estados Unidos com a conquista de 55 medalhas de ouro. E o quadro aí está: 1º lugar - União Soviética com 55 medalhas de ouro, 31 de prata e 46 de bronze. Os

Estados Unidos ficaram em terceiro.

O presidente do Comitê Olímpico Soviético, Marat Grabov, afirmou que sua delegação seguiria com 524 atletas (23% inferior ao número permitido pela Carta Olímpica). E havia uma explicação óbvia para eles, mas inaplicável para nós: só foram admitidos atletas com alguma chance de ganhar medalhas (a URSS, sem chance no hipismo, tênis de mesa e hóquei, preferiu não inscrever estes esportes).

O trabalho meticuloso dos campeões das Olimpíadas de Seul não foi copiado nem de perto pelos brasileiros. Para disputar os Jogos Olímpicos, o Brasil gastou, só para enviar a delegação a Seul, mais de 310 milhões de cruzados, na época um milhão de dólares. Dessa quantia, 180 milhões de cruzados serviram apenas como pagamento de uma excursão à bela cidade asiática.

E o pior é que o Comitê Olímpico Brasileiro sabia desse desperdício. Não é demais insistir nas estatísticas médicas, que apontavam o exagero de se levar atletas desnutridos e doentes para competir contra homens e mulheres providos de uma constituição biofísica especialmente preparada para este fim. Um relatório médico denunciava o desastre em Seul. O dr. Eduardo de Rose, médico gaúcho, que chefia o Comitê Antidoping do Comitê Olímpico Internacional, ainda alertou: "O atleta brasileiro consome muito açúcar e carne, achando que se alimenta bem. Mas fal-

tam os carboidratos, por exemplo, das massas".

E deu alguns exemplos. Angela Mendonça, nos saltos ornamentais, e Paula Carvalho, do nado sincronizado, foram a Seul doentes. Angela, com tendinite no ombro, não aguentava o impacto do salto de 7,5 metros. Parou de treinar a quatro meses das Olimpíadas e viajou com a mala cheia de antiinflamatórios e analgésicos. Paula, com dores fortes, não obteve o índice do COB na Itália. Tomou remédios e conseguiu se classificar para os Jogos. Um dia resolveu interromper a medicação e as dores voltaram. Mesmo assim, Paula viajou.

Pior que a atitude dos dirigentes de, ante o diagnóstico médico, insistir em levar tanta gente a Seul, foi a reação dos que viajaram. Entre beijos e abraços de mães, pais, namorados e esposas e maridos, os 171 representantes brasileiros em Seul não escondiam sua revolta

diante da revelação médica de que "60% iriam a Seul apenas a passeio". O resultado, como se fosse uma contraprova do parecer médico antes do embarque, veio ao se apagar a tocha olímpica: apenas seis medalhas para um país de quase 150 milhões de habitantes.

Futebol

O futebol viajou para Seul em meio a um caos total. Os dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol não conseguiam a liberação de Valdo e Ricardo e o chefe da delegação alegava não ter dinheiro para pagar os jogadores. A crise era latente e muita gente deixava de apostar na seleção brasileira. Porém, com muito tato, o técnico Carlos Alberto Silva conseguiu neutralizar os problemas, criando uma espécie de campo de força entre os desmandos dos dirigentes e a garra dos jogadores.

E graças a isso o Brasil foi batendo

um a um seus adversários, chegando à ambicionada posição de finalista dos Jogos Olímpicos, o que lhe dava a chance de obter a primeira medalha de ouro no futebol. Mas, esta ficou para os soviéticos, mais arrumados dentro e fora do campo. Aos jogadores e técnicos restaram as lágrimas do brio ferido. Isto, porém, não sensibilizou os dirigentes que, mesmo após a volta de Seul, não haviam cumprido a promessa de pagar aos membros da delegação.

Iatismo

Muita gente assegurava que Torben Grael e Néelson Falcão trariam a medalha de ouro. Poucos apostavam em Lars Grael e Clínio de Freitas. Os quatro, porém, retornaram com as medalhas de bronze. Torben Grael, classe Tornado, criticou a falta de apoio ao iatismo no país: "Estou feliz por termos ficado com a medalha de bronze, embora, em condições normais ficaríamos com a de ouro", ironizou.

Seu irmão Lars – eles são filhos do coronel Dickson Grael, um dos denunciadores do atentado do Riocentro – foi mais enfático: "O iatismo não tem muita imagem para o público. Espero que depois dessas conquistas as autoridades esportivas promovam mais o esporte no Brasil".

Robson

Robson Caetano recebeu um sugestivo apelido entre os laureados no atletismo de Seul: "Único brasileiro no pódio". Mas isto tem uma explicação. Ao contrário dos demais, ele foi o único que treinou no Brasil, nas pistas do Estádio Célio de Barros, no Rio, ou nos estádios paulistas. E o medalha de bronze nos 200m (perdeu para os americanos Joe DeLoach – ouro – e Carls Lewis – prata) foi recebido com muita festa e emoção e, porque não, com muita brasilidade.

Mas, Robson poderá se preparar para as Olimpíadas de Barcelona nos Estados Unidos. Ele e seu técnico, Carlos Alberto Cavalheiro, ainda esperam que a prata de Cruz e seu bronze sensibilizem o governo brasileiro, no sentido de que libere verbas para consertos e

Os vencedores protestam

Os atletas brasileiros que chegaram ao pódio ou obtiveram resultados dignos de registro não fizeram discursos patrióticos ou coisas do gênero. Conscientes de suas posições no cenário esportivo do país, eles aproveitaram os espaços que jornais e televisões lhes dedicavam, e alertaram para a falta de apoio e a carência de uma infra-estrutura que permita o surgimento de novos valores.

O paulista Aurélio Miguel, 24 anos, passa pelo menos dois meses por ano fora do Brasil e teve até que trancar a matrícula na universidade, onde cursa administração de empresas. Após derrubar o seu último obstáculo, o alemão Marco Marc Meiling, Aurélio desabafou: "Essa medalha de ouro é de todos nós, brasileiros. E se fizermos um trabalho árduo, duro, poderemos melho-

rar o país, para que não haja mais miséria, não falte educação e saúde para o povo".

Joaquim Cruz também não deixou por menos. Medalha de prata no peito, declarou: "O povo brasileiro está sofrendo muito com a crise econômica. O povão está precisando de heróis desde 1970. Necessita de uma válvula de escape". Cruz explicou que o esporte brasileiro precisa se preocupar mais com a formação de atletas. Disse que é quase impossível o governo investir no esporte e, por isso, defende a participação das empresas privadas.

Sem querer ser idolatrado pelo povo, e rechaçando o rótulo de herói, Joaquim Cruz diz que mora nos Estados Unidos, mas representa o povo brasileiro em todas as competições. Só que sua permanência nos EUA está ameaçada, depois que ele chamou a atleta americana Jackie Joyner-Kersey de "gorila" e colocou suspeitas sobre a preparação física da "musa" Florence Griffith Joyner. Ele comparou-as a Ben Johnson, insinuando que as duas corriam à base de doping.

OLÍMPIADAS

construções de pistas de atletismo. "Agora só nos resta torcer para que o governo olhe o atletismo com carinho e reforme o que está estragado, para formarmos novos campeões", reivindica o técnico Cavalheiro.

Luísa

Quem também pode trocar o Brasil pelos Estados Unidos é a ginasta Luísa Parente, que, antes de Seul, treinava de maneira precária no Flamengo, no Rio, utilizando material totalmente ultrapassado em relação ao que se usa em competições internacionais. Mesmo assim, Luísa ostenta agora o posto de 35ª colocada no mundo, o que despertou a cobiça do técnico romeno Bela Karolyi, que vive nos Estados Unidos. Ele já trabalhou com a mitológica Nadia Comaneci e garante que Luísa tem futuro.

O voleibol masculino deixou o Brasil



Daniela Silivas, da pequena Romênia, ganhou sozinha tantas medalhas quanto toda a delegação brasileira

um tanto desacreditado. O técnico Bebeto de Freitas assumiu o comando de uma seleção em crise, apenas a 40 dias das olimpíadas. Ele optou por chamar os "intocáveis" – jogadores famosos,

mas tidos como velhos – e acabou em 4º lugar. Bebeto desabafou: "Estamos vivos". Ele aludia às insinuações de que o time era velho e ultrapassado. De volta ao Brasil, Bebeto declarou que vai fazer uma reformulação na seleção de vôlei.

Medalhas brasileiras de 1920 a 1988

Atletismo – 1952: Adhemar Ferreira da Silva (ouro no salto triplo) e José Telles da Conceição (bronze no salto em altura); 1956: Adhemar Ferreira da Silva (ouro no salto triplo); 1968: Néilson Prudêncio (bronze no salto triplo); 1972: Néilson Prudêncio (bronze no salto triplo); 1976: João Carlos de Oliveira (bronze no salto triplo); 1980: João Carlos de Oliveira (bronze no salto triplo); 1984: Joaquim Cruz (ouro nos 800 metros); 1988: Joaquim Cruz (prata nos 800 metros) e Robson Caetano (bronze nos 200 metros).

Basquete – 1948: equipe masculina (bronze); 1960: equipe masculina (bronze) e 1964: equipe masculina (bronze).

Boxe – 1968: Servílio de Oliveira (bronze na categoria mosca).

Futebol – 1984 (prata) e 1988 (prata).

Latismo – 1968: Reinaldo Conrad/Burkhard Cordes (bronze na classe Flying Dutchman); 1976: Reinaldo Conrad/ Peter Ficker (bronze na classe Flying Dutchman); 1980: Alex Welter/Lars Bjokstron (ouro na classe Tornado) e Eduardo Penido/ Marcos Soares (ouro na classe 470); 1984: Torben Grael e Daniel Adler/Ronaldo Senft (prata na classe Soling); 1988: Lars Grael/Clnio de Freitas (bronze na classe Tornado) e Torben Grael/ Néilson Falcão (bronze na classe Star).

Judô – 1972: Chiaki Ishii (bronze no meio-pesado); 1984: Douglas Vieira (prata no meio-pesado), Luis Onmura (bronze no meio-leve) e Walter Carmona (bronze na categoria médio); 1988: Aurélio Miguel (ouro na categoria meio-pesado).

Natação – 1952: Tetsuo Okamoto (bronze nos 1.500m livre); 1960: Manuel dos Santos Júnior (bronze nos 100m livre); 1980: equipe masculina (bronze no revezamento 4X200 livre); 1984: Ricardo Prado (prata nos 400 metros medley).

Tiro – 1920: Guilherme Parens (ouro em revólver/precisão), Afrânio Costa (prata na pistola livre) e equipe masculina (bronze em pistola livre).

Vôlei – 1984: equipe masculina (prata).

Basquete

O basquete, que saíra com o "bronze garantido", contentou-se com o quinto lugar. Mas, teve em Oscar o cestinha do torneio. Ari Vidal, o técnico, errou em insistir numa tática "kamikaze", que deu certo no início, mas implodiu ante a União Soviética. Parece que basquete e vôlei, por serem profissionalizados e com jogadores atuando no exterior, subestimaram a si mesmos, nada conseguindo de positivo.

Quem melhor ilustrou a presença da delegação brasileira em Seul foi a tenista Gisele Miró. Ela havia passado para a segunda rodada do torneio e iria enfrentar a búlgara Katerina Maleeva. Procurou seu técnico, Paulo Cleto, para elaborar uma tática e não o encontrou na Vila Olímpica. Cleto passeava por Seul, fazendo turismo nos shoppings. Miró telefonou, então, para seu amigo e treinador Henrique Perez, em Curitiba. Cleto, irônico, retrucou depois: "Se minha ausência a prejudicou, agradeço os elogios". Só que ele estava em Seul para executar uma tarefa determinada e integrando uma delegação que foi subvencionada, entre outras fontes, pela verba da Loteria Esportiva. ●

Caso da "Afundação" terá CPI

Deputado pede para apurar denúncias sobre Fundação Roberto Marinho

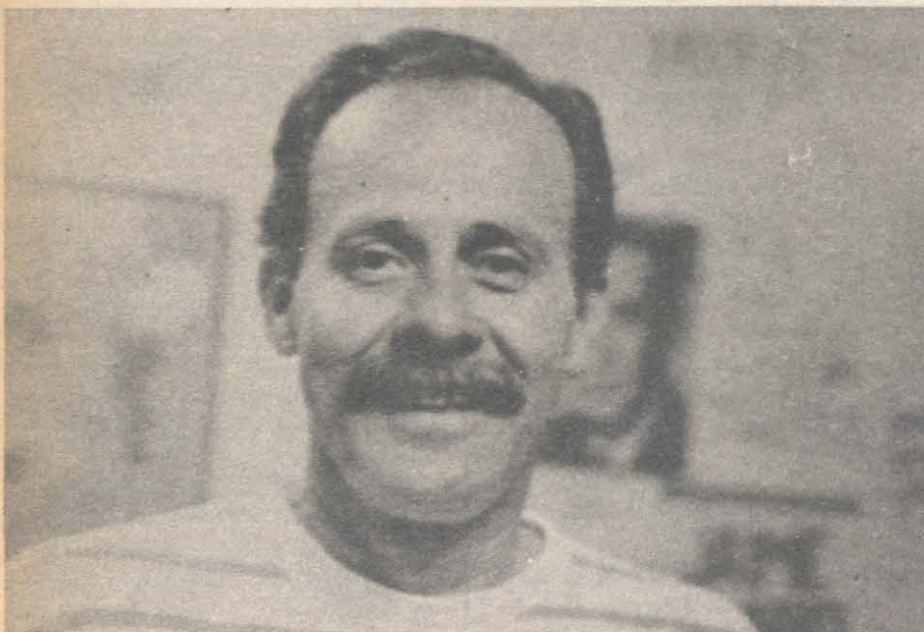
Nereida Daudt

Contrabando de microcomputadores, sonegação de impostos, desvio de verbas públicas, aplicações de doações no mercado financeiro, e falsificações de recibos do MEC, são algumas das irregularidades levantadas por auditores da Rede Globo e denunciadas no livro "Afundação Roberto Marinho" de Romero da Costa Machado. Ele coordenou um verdadeiro "check-up" na vênus platinada, em 1984 e 1985.

Agora, o deputado federal do Rio de Janeiro, Paulo Ramos (PMN), - que ganhou nota 10 dada pelo Departamento

Intersindical de Assuntos Parlamentares (Diap) pela sua atuação em favor dos trabalhadores no Congresso - resolveu erguer essa bandeira com o objetivo de "desmascarar a farsa em que se constitui o Sistema Globo". Nesse sentido, o deputado encaminhou, em setembro, requerimento ao presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena (PMDB-PB), solicitando formalmente a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, para apurar prováveis irregularidades na Fundação Roberto Marinho, reveladas no livro de Romero Machado.

A solicitação já tem a assinatura de 29 senadores e 195 deputados, faltando ainda o apoio de 6 senadores, para que se instaure automaticamente a CPI mista. Entretanto, caso não consiga o



Ramos: a necessidade de esclarecer as denúncias

número suficiente de senadores, Paulo Ramos parte para uma apuração a nível da Câmara de Deputados, garantindo que até março de 89 essa comissão de inquérito estará investigando as denúncias.

Decepcionado com a atitude de alguns parlamentares com relação ao assunto, Ramos relata que o senador Humberto Lucena, por exemplo, dificultou a divulgação da CPI, determinando que a gráfica do Congresso não a publicasse. Com isso, segundo o deputado, o senador estaria dando tempo para que, "o dr. Roberto Marinho comprasse a assinatura de muitos parlamentares". Apesar da CPI ter um prazo limite de 180 dias para ser criada, seu pedido coincidiu com o final da constituinte e o consequente esvaziamento do Congresso, fato que de acordo com Paulo Ramos, prejudica a mobilização em torno da questão.

"Por que, depois dessas denúncias de crimes de ação pública apontadas pelo livro, o Ministério da Justiça nada apurou?", indaga o deputado. Ao mesmo tempo ele diz que possui documentos em seu poder, ainda não divulgados, que apontam fraudes envolvendo órgãos públicos, a Fundação Roberto Marinho e o Sistema Globo. E pretende desvendar através do legislativo essas suspeitas porque, "além da Justiça não ter se manifestado, o Roberto Marinho tem muita força e compra muita gente".

O importante, segundo Ramos, "é mostrar que o Sistema Globo está realmente envolvido num mar de corrupção". Nesse período de eleições presidenciais que se aproxima "é bastante oportuno retirar-lhes a credibilidade e demonstrar a farsa que representam, manipulando informações e sufocando o país com seu gigantesco monopólio". O deputado lembra que seu interesse pelo assunto surgiu não só com a leitura do livro sobre as falcatruas, mas também com contatos que teve com trabalhadores, precisamente no estaleiro Mauá, quando ouviu: "É roubo, é roubo, é tudo Rede Globo". Ramos completa seu rosário de acusações afirmando que a Globo, "cresceu na ditadura, sempre se prestou a modelos autoritários e não possui interesse pelas democracias".

Um programa contra a devastação

O governo decide tomar a iniciativa preservacionista na Amazônia, após ouvir o alerta de entidades nacionais e internacionais sobre as consequências ecológicas a nível mundial

No final de outubro, um congresso reuniu especialistas na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, para debater a questão ecológica brasileira e a repercussão planetária das transformações ambientais em andamento na região amazônica. O roteiro dos trabalhos foi o amplo estudo realizado pela Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas, e que tomou o nome de "Nosso Futuro Comum", um alerta contra a devastação e uma reflexão sobre as desigualdades econômicas que lançam muitas nações a projetos de desenvolvimento de alto custo ecológico.

A conclusão do estudo é um apelo à conscientização, ao esforço e até ao otimismo, pois, como afirma a comissão, "este relatório não é uma previsão da decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos naturais". Mas, para isso, é preciso "reconciliar as atividades humanas com as leis naturais".

No caso brasileiro, o centro das atenções continua a ser a ocupação da Amazônia e as diversas formas de devastação que lá ocorrem, lançando a preocupação por todo o planeta, em função das conclusões científicas de que a região representa uma espécie de "pulmão do mundo", com repercussão no clima geral, inclusive na conservação da própria calota polar. E a Amazônia tem recebido descrições dramáticas através de imagens de satélites meteorológicos,

que frequentemente a definem como uma espécie de incêndio continental.

O fogo, utilizado para abrir áreas agrícolas e expandir os pastos para o gado, é, porém, apenas um dos muitos aspectos de agressão ecológica à região, o maior e mais frágil sistema florestal da Terra. Há ainda várias formas de



No simpósio sobre ecologia, Prof. Benedicto Silva alerta para os efeitos da devastação

poluição do ar, da terra e das águas; a desertificante exploração madeireira, preocupada apenas em extrair, sem repor; e certas consequências do aproveitamento das reservas minerais.

Nossa Natureza

Duas semanas antes dos debates de "Nosso Futuro Comum" e algumas depois de violentos ataques da imprensa e organizações internacionais à destruição em curso no processo de ocupação e exploração da Amazônia, o governo federal lançou um pacote ecológico, sob o

nome de "Nossa Natureza", destinado a responder às preocupações internacionais – algumas envolvendo inclusive o acesso a empréstimos financeiros de organismos, como o Banco Mundial – e a disciplinar a atuação dos agentes nacionais (colonos, fazendeiros, empresas, governos) no trato com o sistema amazônico.

Seis mil focos de incêndio simultâneos, denunciados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-Inpe, serviram de alerta final ao governo, reconheceu o presidente José Sarney, ao lançar o programa, no dia 12 de outubro. Entre as medidas básicas, que se estendem igualmente à Mata Atlântica, da faixa litorânea, estão a suspensão dos incentivos para projetos agropecuários por um trimestre, a proibição de exportação de madeira em tora e a reorientação dos

projetos de assentamentos agrícolas. Além disso, o governo passa a empenhar-se em ações de educação ambiental e no desenvolvimento de tecnologias alternativas, além de incorporar, como rotina, a análise das repercussões ambientais de qualquer novo projeto de desenvolvimento econômico.

Ressabiados na longa batalha que travam, diversos setores ecológicos destacaram a necessidade de que as medidas venham a se efetivar, impedindo, ao mesmo tempo, o surgimento de formas de burlar os objetivos do plano. ●

Carajás na berlinda

Ambientalistas alertam para os perigos que cercam o funcionamento de siderúrgicas na Amazônia e temem que o consumo de carvão pelas usinas produza a destruição das matas

Elias Fajardo

Os projetos de ferro-gusa e ferro-liga no programa Grande Carajás deverão consumir por ano cerca de 4,5 milhões de toneladas de carvão. Por enquanto, apenas duas usinas – das 30 previstas – estão entrando em ação, mas calcula-se que, nos dez primeiros anos de funcionamento, 620 mil km² de florestas deverão ser derrubadas para alimentar de carvão

as siderúrgicas. Sem reflorestamento, em 20 anos (ou talvez até em menos tempo) a floresta inteira da região acabará.

Os estudos constataram que as siderúrgicas de Carajás só são viáveis com o carvão da mata nativa. Com carvão de reflorestamento, seus resultados econômicos seriam negativos. Segundo o programa, as empresas começarão a reflorestar à base de 50% do seu consumo, a partir do terceiro ano de operação, e à base de 100% a partir do décimo-terceiro ano de operação.

Na prática, sabe-se que as empresas de ferro-gusa no Norte não estão tomando nenhuma providência para reflorestar. E mesmo se estivessem, não existe conhecimento agroflorestal suficiente para se fazerem grandes reflorestamentos na área, a curto prazo. Em Minas, estado que mais produz ferro-gusa, o consumo médio de carvão de reflorestamento é hoje de apenas 20%. Apenas as grandes empresas, que fabricam produtos nobres (aço-liga, trefilados, laminados especiais), usam percentagens maiores, ou seja, cerca de



A derrubada caminha quilômetros em pouco tempo e abala de repente um ecossistema milenar

40% de carvão de reflorestamento.

Num quadro desses, o que acontece, segundo estudos, é que indústrias siderúrgicas poderão ter um ciclo curto, encerrando suas atividades na Amazônia tão logo se esgotem as matas nativas acessíveis. Mesmo com os grandes incentivos fiscais que são dados a estas indústrias, sem o carvão barato da mata nativa os investimentos não seriam atraentes.

Trazer o carvão de fora também não dá, pois o transporte o encareceria e o carvão que vem das matas nordestinas não é tão denso quanto o da mata amazônica.

O argumento de que a lenha pode ser usada na siderúrgica, porque seria queimada de qualquer maneira na abertura de plantações e pastagens, também não é verdadeiro. A lenha dos que desmatam para fazer pastagens não está disponível para as fábricas, porque é obtida em pequenas fazendas, de acesso difícil e afastadas das usinas. O desmatamento para gado exige preservação, por lei, de 50% da mata. Mas, instalada a corrida das siderúrgicas, pode haver tal ânsia de carvão que vai levar ao desmatamento total da região. Os mais realistas dizem que isto acontecerá dentro de 20 anos. Os mais pessimistas acham que em bem menos tempo.

A consequência, pois, mais clara da proliferação da siderurgia na região é que vai se ter, de um lado, o IBDF, pressionado por ecologistas nacionais e internacionais, lutando para preservar a mata nativa. E, de outro, os fabricantes de gusa brigando para obter carvão o mais barato possível.

Em março deste ano, o engenheiro Romero Machado Correa, presidente das empresas Vetorial e Usina Queiroz Jr. (um grande produtor de ferro-gusa, com 360 mil toneladas/ano) mandou carta à dra. Marita Koch-Weser, do Banco Mundial, em Washington. O engenheiro, cujas empresas consomem 1.100.000 metros cúbicos de carvão vegetal por ano, acha que não se deve produzir ferro-gusa de matas nativas no norte do Brasil e tem projetos para fabricá-lo a partir do coque siderúrgico, e não de carvão vegetal.

Em sua carta, ele traça um panorama



O desmatamento afeta o clima e expõe a perdas a qualidade dos solos

da produção do gusa hoje no país. O Brasil produz cerca de 8 milhões de toneladas/ano, a partir de carvão vegetal, das quais exporta 2,5 milhões. Isto significa um consumo de 26 milhões de metros cúbicos de carvão por ano. Outros setores (fábricas de ferro-ligas, cimento, indústria automobilística, etc.) consomem mais 10 milhões de metros cúbicos de carvão vegetal por ano. O estado de Minas responde por 85% do consumo brasileiro, ou seja, cerca de 30,6 milhões de metros cúbicos de carvão vegetal por ano.

Segundo o engenheiro, existem cerca de 2,5 milhões de hectares de florestas plantadas em Minas, mas 80% delas são de baixa qualidade. A seu ver, a solução é erradicá-las e plantar novamente em área menor, com nova tec-

nologia. Mas isto seria bem caro, cerca de 960 milhões de dólares imobilizados em anos.

Machado Correa acha que não só o carvão desmatou Minas, mas que a ocupação urbana e a agropecuária foram maiores vilões do que os carvoeiros. De qualquer forma, talvez para evitar no norte o que aconteceu no centro do país, ele pede a proibição da implantação de siderúrgicas na Amazônia, e anuncia o que pode ser uma das soluções. Ele tem dois projetos de produção de ferro-gusa a partir do coque siderúrgico, abandonando o carvão. O primeiro deles poderá produzir cerca de 360 mil toneladas/ano em São Luís, no Maranhão. O segundo é um projeto idêntico, a ser implantado em Vitória, no Espírito Santo. ●



À margem da rodovia, os guaranis vendem o elaborado trabalho em palha e esperam a terra que garanta a sobrevivência da tribo

A ruína dos Guaranis

Eles não usam cocares com penas de animais silvestres e raramente pintam o corpo com urucum ou frutas nativas. Falam a língua dos brancos, mas preservam o guarani em suas reuniões públicas. Perderam suas terras no sul e estão proibidos de dar entrevistas pela Fundação Nacional do Índio. Vivem da venda de objetos artesanais na beira da BR-101, no litoral de Angra dos Reis, e moram numa reserva do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal, na Serra da Bocaina

Carlos Silva

Estes são os índios da tribo inhendeva, que vieram de Santa Catarina e não sabem para onde vão, quando o progresso chegar mais próximo de seus barracos de pau-a-pique, forrados com sapé. São 200, aproximadamente. Perto estão as ruínas de

Santa Rita de Bracuí, sede de uma próspera fazenda, construída em 1830 – o mesmo destino a estigmatizar duas reliquias distintas.

Os índios nhendevas adotaram muitos hábitos dos brancos, como o gosto por cigarro e cachaça, que se recusam a receber de qualquer um, para não provocar a ira dos inspetores da Fundação Nacional do Índio que patrulham a região onde estão instalados. Mas, exis-

tem indícios de que o alcoolismo prospera no mesmo ritmo da decadência de suas tradições.

A política indigenista foi incapaz de evitar que o contato com a civilização dos brancos acabasse por comprometer irreversivelmente uma cultura milenar, que ainda não está antropologicamente decifrada. Os índios trocaram a nudez pelos *jeans*, e seus arcos e flechas, que seus antepassados exibiam orgulhosa-

MINORIAS

mente, pelos tacos da sinuca. Aparício, por exemplo, é exímio praticante deste esporte e frequenta as birocas da Rio-Santos com suas jogadas de mestre.

Duas ameaças

A reserva florestal da Serra da Bocaina é um santuário ecológico, que está situado numa das regiões mais cobeadas do estado do Rio de Janeiro – Angra dos Reis, com sua privilegiada baía e 300 ilhas paradisíacas. Por isso, não é provável que a especulação imobiliária deixe de lado os seus encantos. Já avançou muito com suas marinas, condomínios fechados e loteamentos. No quilômetro 11 da Rio-Santos fica a entrada para a região montanhosa, onde vivem os nhendevas.

Os índios do Bracuí vivem quase que exclusivamente do artesanato que vendem na beira da estrada. Há 15 anos estão neste local, depois de percorrerem o interior de Santa Catarina e Minas Gerais. Agora, estão desmatando o local para realizarem o plantio de milho, feijão e mandioca em pequena escala. Não foi muito difícil encontrá-los. O exímio Aparício encarregou-se de mostrar as trilhas e da apresentação ao cacique João, que estava ocupado em abrir picadas na mata e conseguir madeira para as casas que pretende construir: "O moço da Funai proibiu reportagens aqui. Não podem tirar retratos", foi logo avisando.

Os nhendevas têm a altura média de 1,60 m e muitas famílias estão morando sob abrigos de plástico. Para o plantio de milho, receberam apenas 20 quilos de semente: "Já pensamos em criar porcos, mas eles comem muito", lamenta-se o cacique. Os nhendevas não caçam mais. Seus costumes foram estereotipados pela convivência com a civilização branca. Apenas a língua permanece sendo cultivada pela tribo, embora adotem nomes portugueses: João, Antônio, José, Maria, todos sem sobrenome. "Nós temos nomes guaranis, mas só usamos quando estamos sozinhos", explica o cacique João. Também não utilizam o idioma nativo na frente de ninguém.

"Quem vivia nestas terras eram os tamoios. Eles não existem mais", enfati-



João, o cacique: muita reserva diante da civilização e a incerteza do futuro

za o cacique, ao lembrar a história da migração que os trouxe ao sul fluminense. Os primeiros guaranis nhendevas que chegaram ao local, há cerca de 15 anos, foram desestimulados pelo atropelamento de um deles – a maioria voltou, então, para o sul do país e somente Aparício e sua família ficaram em Bracuí. Mas, os que retornaram ao sul não conseguiram uma reserva melhor e voltaram ao litoral do Rio de Janeiro, com a proteção do professor Darcy Ribeiro.

O destino dos nhendevas

As crianças aprendem a falar primeiro o idioma guarani, e só depois o português, porque os nhendevas não sabem ao certo a que civilização pertencem. Além disso, cercados por ricas mansões, pelo barulho da rodovia Rio-Santos e pelas ameaças dos especuladores imobiliários, podem ser transferidos para outra reserva, mesmo porque a área, onde estão localizados com suas choupanas, pertence ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF e não à Fundação Nacional do Índio-Funai. A área não foi demarcada até hoje como reserva indígena.

Em Angra dos Reis também estão localizadas as usinas nucleares da Nuclebrás, o que torna a região um panorama de duas civilizações distintas. Por isso, os nhendevas podem ser surpreendidos, a qualquer momento, pela necessidade de uma nova migração.

Eles não diferem muito de algumas tribos que vivem em contato com os brancos, no sul e no sudeste do país, como os maxacalis, na divisa de Minas

Gerais com a Bahia, que moram em choupanas iguais, falam um português arranhado, gostam de cachaça – bebem até perfume – e estão sendo incentivados a plantar grãos, quando são nômades, caçadores e contemplativos. Suas terras férteis, já demarcadas pela Funai, são cobeadíssimas pelos pecuaristas mineiros de Itaim, Maxacalis, Bertópolis e Águas Formosas: os índios não dão valor ao pasto de capim colônio e não conseguiram manter as 800 cabeças de gado que receberam para sobreviver, abatidas em pouco tempo. Hoje, os maxacalis caçam bois nas fazendas vizinhas à reserva.

Por certo, os nhendevas não conseguirão sobreviver com os 20 quilos de semente de milho, que receberam da Funai e começam a plantar agora em setembro. Sem tradição na agricultura, terão que continuar vendendo as peças de artesanato na beira das estradas, como os maxacalis o fazem nas cidades de Minas, usando tintas plásticas e penas de galinha, e a buscar na cachaça uma explicação para o impacto da civilização moderna. A promiscuidade, por exemplo, fez com que aquela tribo mineira recebesse, sem espanto, algumas crianças de cabelos louros, nascidas de mães com 12 ou 13 anos de idade, meninas desdentadas e já dominadas por algumas obsessões "da civilização" – ter um radinho de pilha, para escutar as músicas de Roberto Carlos, ou uma televisão para ver a Xuxa. Já os nhendevas preferem outra relíquia moderna, por enquanto: "Moço, tira um retrato da gente?"

Fotos e pesquisa de Jorge Lopes

O cerco à igreja progressista

No que se define como uma operação-desmonte do setor mais avançado do catolicismo, padres e bispos ligados à Teologia da Libertação sofrem os efeitos de uma ofensiva tradicionalista que se identifica com uma postura ideológica conservadora

Memélia Moreira

A campanha foi iniciada no princípio dos anos 80, um ano depois de o cardeal polonês Karol Wojtyła ser eleito papa. Estendeu-se, aos poucos, com as substituições de cardeais nas sagradas congregações –

espécie de ministérios da Santa Sé – e agora torna-se pública com os frequentes ataques, ameaças e punições que atingem, preferencialmente, o episcopado progressista da América Latina.

Trata-se de um movimento de desarticulação contra religiosos, padres, agentes de pastoral e até mesmo bispos, que nos últimos 30 anos desenvolvem um trabalho de conscientização junto às comunidades pobres do maior continente católico do mundo e uma das mais miseráveis regiões do planeta: o continente latino-americano.

Esta "operação-desmonte" contaria com o apoio ou as simpatias da Casa Branca, empresários europeus e norte-americanos e seus aliados no continente. Trata-se do "Projeto Lumen 2000", o qual seria bem visto por empresários brasileiros, entre os quais Albano Franco, senador pelo estado de Sergipe e presidente da Confederação Nacional da Indústria-CNI. Franco manifesta fortes preocupações com um possível enfren-

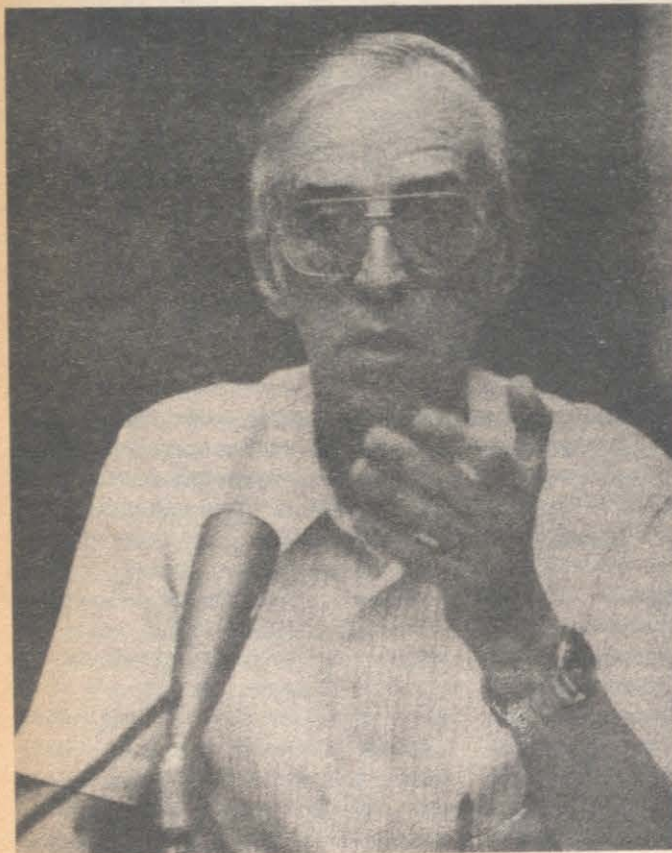
tamento das camadas mais miseráveis do Brasil contra os poderosos capitães da indústria e os latifundiários.

Os recursos do projeto Lumen, também conhecido por "Projeto de Evangelização 2000", serão utilizados para a construção de seminários voltados para a "Teologia da Salvação", bolsas-de-estudo para religiosos recém-formados e obras de assistencialismo, tão combatidas pela igreja progressista da América Latina.

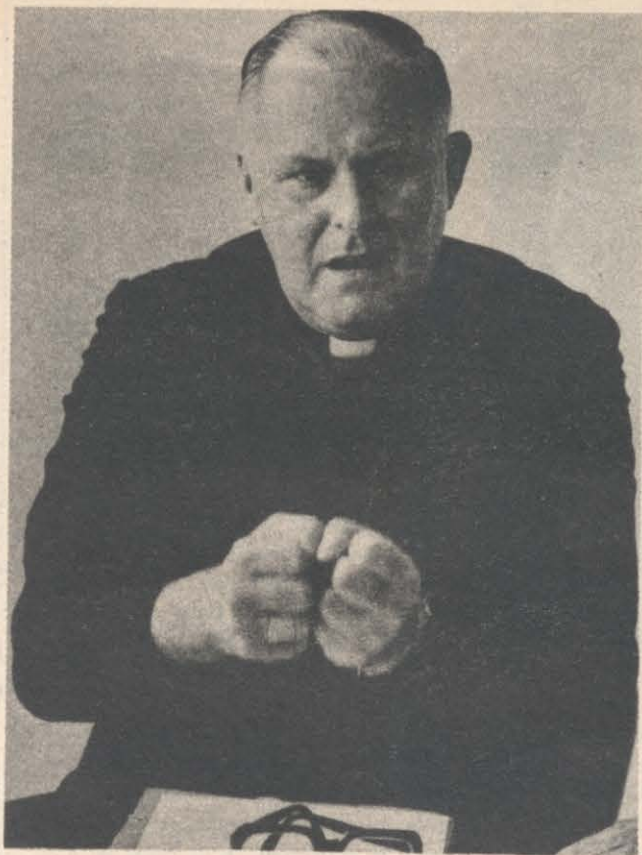
O principal objetivo desse projeto é evitar que a igreja progressista comece a trilhar os caminhos do "comunismo". O papa Wojtyła comunga das mesmas preocupações daqueles que vêm na América Latina um continente explosivo, mas no qual a religiosidade do povo é mais forte do que qualquer ideologia. Consequentemente, os agentes do Vaticano podem ter uma influência fundamental na tarefa de educar o povo dentro da "resignação" e do conformismo diante dos "desígnios de Deus", marca registrada da palavra da igreja nos quase 500 anos de ocupação do continente latino-americano.

Libertação

Estes agentes terão formação básica nos seus países de origem, mas farão cursos de formação superior nos seminários e faculdades de teologia da Itália, França e Alemanha, onde se concentra o clero conservador católico. Quando chegar então o ano 2000 e a população da América Latina avançar para o explosivo número de um bilhão de habitantes, religiosos e teólogos formados



Casaldáliga: por índios e posseiros na área de expansão agrícola



Cardeal Lorscheider (foto maior), bispo Adriano (foto acima) e Frei Leonardo: o evangelho dos pobres sob a crítica do Vaticano

dentro da Teologia da Salvação (da alma) serão os mais habilitados negociadores entre os governos e a população. A América Latina, conhecida por ser berço da Teologia da Libertação – movimento desencadeado no continente no final dos anos 60, sob a égide do Concílio Vaticano II – embora seja o maior continente católico do mundo e a banda da terra que mais audiência concede ao papa João Paulo II, é também a causa principal das dores de cabeça do ocupante do trono de São Pedro. Essa dor de cabeça é dividida do outro lado do oceano e se aloja nos gabinetes do Pentágono, desde 1979.

Foi naquele ano que os analistas políticos do Pentágono e da CIA passaram a tratar a questão religiosa cientificamente. Unidos na preocupação e no interesse, "Vaticano e Casa Branca podem formar suas alianças", alerta dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, cidade

do centro-oeste brasileiro, ex-capital do estado de Goiás.

A Teologia da Libertação desenvolveu-se sem problemas por mais de dez anos na América Latina. Vista até com simpatia pelos liberais da igreja católica, ela passou a preocupar a Casa Branca a partir de 1979, quando um líder religioso – o aiatolá Ruholá Komeini – comandou a derrubada do regime do xá Reza Pahlevi, no Irã. A rebelião iraniana contra um dos maiores aliados dos Estados Unidos serviu de alerta para o Pentágono.

Seus estrategistas estudaram rapidamente o fenômeno e não perderam tempo: antes que surgissem aiatolás de diferentes religiões, em diferentes áreas de tensão do mundo, eles criaram o "Instituto de Democracia e Religião". Nesse momento, começava a campanha para desarticular a igreja progressista da América Latina.

De imediato, o Instituto de Democracia e Religião passou a exportar uma enorme quantidade de seitas religiosas cristãs. Em 1985, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB listara um total de 4.800 seitas, de variada coloração cristã e com recursos suficientes para construir milhares de capelas em todo o território brasileiro. Tais seitas – de forte apelo ao fanatismo – chegaram a preocupar a CNBB, porque pregam exatamente a supremacia do capital sobre o trabalho. Era a inversão total dos valores pregados pela ala progressista do catolicismo brasileiro.

Sem alarde, o cardeal Aloísio Lorscheider, ex-presidente da CNBB e do Conselho Episcopal Latino-Americano-Celam, arcebispo de Fortaleza e um dos cardeais mais votados na última eleição papal (ele teve três votos a menos que o cardeal Wojtyla), deu um basta às preocupações da CNBB, dizendo que "todas

A vez do Terceiro Mundo

□ Em setembro de 1978, quando o papa João Paulo I amanheceu morto em sua cela, no Vaticano, teólogos e observadores da política da igreja não tiveram dúvida em afirmar, que o cardeal a ser eleito para substituir o "papa-sorriso" seria um homem do Terceiro Mundo. Naquele setembro, em Brasília, o cardeal Aloísio Lorscheider foi internado, com suspeita de mais um infarto do miocárdio. Do hospital, dom Aloísio Lorscheider, então presidente da CNBB, embarcou para Roma. Seu nome era um dos mais cotados para substituir João Paulo I, o sucessor de Paulo VI.

A eleição de João Paulo II foi uma das mais longas e cansativas da história do Vaticano no século XX. Nem o cardeal Roncalli (João XXIII), nem o cardeal Montini (Paulo VI), nem mesmo o cardeal Albino Luciani (João Paulo I) levaram tantos escrutínios para serem escolhidos.

O cardeal Wojtyła e seus pares ficaram trancados por mais de uma semana para escolher um nome. Do lado de fora do Vaticano, na praça de São Pedro, uma multidão de católicos rezava, sem parar, dia e noite, à espera da conhecida "fumaça branca", que anuncia a escolha do novo papa. Para a surpresa de todos, após quase uma semana, o nome do eleito foi anunciado. Não era um italiano. Poucos o conheciam e também não era um cardeal do Terceiro Mundo.

O escolhido vinha de país, onde na época crescia a contestação ao regime socialista. Obviamente, a Europa Oriental via com certa desconfiança a escolha de um homem que, mesmo sem exército, poderia abalar as estruturas do bloco comunista, pregando uma *glasnost* antes da época. Na Europa Ocidental, um suspiro de alívio: o escolhido não contestaria o bloco capitalista e não representava os interesses do Terceiro Mundo. Mais uma vez, África e América Lati-



João Paulo II: desacelerando a inovação

na passariam a plano secundário.

João Paulo II iniciou seu reinado, anunciando que governaria os 800 milhões de católicos a bordo de um Boeing. Viajaria por todos cantos da Terra, até mesmo onde a igreja tem pouca penetração, como na Ásia. Sua primeira viagem, entretanto, seria para a América Latina. Durante uma semana, ele levou milhões de mexicanos às ruas da Cidade do México, Monterey, Puebla de Los Angeles, Guadalajara. Antes de sua chegada à Cidade do México, o primeiro sinal de que respeitava o vizinho norteamericano. Ao sobrevoar Porto Rico, o papa Wojtyła saudou o presidente Reagan, numa clara demonstração de que não reconhecia o direito dos portorriquenhos à independência.

A saudação a Reagan provocou reação negativa dos teólogos que assessoravam os bispos da América Latina, reunidos em Puebla para a II Conferência Episcopal Latino-Americana. Houve um calafrio, superado em seguida pelos discursos do novo papa aos lavradores e índios mexicanos.

Um ano depois, o papa percorre o Brasil durante dez dias e o episcopa-

do progressista sentiu um novo alento. 1980 era um ano difícil nas relações entre a igreja e o Estado brasileiro, e João Paulo II reforçou as posições assumidas pelos progressistas, em dois discursos: o primeiro em Recife, capital de Pernambuco, dirigido aos lavradores, e depois em Manaus, onde o papa reconheceu o trabalho pastoral dirigido aos índios. Sua oração em Teresina também alegrou os progressistas. No aeroporto do Piauí, ele mudou o Padre-Nosso, dizendo: "Pai nosso, que estais no céu, o povo passa fome". A nova forma da oração caiu como chuva fria nos setores governamentais e foi uma das últimas vezes que bispos, religiosos e teólogos progressistas viveram momentos de vitória.

A partir daí, a Cúria Romana passou a endurecer sua linha em relação à CNBB. Os números de nomeações falam mais alto: dos 90 novos bispos brasileiros escolhidos por João Paulo II, nenhum é considerado progressista. Todos são conservadores ou ultraconservadores. Nos últimos oito anos, as promoções da ala conservadora se acumulam e as listas para a escolha desses bispos passam sempre pelas mãos do cardeal Eugênio Salles, o homem forte do Vaticano no Brasil.

Com isso, acreditam setores da CNBB, a igreja brasileira passará por "uma longa fase de retrocesso, que se acabará quando o pêndulo da História mostrar que o caminho a seguir é outro". Esses observadores afirmam ainda que toda tarefa de reorganizar o episcopado - iniciada com João XXIII - será desfeita. "O novo papa - afirma um dos mais bem posicionados integrantes da hierarquia da igreja do Brasil - repetirá, com habilidade e experiência, as nomeações feitas por Pio XII".

Diante desse quadro, alguns bispos se articulam para evitar uma "catástrofe maior", isto é, querem salvar algumas áreas de influência da ala progressista, para que "a hora do Terceiro Mundo não seja jogada fora com a nova inquisição determinada pela Cúria Romana".

as manifestações religiosas têm direito e espaço dentro da sociedade”.

O cardeal Lorscheider falava com conhecimento de causa. As seitas não frutificaram de acordo com o previsto, e a ação voltou-se diretamente contra os religiosos que seguem a Teologia da Libertação na prática. Em 1985, depois de uma troca de correspondência entre o palácio do Sumaré – residência do cardeal Eugênio de Araújo Salles, no Rio de Janeiro – e a Cúria Romana, veio o primeiro golpe contra os progressistas: o teólogo franciscano Leonardo Boff é proibido de falar. O Vaticano lhe impõe o “silêncio obsequioso”, enquanto a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé estudava seu livro **Jesus Cristo Libertador**. Daí em diante, sucederam-se dezenas de derrotas contra a ala progressista da igreja.

O mais recente ataque abortou antes de ser colocado em prática: silêncio obsequioso para o bispo de São Félix do Araguaia, município do estado de Mato Grosso, no centro-oeste do país, dom Pedro Casaldáliga, um dos maiores aliados de lavradores e índios da região do rio Araguaia, a zona mais conflitada do Brasil.

Antes de o Vaticano determinar o silêncio, por uma indiscrição do clero conservador os meios de comunicação divulgaram a notícia, mesmo sem ter sido oficializada. O resultado desta indiscrição foi o retraimento do Vaticano e os desmentidos da Nunciatura Apostólica: dom Pedro fora apenas alertado sobre a possibilidade de silenciar, afirmaram os porta-vozes da nunciatura.

As punições exemplares

A desarticulação da igreja progressista pode ser medida pelos casos exemplares de punição. O primeiro deles foi contra o teólogo franciscano Leonardo Boff, que foi proibido pela Cúria Romana de falar em público, dar aulas na universidade ou celebrar, em 1985. Tal silêncio, mesmo sem condenação formal a qualquer uma de suas obras, durou pouco mais de três meses, enquanto a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé analisava seu livro “Jesus Cristo Libertador”.

A obra de frei Leonardo Boff foi



Cardeais Ratzinger (acima) e Gantin assumiram o comando da ofensiva contra a Teologia da Libertação

submetida à análise crítica e, embora considerada “suspeita” pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, seus livros passaram pelo crivo crítico da Santa Sé. Boff recuperou seu direito de falar em público, enquanto o cardeal do Rio de Janeiro proibia Clodovis Boff de se manifestar em toda arquidiocese do Rio de Janeiro. Frei Clodovis, irmão de frei Leonardo, não estava sendo alvo de qualquer investigação doutrinária, mas mereceu castigo interno e suas aulas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foram suspensas, por determinação de dom Eugênio.

“Na época da Inquisição, as pessoas eram queimadas vivas para falar e confessar sacrilégios. A nova Inquisição, mais requintada, proíbe a palavra, porque essa é a mais forte das armas dos oprimidos”, disse dom Clemente Isnard, ex-vice-presidente da CNBB e bispo de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Ele vê um retrocesso político nas posições assumidas contra a ala progressista da igreja latino-americana, mas não desa-

nima: “A verdade histórica – afirma – será sempre a vencedora, mesmo que os caminhos se mostrem tortuosos”.

Dom Clemente diz ainda confiar no bom senso do Vaticano e na “luz inspiradora do Espírito Santo, que vai mostrar o verdadeiro caminho”.

Expulsões

Com maior severidade e contrariando as posições assumidas por seu antecessor, dom Hélder Câmara, o atual arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, expulsou quatro agentes de pastoral que manifestaram

suas preferências partidárias para estas eleições de novembro de 1988. Ele determinou à arquidiocese a elaboração de um documento, proibindo a participação da igreja católica na política. Com isso, pretendia afastar o clero e os agentes pastorais do processo político e da identificação da igreja com candidatos ou partidos considerados de esquerda.

A reação foi imediata. Depois de acusar os agentes pastorais Lenivaldo Marques e Ângelo Zarê de terem desviado recursos de um encontro sobre reforma agrária, dom José se viu ameaçado pelos agentes, que decidiram levar o caso à Justiça, por crime de “injúria, calúnia e difamação”. O arcebispo não retirou as acusações, mas evitou comentários sobre a denúncia de desvio de recursos.

Na ocasião, o diretor do Centro Nordeste de Pastoral, padre Sebastião Soares, divulgou documento com nove páginas, acusando dom José Cardoso de “destruir marcos fincados por dom Hélder Câmara, dom José Maria Pires e dom Antonio Soares Cota”, afirmando ainda que “o recente e clamoroso caso do bispo francês Marcel Lefèbvre vem demonstrar que um bispo pode estar onde não se acha a igreja”. No final,



A desarticulação no Brasil

□ A conferência episcopal brasileira é hoje a terceira do mundo. Com 380 bispos, ela perde apenas para Itália (469) e Estados Unidos (401). Dentro do Terceiro Mundo, é a mais importante. O mapa eclesial do Brasil está assim distribuído: 36 arquidioceses, 188 dioceses, 12 prelaças, duas abadias, quatro eparquias e um vicariato militar, com sede em Brasília e dirigido pelo capelão militar, dom José Newton, ex-arcebispo da capital brasileira.

Esses 380 bispos – dos quais oito cardeais em atividade – estão congregados na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, dirigida por dom Luciano Mendes de Almeida. A instituição, respeitada pelo governo e com o mesmo peso político da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, não deve entrar em choque com o representante do papa no Brasil, o embaixador do Vaticano, dom Carlo Furno, Nuncio Apostólico.

Homem de difícil convívio com a imprensa, dom Carlo Furno difere do seu antecessor, dom Carmine Rocco, por manter relações mais estreitas com a ala conservadora da CNBB. Seu interlocutor permanente é o cardeal Eugênio Salles, arcebispo do Rio, apontado pelos progressistas como um dos principais responsáveis pela campanha de desarticulação da igreja progressista no Brasil.

Ao lado de dom Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju e ultraconservador, e do cardeal José Freire Falcão, arcebispo de Brasília, o cardeal Eugênio Salles não dá trégua aos progressistas. Na questão do silêncio obsequioso contra dom Pedro Casaldáliga, ele foi apontado por alguns bispos, que preferem manter o anonimato, como o responsável pelas informações divulgadas pela imprensa, antes da censura chegar de Roma. Coincidência ou não, no dia exato em que a notícia explodiu, dom Eugênio e o Nuncio Apostólico estavam juntos no Palácio do Sumaré.

Dom Eugênio não esconde sua preocupação com a politização da comunidade eclesial, embora pessoalmente assuma posições políticas de direita.

“É uma luta de poder”, diz dom Tomás Balduino, referindo-se às posições assumidas pelo cardeal Salles. Na opinião do bispo de Goiás, essa tentativa de controle do episcopado brasileiro é apenas um reflexo do que ocorre dentro do Vaticano, onde os conservadores cardeais Joseph Ratzinger e Bernardin Gantin são os conselheiros de confiança do papa.

Nomeações

Informante principal de dom Carlo Furno – responsável pelo envio das listas de promoções de bispos – a influência de dom Eugênio Salles pode ser sentida através das nomeações nos últimos sete anos. Dos 90 bispos auxiliares ou padres elevados a bispos ou cardeais, nenhum deles se afina com a igreja progressista.

O número de bispos progressistas do Brasil permanece inalterado desde o início da década de 80. Entre eles, podem ser lembrados: Luciano Mendes de Almeida, Paulo Eduardo Ponte, Celso Queiroz, Marcelo Carvalho, Vicente Zico, Clemente Isnard, Afonso Gregory, Moacir Grecchi, Patrick Hanrahan, Aloísio Lorscheider, Paulo Evaristo Arns, Ivo Lorscheiter, Erwin Krautler, Aldo Mongiano, José Medeiros Delgado, Antonio Fragoso, Hélder Câmara (já aposentado), Acácio Rodrigues Alves, José Maria Pires, Walfredo Tepe, José Rodrigues de Souza, José Brandão de Castro, Pascásio Rettler, Alcimar Magalhães, Adriano Hipólito, Mauro Morelli, Benedito Ulhoa Vieira, Estêvão Avelar Brandão, Aldo Gerna, Angélico Sândalo, David Picão, Cláudio Hummes, Alano Penna, Cândido Padim, Eduardo Koaik, Romeu Alberti, Albano Cavallin, Pedro Urkia, José Gomes, Tomás Balduino,

Celso Pereira, Aloísio Pinho, Pedro Casaldáliga, Máximo Biènnès.

Além disso, eles podem ser remanejados, e seus substitutos fatalmente são representantes da ala conservadora. Muitas dessas nomeações provocam perplexidade, mesmo para os bispos que mais conhecem o cardeal Eugênio Salles. O caso mais recente aconteceu em Natal, pois o bispo nomeado, dom Heitor Araújo Salles, é mais velho do que o bispo que pediu aposentadoria. Em termos de inversão da hierarquia, a nomeação de Natal conseguiu surpreender até mesmo a ala moderada da igreja, porque mostrou nitidamente que as intenções do cardeal Eugênio Salles ultrapassam a simples preocupação ideológica. Ela atende também, afirmam assessores da CNBB, “a interesses pessoais oportunistas”: dom Heitor é irmão do cardeal.

Dom Eugênio, entretanto, recebeu um duro golpe, quando desenrolava a campanha de desarticulação da igreja progressista. Foi exatamente dentro de sua área de influência direta que um bispo aderiu ao cisma do arcebispo tradicionalista francês Marcel Lefèbvre: dom Antônio de Castro Meyer, bispo aposentado da diocese de Campos. Mesmo para um conservador, cisma é sinal de fraqueza e perda de poder, e dom Eugênio, embora aceite a maioria das teses defendidas pelo bispo que aderiu ao cisma, é um homem de igreja e não trai a linha doutrinária do Vaticano.

“Foi o feitiço virando contra o feitiço”, comentou um bem-humorado bispo que já foi auxiliar do cardeal carioca e não suportou “o autoritarismo de um fanático político”. O feitiço, entretanto, durou pouco. Dom Eugênio voltou à carga, imprimindo sua marca no episódio que envolveu dom Pedro Casaldáliga.

Mais de um bispo, entre os 43 progressistas, não hesita em citar dom Eugênio como um dos principais responsáveis pela campanha de desarticulação. Nenhum deles, entretanto, fará acusação pública, porque a igreja, enquanto instituição, mantém a aparência de unidade.

lendo o documento em frente aos bispos da Comissão Episcopal, padre Soares pediu um "basta a esta escalada de autoritarismo".

Os primeiros reflexos da proibição se fizeram sentir na própria campanha eleitoral de Recife, onde o candidato do Partido da Frente Liberal, deputado Joaquim Francisco, de direita, então despontava como franco favorito para ocupar a prefeitura da capital do estado.

Mal contada

Os candidatos identificados com a esquerda perderam suas posições, naquela ocasião. Dom José não mais comentou o assunto e não quis se manifestar sobre a decisão da CNBB em liberar todas as arquidioceses do país a elaborar cartilhas de orientação política para as eleições municipais.

O último caso exemplar envolve uma das maiores figuras da ala progressista da igreja, o bispo espanhol Pedro Maria Casaldáliga de Plá. Ele há 17 anos trabalha na área mais conflitada do Brasil, em razão da luta pela posse da terra: a região do Araguaia, rio que percorre os estados de Mato Grosso, Goiás e Pará, região onde os assassinatos de lavradores e seus aliados (advogados e agentes de pastoral) engrossam as estatísticas da guerra rural brasileira.

Ameaçado de morte por latifundiários dezenas de vezes, dom Pedro escapou de ser assassinado em 12 de outubro de 1977, quando o soldado Ezir Feitosa, do distrito de Ribeirão, em Mato Grosso, confundiu com o bispo (em trajes civis) o mais bem vestido padre João Bosco Penido Burnier, ao qual matou com dois tiros, acreditando ter assassinado o prelado. Apesar das

ameaças, dom Pedro continua seu trabalho e mantém estreitas ligações com os movimentos de libertação da América Central. Em setembro começou sua via crucis, ante as pressões de Roma.

No dia 22 de setembro passado, dom Pedro Casaldáliga foi avisado, pela Tevé Globo, sobre um comunicado do Vaticano que informava que o bispo sofrera a pena de "silêncio total". Imediatamente, o prelado de São Félix do Araguaia divulgou a notícia, dizendo ter recebido um documento com o título de "Intimação". Apócrifo, o documento teria vindo da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e da Congregação dos Bispos. Sem qualquer assinatura oficial, o documento exigia que o bispo pusesse uma assinatura sua, assumindo o compromisso de aceitar algumas proibições impostas pelo Vaticano, entre elas a de não viajar para a Nicarágua,

As definições do cardeal

□ Em meio aos debates em torno da atual ofensiva do Vaticano contra o clero progressista e apenas uma semana após surgir a polêmica em torno da advertência a dom Pedro Casaldáliga, o cardeal do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, concedeu uma rara entrevista ao jornal carioca "O Globo" (domingo, 02/10/88), fazendo comentários restritivos a aspectos da nova Constituição - que iria ser promulgada no dia 5 de outubro - e novas críticas à Teologia da Libertação. Assumiu ter feito relatórios sobre a igreja no país ao Vaticano e afirmou preferir tratar diretamente com comunistas do que com cristãos marxistas.

Sobre a questão envolvendo a advertência a dom Pedro, o cardeal do Rio disse esperar que tudo se normalizasse em breve entre o Vaticano e o bispo matogrossense, depois de afirmar que, como instituição também humana, a igreja vive períodos mais fáceis com outros de maior dificuldade, "conforme os componentes humanos se integram".

Ele reivindicou para a arquidiocese do Rio a inserção na Teologia da Libertação "segundo o documento da Santa Sé. Eu sou é contra a interpretação errada da Teologia da Libertação". Segundo o cardeal, "é impossível uma vida cristã sem justiça social", mas observou que "o método não pede a luta de classes".

O cardeal rejeitou a definição que o enquadrava como o homem do Vaticano no Brasil, atribuindo essa tarefa à nunciatura, em Brasília. Ao mesmo tempo, observou que a CNBB não é uma "superdiocese".

Embora definindo-se como radicalmente contra a luta de classes, disse achar "o pessoal do PC muito interessante. Minhas dificuldades não são com o pessoal do PCB. As maiores dificuldades que tenho são com os cristãos de esquerda, ligados ao marxismo. Prefiro o pessoal do PCB, que é modesto", disse na entrevista a "O Globo", assinalando mais à frente que "com cristão marxista, com idéia desse tipo, é mais difícil de se lidar. Não há coerência".



Cardeal Sales: o crivo conservador

além de suspender as caminhadas conhecidas pelo nome de Romaria dos Mártires, quando são lembrados todos os lavradores mortos na luta pela terra.

Diante de um documento sem qualquer assinatura, dom Pedro recusou-se a assinar.

Em Brasília, a nunciatura manteve total silêncio. O núncio, dom Carlo Furno, estava fora da cidade, em reunião com dom Eugênio Sales, e nenhum deles aceitava se manifestar oficialmente.

O caso cresceu e toda imprensa noticiou o fato, por se tratar de um acontecimento inédito na história da igreja. Até então, nenhum bispo fora punido com o silêncio. O máximo que vinha acontecendo era a transferência de bispos progressistas para regiões, onde seu trabalho pastoral pudesse ser pre-

judicado pela inércia da própria sociedade local.

Na ausência do núncio apostólico, o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, convocou uma entrevista coletiva no dia 27 de setembro, cinco dias depois de ter vazado a notícia para os órgãos de comunicação.

Na entrevista, dom Luciano disse que o bispo de São Félix deveria "continuar seu trabalho pastoral, porque a opção preferencial pelos pobres deve ser a opção de todos nós". Sua declaração coincide com o documento divulgado dias antes da entrevista, elaborado por todos os bispos progressistas do Brasil e que

deve ser submetido ao Conselho Permanente da CNBB, no mês de novembro.

Ao mesmo tempo em que defendia dom Pedro Casaldáliga e seu trabalho em São Félix do Araguaia, o presidente da CNBB afirmou que assinaria a intimação vinda do Vaticano, mesmo que ela não contasse com a assinatura dos responsáveis pela punição.

Sem se referir ao vazamento da notícia - a Tevé Globo foi informada da intimação no Rio de Janeiro e não em Brasília, onde se localiza a sede da Nunciatura Apostólica - dom Luciano Mendes de Almeida não deixou de tecer críticas à imprensa que, na opinião do pre-

sidente da CNBB, estava "exagerando os fatos".

Opiniões à parte, o fato é que a entrevista de dom Luciano encerrou o episódio, que tomava conotações de escândalo, principalmente porque tanto os bispos progressistas de Goiás, quanto os de Mato Grosso, mobilizaram suas comunidades em defesa de dom Pedro. Foi a vez do Vaticano recuar.

Adiamento

Oficialmente, não ficou explicada a responsabilidade sobre o vazamento da notícia. Na CNBB, entretanto, os mais

Quem ganha com a desarticulação

□ Poucos dias após a deposição de João Goulart, o último presidente da República eleito no Brasil, o arcebispo de Brasília, dom José Newton, entregava ao marechal Humberto de Alencar Castello Branco - o primeiro presidente da República do ciclo militar iniciado em 1964 e encerrado em 1985 - as chaves da cidade de Brasília, capital do país.

Não houve protestos e ninguém acusou o arcebispo de estar fazendo política. Dom José Newton, alguns anos depois, era capelão militar e continuava frequentando a *entourage* dos generais que se sucederam na presidência da República durante 21 anos, sem que o Vaticano, a Nunciatura Apostólica ou mesmo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lhe fizessem cobranças sobre seu envolvimento político.

O mesmo acontecia em Belo Horizonte, com dom Serafim Fernandes, frequentador habitual do Palácio da Liberdade e convidado de honra para todas as solenidades governamentais e militares da capital de Minas Gerais. Dom Vicente Scherer, cardeal de Porto Alegre, tinha comportamento semelhante e jamais recebeu qualquer intimação para explicar-se diante da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé ou da Congregação

dos Bispos.

Tal sistemática do Vaticano é tradicional. Quando os bispos ou padres apenas acompanham e frequentam o poder sem contestá-lo, não há qualquer problema. Basta, entretanto, que os mesmos bispos ou padres comecem a defender reivindicações populares, ou abrigar dentro da igreja grevistas ameaçados de prisão, ou reuniões de comunidade eclesiais de base, para que a Cúria Romana envie seus "visitadores apostólicos", que escrevem longos relatórios sobre as "atividades suspeitas" dos religiosos.

Dom Pedro Casaldáliga, dom Tomás Balduino, dom Alano Penna, dom Estêvão Avellar (ex-bispo de Conceição do Araguaia) já receberam a sempre incômoda visita apostólica. Há nove anos, dom José Freire Falcão, hoje cardeal de Brasília, foi nomeado "visitador apostólico" e tem um dossiê completo sobre as atividades desses religiosos que estão na mira do Vaticano.

A Santa Sé não admite que seus representantes façam política. Ela vê com desconfiança as atividades pastorais dos chamados bispos progressistas. Não se manifesta, entretanto, se os conservadores são fotografados lado a lado com homens públi-

cos, autoridades, mesmo que eles representem partidos ou interesses de grupos.

Com a intimação feita pela Cúria a dom Pedro Casaldáliga, a questão do envolvimento político da igreja voltou a ser discutida. Com uma indagação a mais: "Quem sai ganhando e quem sai perdendo com a desarticulação da igreja progressista da América Latina?".

Os conservadores preferem se manter na retranca diante dessa pergunta. Ela embaraça também os moderados.

Dom Luciano Mendes de Almeida, essencialmente um homem conciliador e diplomático, prefere dizer que "os tempos estão difíceis". Já dom Tomás Balduino, de claras posições progressistas, responde sem problemas: "Os poderosos saem ganhando. Perdem os humildes, os lavradores, os índios, os operários, os favelados - os marginalizados de um modo geral, os quais ainda encontravam dentro da igreja uma voz e um apoio".

Poder

Ele conversou com a revista *cadernos do terceiro mundo* sobre a nova tendência política da igreja, dois dias depois da intimação feita a dom Pedro Casaldáliga e, em poucas palavras, explicou o fenômeno iniciado pelo papa João Paulo II.



D. Luciano: a palavra final é das comunidades

Dom Paulo: arquidiocese terá peso reduzido

"O que acontece - afirmou dom Tomás - é mais um movimento pendular da História. O conjunto atual da igreja favorece esse comportamento, porque há espaço para os conservadores. No primeiro momento, iniciado após a eleição de João XXIII, até a morte de Paulo VI, os conservadores estavam abafados. Foram tomados de surpresa e levaram tempo para se recuperar. Agora estão em franca ascensão. E nós vamos passar por um período obscurantista, com pouco espaço para defender o povo."

Esta tendência da igreja, entretanto, na opinião de dom Tomás, não esvaziará as catedrais e as capelas. "A igreja católica - diz ele - trabalha num amplo universo e, por essa razão, ela sempre terá adeptos. As igrejas continuarão cheias, porque aqueles que defendem uma igreja voltada apenas para as questões espirituais se reconhecerão nessa nova tendência. E, mesmo os oprimidos que ainda não adquiriram consciência de seus problemas frequentarão os templos, em busca de alento. O mesmo não vai acontecer com os fiéis que buscam na igreja apoio para suas necessidades e direitos de cidadão. Esses se afastarão, e a igreja perderá em qualidade. Mas isto ainda não pode ser considerado, em termos eclesiais, como uma derrota".

"O grande derrotado da nova tendência é o Evangelho - acentua dom

Tomás. Se fortalecemos apenas a questão religiosa, enfraquecemos o Evangelho. E não devemos nos esquecer de que o lado evangélico é, de fato, a luz. Está acima de tudo. O Evangelho é a palavra e a palavra explica, ilumina. É claro que quem sai perdendo, na prática, são os lavradores, os índios. E os vitoriosos são os poderosos, os que insistem em manter na opressão milhões de pessoas em todo o continente latino-americano e na África. Vamos viver agora uma nova Idade Média e ela se estenderá por muito tempo."

O bispo de Goiás, em sua análise diz ainda que o fenômeno de reversão dentro da igreja se resume, na verdade, a uma "disputa de poder. Os tradicionalistas querem a total concentração de poderes em suas mãos, o que é perigoso, porque facilita certas alianças com os poderosos que não aceitam abrir mão de seus privilégios para repartir o bolo com todos os convidados para o banquete da vida".

Sem qualquer pessimismo, dom Tomás Balduino acredita também que a nova tendência "retardará o processo de libertação do povo". Mas, a igreja não tem condições de se alienar completamente dos problemas populares, porque "é exatamente o povo, quem faz a igreja crescer e desempenhar sua missão evangelizadora, função principal de sua existência".

próximos assessores da presidência deixam claro que a responsabilidade "é do vizinho". Na linguagem de Brasília, isso significa que a responsabilidade é da nunciatura, porque a CNBB e a nunciatura são separadas apenas por um caminho de terra, com passagem interna entre as duas casas.

E qual o interesse da nunciatura em deixar vaziar esse tipo de informação, rompendo toda uma estrutura de sigilo que sempre pontuou a diplomacia do Vaticano? Simples. Os estrategistas do vazamento - segundo análise feita pelos assessores da CNBB - esperavam que dom Pedro Casaldáliga tivesse assinado o documento sem protestos. Deixaram passar dois dias, tempo suficiente para o bispo de São Félix receber e assinar a intimação, e transmitiram à Rede Globo a notícia sobre a punição do bispo.

O prelado de São Félix, entretanto, frustrou a expectativa, porque decidiu não assinar o documento, que na sua opinião "é apócrifo, porque não traz um sinal oficial do Vaticano". Dom Pedro chegou mesmo a duvidar da autenticidade do documento, e optou por não responder.

O prelado, pelo menos por enquanto, continuará suas viagens para a América Central, para onde segue no princípio do próximo ano para lançar seu mais recente livro: "O Voo do Quetzal - Espiritualidade na América Central", que está sendo editado no Panamá.

O adiamento, entretanto, não significa uma desistência do Vaticano na sua campanha de desarticulação da igreja progressista do Terceiro Mundo. A arquidiocese de São Paulo, dirigida pelo cardeal Paulo Evaristo Arns, está sendo desmembrada: dom Paulo, cardeal responsável pela denúncia de torturas contra os presos políticos do Brasil no início dos anos 70, está perdendo seus colaboradores mais próximos. O primeiro a sair foi dom Luciano Mendes de Almeida, que deixou a diocese do bairro de Belém para assumir a diocese de Mariana, em Minas Gerais. Estão na lista do Vaticano também os bispos auxiliares dom Celso Queiroz, secretário-geral da CNBB, e dom Cláudio Hummes, bispo do município operário de Santo André, na Grande São Paulo. ●

A turbulência argelina

Neiva Moreira

A Argélia comemorou, em 1987, vinte e cinco anos de independência. Na história moderna, são poucos os exemplos de uma luta tão cruenta e sacrificada como o longo processo de libertação argelina. Mais de um milhão de vítimas, sem incluir cerca de meio milhão de franceses mortos, feridos ou desaparecidos. Ainda hoje, muitas cicatrizes são visíveis em cidades devastadas pela guerra, e é muito difícil encontrar um argelino que não tenha participado do confronto ou perdido familiares nos combates.

Depois da independência, os argelinos, sob a liderança da Frente Nacional de Libertação, se entregaram à tarefa de reconstruir o país através de um imenso plano de desenvolvimento. Apoiado na sua produção de petróleo e gás, o governo revolucionário implantou um avançado sistema escolar e de saúde e realizou custosos projetos industriais e agrícolas. Os serviços urbanos foram ampliados e modernizados. Argel, Orã, Constantine, Annaba e cidades grandes e pequenas se transformaram. A qualidade de vida do povo melhorou.

No conturbado panorama do Mundo Árabe, a Argélia impôs-se como uma liderança coerente e equilibrada, uma posição reconhecida também internacionalmente.

Os dramáticos acontecimentos de outubro, com a sua seqüela de mortes e destruição, pareciam incompreensíveis e surpreendentes para a opinião internacional, habituada a ver na Argélia um modelo de sociedade integrada ao governo, trabalhando em conjunto de maneira soli-

dária.

Na verdade, o acervo de realizações materiais da revolução é imenso, mas hoje se pode ver claro, que aspectos fundamentais do processo de transformações, que se seguiu à independência, foram descuidados ou tratados de maneira secundária. Um deles foi o afrouxamento da organização popular, e outro, a debilidade de uma política de integração da juventude no processo político.

Nos últimos tempos, o problema dos jovens vinha preocupando a liderança política e se refletia, embora de maneira ainda pouco clara, nos meios de difusão do país. Também se discutia a burocratização das estruturas institucionais, tanto no serviço público como na empresa privada e nas entidades de classe. Avolumavam-se as denúncias de imobilismo e corrupção. Investigações oficiais e duras contra essas práticas tornaram-se frequentes no governo. As novas castas de privilegiados passaram a ser alvos da repressão oficial, mas, sobretudo, da hostilidade do povo, que afinal explodiu no "ciclone devastador", como o diário "El Moudjahid" se referiu aos acontecimentos de outubro, favorecidos pela baixa dos preços do petróleo, as secas, o crescimento demográfico, as aceleradas expectativas das conquistas sociais.

Era inevitável que a direita reacionária, os remanescentes saudosistas do colonialismo e os grupos fanáticos, que se recusam a aceitar os avanços da revolução, se aproveitassem da situação, canalizando e instrumentando a rebelião. Mas, existiam os problemas de fundo, que a

contra-revolução soube manipular.

O presidente Chadli Bendjedid, falando sobre os acontecimentos, foi muito claro a esse respeito: "Minha convicção - disse ele - é que é tempo de introduzir as reformas necessárias, mesmo no domínio político, inclusive de reverter certas estruturas e fundamentos constitucionais, para adaptá-los à nova realidade. Com efeito, não se pode proceder às reformas econômicas, agrícolas, educativas e administrativas sem abordar as reformas políticas. Em numerosas ocasiões, afirméi que temos a necessária coragem de reconhecer nossas insuficiências e de tomar medidas, também no domínio político, desde quando estejamos convencidos de sua necessidade. A esse respeito, está em curso de preparação um projeto, sobre o qual o povo se pronunciará."

Tudo indica que a revolução argelina entra em nova fase, já anunciada antes mesmo de outubro, mas que os acontecimentos recentes justificaram e tornaram mais urgente. Foi nesse sentido o pronunciamento do presidente Chadli Bendjedid.

Não há indícios de que na Argélia de hoje haja qualquer força política ou social alternativa à Frente de Libertação Nacional, nem tão pouco que o povo aspire a um novo regime, fora da revolução socialista. Mas, é evidente que exige avanços democráticos e planos de desenvolvimento, capazes de manter o ritmo de crescimento do país e a inserção de sua criativa e inquieta juventude na organização política nacional e no mercado de trabalho. ●

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional